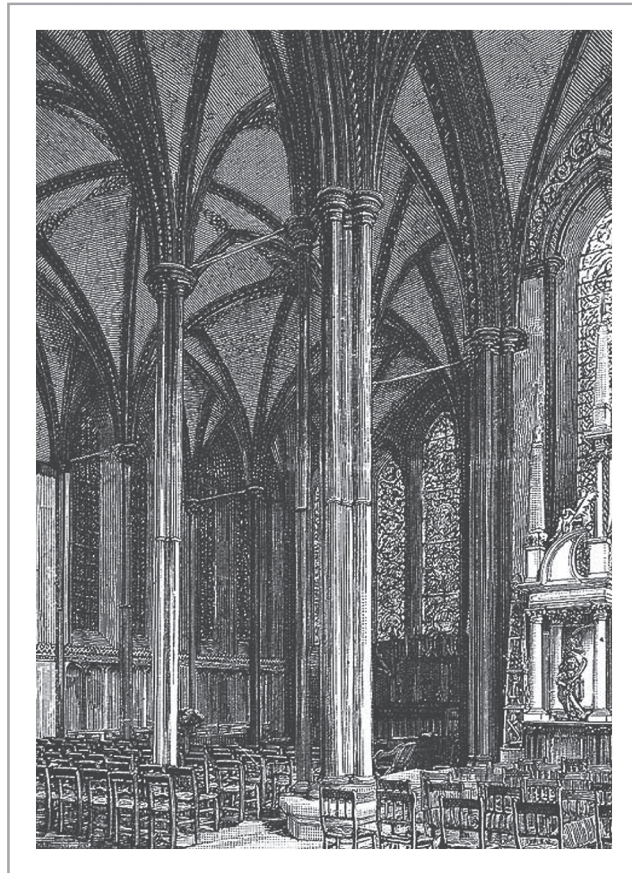


fides reformata

Volume XXVIII • Número 2 • 2023



INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE

Diretor-Presidente Milton Flávio Moura

CENTRO PRESBITERIANO DE PÓS-GRADUAÇÃO ANDREW JUMPER

Diretor Valdeci da Silva Santos

Fides reformata – v. 1, n. 1 (1996) – São Paulo: Editora
Mackenzie, 1996 –

Semestral.
ISSN 1517-5863

1. Teologia 2. Centro Presbiteriano de Pós-Graduação
Andrew Jumper.

CDD 291.2

This periodical is indexed in the ATLA Religion Database, published by the American Theological Library Association, 250 S. Wacker Dr., 16th Flr., Chicago, IL 60606, USA, e-mail: atla@atla.com, www.atla.com.

Fides Reformata também está incluída nas seguintes bases indexadoras: CLASE (www.dgbiblio.unam.mx/clase.html), Latindex (www.latindex.unam.mx), Francis (www.inist.fr/bbd.php), Ulrich's International Periodicals Directory (www.ulrichsweb.com/ulrichsweb/) e Fuente Academica da EBSCO (www.epnet.com/thisTopic.php?marketID=1&topicID=71).

Editores Gerais

Daniel Santos Júnior
Dario de Araujo Cardoso

Editor de resenhas

Mauro Fernando Meister

Redator

Alderi Souza de Matos

Editoração

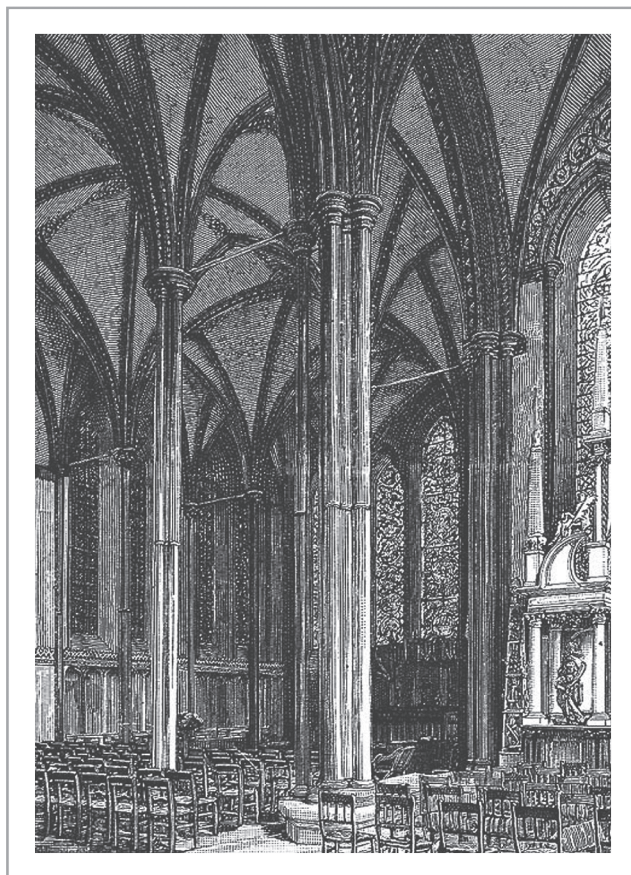
Libro Comunicação

Capa

Rubens Lima

fides reformata

Volume XXVIII • Número 2 • 2023



Igreja Presbiteriana do Brasil
Junta de Educação Teológica
Instituto Presbiteriano Mackenzie



CONSELHO EDITORIAL

Heber Carlos de Campos
Heber Carlos de Campos Júnior
João Paulo Thomaz de Aquino
Mauro Fernando Meister
Valdeci da Silva Santos

A revista *Fides Reformata* é uma publicação semestral do
Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper.

Os pontos de vista expressos nesta revista refletem os juízos pessoais dos autores, não representando necessariamente a posição do Conselho Editorial. Os direitos de publicação desta revista são do Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper.

Permite-se reprodução desde que citada a fonte e o autor.

Pede-se permuta.

*We request exchange. On demande l'échange. Wir erbitten Austausch.
Se solicita canje. Si chiede lo scambio.*

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Revista Fides Reformata
Rua Maria Borba, 40/44 – Vila Buarque
São Paulo – SP – 01221-040
Tel.: (11) 2114-8644
E-mail: atendimentocpaj@mackenzie.br

ENDEREÇO PARA PERMUTA

Instituto Presbiteriano Mackenzie
Rua da Consolação, 896
Prédio 2 – Biblioteca Central
São Paulo – SP – 01302-907
Tel.: (11) 2114-8302
E-mail: biblio.per@mackenzie.com.br

EDITORIAL

É com grande alegria que apresentamos aos nossos leitores o volume XXVIII, nº 2, da revista *Fides Reformata*, dando continuidade a quase três décadas de contribuição ininterrupta à pesquisa teológica na América Latina e no mundo lusófono. Conheça toda essa contribuição eletronicamente no site oficial do Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper e em bancos de dados como *ATLA Serials* e *Fuente Academica*.

Nesta edição, o primeiro artigo, de minha autoria, “A Leitura Teológica da História Feita pelo Salmista no Salmo 105”, demonstra como a releitura que o salmista faz dos feitos do Senhor é capaz de reconfigurar nossos sentimentos outrora atrelados a eles. O autor se empenha em demonstrar como a linguagem adotada pelo salmista no Salmo 105 rompe com paradigmas e desperta o leitor para uma nova atitude em relação ao modo como o povo de Israel recordava e narrava alguns eventos chaves na história da redenção. O segundo artigo, de Heber Carlos de Campos Júnior, “O Supremo Oficial e seus Suboficiais: A Natureza do Tríplice Ofício de Cristo”, explora a natureza dos ofícios de Cristo para corrigir certos conceitos na academia e na igreja acerca da obra de Cristo que não coadunam com a revelação bíblica sobre a função messiânica. Além disso, o artigo apresenta a nossa função como suboficiais debaixo do Supremo Oficial, explorando o nosso trabalho sob a autoridade de Cristo. O terceiro artigo, “Importância do Aconselhamento Bíblico para a Igreja Local”, de Jônatas Miranda, destaca a relevância do ministério e da cultura de aconselhamento bíblico nas igrejas. Reconhecendo que o ato de aconselhar uns aos outros é uma ordenança bíblica e uma responsabilidade da igreja para com aqueles que necessitam de cuidado e auxílio, o artigo oferece uma base bíblica para esse ministério.

O quarto artigo, de Heber Carlos de Campos, “O Significado de Plenitude de Israel”, explora o conceito de “plenitude de Israel” e a afirmação de que “todo o Israel será salvo”, encontrados em Romanos 11, servindo-se para isso dos argumentos de João Calvino, Anthony Hoekema e Angus MacLeod. O quinto artigo, “‘A Terra é Minha’, diz o Senhor: O que Teologia tem a ver com Reforma Agrária? (Parte 1)”, de João Paulo Thomaz de Aquino, apresenta as ligações históricas entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Igreja Católica (ICAR) e faz uma análise crítica introdutória da Teologia da Libertação, com especial ênfase sobre os seus problemas hermenêuticos. O argumento teológico é que Deus é o verdadeiro dono da terra enquanto bem econômico e o argumento ético é que, visto que Deus é o dono da terra por excelência, qualquer ser humano que tenha propriedades imóveis deve utilizar-se delas de maneira altruísta em vez de egoísta. O sexto artigo, do Rev. Frans Leonard Schalkwijk, intitulado “Israelogia Provisória”, trata

da volta atual dos judeus à terra de Israel e do cumprimento da promessa de Deus. O autor analisa sete questões críticas que pesam na balança contra uma segunda volta como cumprimento dessa promessa.

A seção de resenhas traz avaliações de obras relevantes para o contexto atual da igreja: *Instrumentos nas Mãos do Redentor: Pessoas que Precisam ser Transformadas Ajudando Pessoas que Precisam de Transformação*, de Paul Tripp, resenhada por Jônatas Silva Miranda; *Economia do Reino: Quatro Caminhos Cristãos para Lidar com a Riqueza e a Pobreza no Mundo*, de Matheus Ortega, resenhada por João Paulo Thomaz de Aquino, e *Teologia de Paulo: O Apóstolo da Glória de Deus em Cristo*, de Thomas R. Schreiner, resenhada por Aluísio Yañez de Souza.

Seguindo com o compromisso da revista de proporcionar e incentivar uma reflexão teológica reformada, entrego aos leitores mais uma edição de *Fides Reformata*, desejoso de que estes artigos e resenhas despertem mais uma vez o interesse por uma pesquisa que visa contribuir para a edificação do povo de Deus servindo sua igreja ao redor do mundo.

Boa leitura!

Dr. Daniel Santos
Editor Geral

SUMÁRIO

ARTIGOS

A LEITURA TEOLÓGICA DA HISTÓRIA FEITA PELO SALMISTA NO SALMO 105 <i>Daniel Santos</i>	9
O SUPREMO OFICIAL E SEUS SUBOFICIAIS: A NATUREZA DO TRÍPLICE OFÍCIO DE CRISTO <i>Heber Carlos de Campos Júnior</i>	23
IMPORTÂNCIA DO ACONSELHAMENTO BÍBLICO PARA A IGREJA LOCAL <i>Jonatas Silva Miranda</i>	43
O SIGNIFICADO DE PLENITUDE DE ISRAEL <i>Heber Carlos de Campos</i>	59
“A TERRA É MINHA”, DIZ O SENHOR: O QUE TEOLOGIA TEM A VER COM REFORMA AGRÁRIA? (PARTE 1) <i>João Paulo Thomaz de Aquino</i>	75
ISRAELOGIA PROVISÓRIA <i>Frans Leonard Schalkwijk</i>	95
RESENHAS	
INSTRUMENTOS NAS MÃOS DO REDENTOR: PESSOAS QUE PRECISAM SER TRANSFORMADAS AJUDANDO PESSOAS QUE PRECISAM DE TRANSFORMAÇÃO (PAUL TRIPP) <i>Jonatas Silva Miranda</i>	109
ECONOMIA DO REINO: QUATRO CAMINHOS CRISTÃOS PARA LIDAR COM A RIQUEZA E A POBREZA NO MUNDO (MATHEUS ORTEGA) <i>João Paulo Thomaz de Aquino</i>	113
TEOLOGIA DE PAULO: O APÓSTOLO DA GLÓRIA DE DEUS EM CRISTO (THOMAS R. SCHREINER) <i>Aluísio Yañez de Souza</i>	117
DIRETRIZES SOBRE A PREPARAÇÃO DE TEXTOS PARA A REVISTA <i>FIDES REFORMATATA</i>	121

A LEITURA TEOLÓGICA DA HISTÓRIA FEITA PELO SALMISTA NO SALMO 105

*Daniel Santos**

RESUMO

A proposta deste artigo é demonstrar como a releitura que o salmista faz dos feitos do Senhor é capaz de reconfigurar nossos sentimentos outrora atrelados com eles. O autor se empenha para demonstrar como a linguagem adotada pelo salmista no Salmo 105 rompe com paradigmas e desperta o leitor para uma nova atitude em relação ao modo como o povo de Israel recordava e narrava alguns eventos chaves na história da redenção. O autor acredita que a releitura feita pelo salmista deve ser utilizada como um modelo que nos desafie a ter uma atitude semelhante em relação aos feitos do Senhor no passado. O artigo apresenta basicamente duas habilidades indispensáveis para aqueles que se dispõem a fazer tal releitura: 1) é preciso aprender a se lembrar dos feitos do Senhor, e 2) é preciso aprender a *entender* os seus feitos. A conclusão a que o autor chega é de que não temos como alterar o que foi feito no passado, nem ignorarmos o que aconteceu, mas podemos nos lembrar dos feitos do Senhor sob uma nova ótica.

PALAVRAS-CHAVE

Salmo 105; Interpretação teológica do Antigo Testamento; Análise literária do Salmo 105.

* Mestre em Teologia Exegética (Th.M., 2001) pelo Covenant Theological Seminary e doutor em Estudos Teológicos no Antigo Testamento (Ph.D., 2006) pela Trinity Evangelical Divinity School. Fez estudos pós-doutorais sobre a literatura sapiencial do Antigo Testamento no Wycliffé Hall, em Oxford. Professor de Antigo Testamento no CPAJ desde 2007. Autor de artigos acadêmicos e de um comentário sobre o livro de Jó.

INTRODUÇÃO

O ser humano é dotado de um atributo peculiar à sua espécie, que é a capacidade de armazenar na memória os eventos de sua livre escolha, categorizando-os de uma maneira que melhor represente o sentimento que ele associa com cada um desses eventos.¹ Isso significa, na teoria, que a pessoa é capaz de armazenar não apenas os eventos, mas principalmente os sentimentos que estão associados com eles. Dependendo do tipo de sentimento que foi associado com um evento, o ser humano se lembrará dele com angústia, remorso, alegria, gratidão. Ou seja, o sentimento acaba determinando o tipo de recordação que ele terá daquele evento; o sentimento se torna um parâmetro interpretativo para a lembrança que se tem daquele evento no passado.

Os salmos, de forma geral, cumprem um papel importante no processo de atribuir sentimentos aos eventos, desafiando-nos a reconsiderar o modo como temos organizado em nossa mente os acontecimentos marcantes de nossa vida. Mais especificamente, os salmos nos desafiam a mudar os sentimentos que já havíamos atribuído a certos eventos e, em consequência disso, mudar nossa atitude em relação a eles.

O Salmo 105 contém uma boa amostra de como acontece esse processo de mudar os sentimentos. Sendo um salmo de gratidão, o salmista se propõe a mudar alguns sentimentos que o povo de Israel tinha quando olhava para o seu passado. Considerando que por “passado” tem-se em vista os feitos notórios do Senhor na história do seu povo, o salmista se propõe a visitar alguns eventos e tratá-los com um novo sentimento. O objetivo com o qual o salmo nos desafia a reler e refazer nossos sentimentos é o de preparar-nos para poder render graças ao Senhor. Não é possível render graças ao Senhor se não tivermos os sentimentos corretos a respeito daquilo que ele fez. Como ser grato a Deus se ainda não aceitamos o que ele fez? Como expressar alegria pelos seus feitos se a mera lembrança ainda nos suscita a ira ou frustração? O Salmo 105 não é apenas um salmo de gratidão, mas um tutorial para as almas aflitas saberem como reconfigurar seus sentimentos em relação aos feitos do Senhor em nossa história. Os primeiros versos do salmo apresentam ordens específicas² que só poderão ser apropriadamente obedecidas se conseguirmos redefinir nossos sentimentos em diversos pontos ao longo da história.

¹ Para um levantamento sobre os sentimentos que associamos a textos bíblicos, ver: BULLOCK, C. Hassell. “The Psalms and Faith/Tradition”. In: *The Psalms: Language for All Seasons of the Soul*, orgs. Andrew J. Schmutzer e David M. Howard Jr. Chicago, IL: Moody Publishers, 2013, p. 49-59. WALTKE, Bruce K.; HOUSTON, James M.; MOORE, Erika. *The Psalms as Christian Lament: A Historical Commentary*. Grand Rapids, MI; Cambridge, Inglaterra: Eerdmans, 2014. Ver também: ANDERSON, John E. “Remembering the Ancestors: Psalms 105 and 106 as Conclusion to Book IV of the Psalter”. *Perspectives in Religious Studies* 44, n. 2 (Sum 2017).

² “Rendei graças” (*hōwdū*), “invocai” (*qir’ū*), “fazei conhecidos” (*hōwdī’ū*), “cantai-lhe” (*šīrū-lōw*), “buscai” (*šīhū*) e “lembrai” (*zīkrū*). Todas essas ordens só podem ser cumpridas com a redefinição dos sentimentos associados aos eventos.

Neste artigo mostrarei como o salmista faz isso, como ele nos ensina a redefinir nossos sentimentos em relação aos gloriosos atos de Deus na história. A conclusão a que chegaremos nos ajudará na avaliação de quanto do que o salmo diz pode ser replicado em nossos dias.

1. PRECISAMOS NOS LEMBRAR DOS FATOS

Há diversas peculiaridades referentes à estrutura deste salmo que não estão diretamente relacionadas ao tema sob discussão. A parte que se relaciona diretamente com o tópico proposto para este artigo tem a ver com a divisão básica do salmo com base na informação gramatical. Considere a tabela abaixo.

Salmo 105.1-6			
הוֹדוּ לַיהוָה	L1	1	Deem graças ao SENHOR,
קְרְאוּ בְשֵׁמוֹ	L2		invoquem o seu nome;
הוֹדִיעוּ בְּעַמִּים עֲלֵילוֹתָיו:	L3		tornem conhecidos entre os povos os seus feitos.
שִׁירוּ לָּו	L4	2	Cantem a Deus,
וּמְרוּ לָּו	L5		cantem louvores a ele;
אֲשִׁיחוּ בְּכָל־נִפְלְאוֹתָיו:	L6		falem de todas as suas maravilhas.
גִּדְּהוּ בְּשֵׁם קִדְשׁוֹ	L7	3	Gloriem-se no seu santo nome;
אֲשִׁמַּח לִבּוֹ מִבְּקִשֵׁי יְהוָה:	L8		alegre-se o coração dos que buscam o SENHOR.
דְּרִשׁוּ יְהוָה וְעֹזוֹ	L9	4	Busquem o SENHOR e o seu poder;
בִּקְשׁוּ פָּנָיו תָּמִיד:	L10		busquem continuamente a sua presença.
זְכֹרוּ נִפְלְאוֹתָיו אֲשֶׁר־עָשָׂה	L11	5	Lembrem-se das maravilhas que ele fez,
מִפְתָּיו וּמִשְׁפָּטָיו־פִּיּוֹ:	L12		dos seus prodígios e dos juízos de seus lábios,
וְרַע אַבְרָהָם עַבְדּוֹ	L13	6	vocês, descendentes de Abraão, seu servo,
בְּנֵי יַעֲקֹב בְּחֵירוֹ:	L14		vocês, filhos de Jacó, seus escolhidos.

Das primeiras 11 linhas da estrutura, 10 são orações que começam com uma forma verbal volitiva (imperativos) na 2ª pessoa do plural; somente a linha 8 foge à regra. Em todas as 10 linhas iniciadas com a forma verbal volitiva, o verbo encontra-se na primeira posição (iniciando a oração), o que auxilia a percepção do padrão que irá mudar nas linhas 12 a 14. Reunidas, essas observações nos possibilitam entender os seis primeiros versos como uma estrutura introdutória que culmina no décimo volitivo (L11).³ Considerando

³ (זְכֹרוּ נִפְלְאוֹתָיו אֲשֶׁר עָשָׂה) “Lembrem-se das maravilhas que fez”.

que as formas volitivas não aparecerão mais no restante do salmo de forma consistente como apareceu até aqui, é razoável postular uma função específica para o bloco composto dos seis primeiros versos.⁴

Uma observação óbvia nessa estrutura inicial é o foco no Senhor. Nossa gratidão deve ser atribuída a ele, ele deve ser invocado, nosso louvor deve ser dirigido a ele, devemos buscá-lo continuamente e assim por diante. Uma observação menos óbvia tem a ver com a importância de se lembrar dos “seus feitos” (L3 *’ālilōwtāyw*) ou de “suas maravilhas” (L6 *nīplā’ōwtāyw*) para poder conseguir realizar as ordens indicadas pelos dez volitivos. Isso justifica a *ênfase*⁵ maior colocada no último dos dez volitivos, fechando a sequência dessa estrutura. O ato de se lembrar é pré-requisito para conseguir tornar conhecidos entre os povos os feitos do Senhor, bem como falar sobre todas as suas maravilhas. A premissa que fundamenta essa tese é o modo como o salmo continua desse ponto em diante; ele inicia uma lista organizada dos prodígios e juízos dos lábios do Senhor. Se o salmo se encerrasse no verso 6, não teríamos como defender que o ato de se lembrar é estratégico para a compreensão da mensagem do salmo. Já que o salmo continuou nessa direção, somos inclinados a seguir a ênfase dada pelo salmista.

2. PRECISAMOS ENTENDER OS FATOS

A leitura que o Salmo 105 faz dos feitos do Senhor não é apenas uma repetição de informações; há níveis de compreensão impostos sobre os eventos que não são comumente encontrados em fases anteriores do progresso da revelação. A leitura dos atos gloriosos do Senhor feita pelo salmo organiza os eventos de modo diferente, seleciona episódios com critérios diferentes, aplica definições e conceitos que não haviam sido previamente aplicados em etapas anteriores da revelação. Isso significa dizer que a leitura dos fatos proposta pelo salmo revela um *entendimento* que ainda não havia sido apresentado a respeito dos feitos do Senhor. Vejamos alguns exemplos apresentados na narrativa do salmo que comprovam esse novo nível de entendimento sobre os fatos.

2.1 A palavra que empenhou para mil gerações (v. 7-15)

O primeiro agrupamento de fatos feito pelo Salmo 105 está vinculado ao período patriarcal, mais especificamente com a promessa feita aos pais Abraão, Isaque e Jacó de conceder-lhes a terra como possessão perpétua. Esse

⁴ ALLEN, Leslie C. *Psalms 101–150* (revisto), vol. 21. Dallas: Word, 2002, p. 103, demonstra que as palavras do Salmo 105 pressupõem um leitor que conhece detalhadamente os fatos mencionados, argumentando que o desafio não é de se lembrar deles, mas sim de como nos lembramos deles.

⁵ O conceito de ênfase é utilizado neste artigo de acordo com as teorias de LUNN, Nicholas P. *Word-Order Variation in Biblical Hebrew Poetry: Differentiating Pragmatics and Poetics*. Milton Keynes, Engl.: Paternoster, 2006, e TSUMURA, David Toshio. “Word-Order Variation in Biblical Hebrew Poetry: Differentiating Pragmatics and Poetics”. *Bulletin for Biblical Research* 19, n. 4 (2009).

agrupamento aparece no salmo conforme a tabela a seguir (105.7-15). É possível observar a mudança do período patriarcal para os dias de José a partir do verso 16, o que nos permite verificar que o critério de organização do relato do Salmo 105 segue a cronologia já conhecida no cânon. Quais são os novos elementos apresentados pela leitura do salmo? Qual é o novo entendimento que o salmo impõe aos fatos já conhecidos do passado? Há dois exemplos que se destacam: a abrangência da promessa feita aos patriarcas e a abrangência da proteção concedida aos patriarcas.

Tabela 1: A palavra que empenhou por mil gerações (Salmo 105.7-15)

- | |
|---|
| <p>⁷ Ele é o SENHOR, nosso Deus; os seus juízos permeiam toda a terra.</p> <p>⁸ Lembra-se perpetuamente da sua aliança,
da palavra que empenhou para mil gerações;</p> <p>⁹ da aliança que fez com Abraão e do juramento que fez a Isaque;</p> <p>¹⁰ o qual confirmou a Jacó por decreto e a Israel por aliança perpétua,
¹¹ dizendo: “Eu lhe darei a terra de Canaã como porção da sua herança.”</p> <p>¹² Quando eles eram em pequeno número,
pouquíssimos e estrangeiros na terra de Canaã;</p> <p>¹³ quando andavam de nação em nação, de um reino para outro reino,</p> <p>¹⁴ Deus não permitiu que ninguém os oprimisse,
e, por amor deles, repreendeu reis,</p> <p>¹⁵ dizendo: “Não toquem nos meus ungidos, nem maltratem os meus profetas.”</p> |
|---|

A abrangência da promessa feita aos patriarcas para mil gerações é um exemplo de novo entendimento sobre o tema da promessa. Os versos 7 a 11 apresentam uma nova maneira de entender a promessa que foi feita aos patriarcas sobre a posse da terra prometida. Originalmente a promessa incluía uma “carência” de quatrocentos anos antes de conceder a terra (Gn 15.13: “... tua posteridade será afligida por quatrocentos anos...”) e o prazo para início da fase de ocupação para quatro gerações após o período de carência (Gn 15.16: “... na quarta geração tornarão para aqui [para a terra de Canaã]...”). O entendimento adicional do Salmo 105 expande o tempo de abrangência dessa promessa para sempre ao usar os termos “perpetuamente” (*lā ’ōwlām*) e “para mil gerações” (*lā ’elep dōwr*). Além disso, o Salmo 105 expande o escopo geográfico da promessa que outrora esteve vinculada à terra de Canaã, mas agora está “em toda a terra” (*bākol-hā ’āreṣ mišpāṭāyw*). Tudo isso revela um entendimento adicional ao que havia sido prometido aos patriarcas. O parâmetro de mil gerações começou a ser utilizado no cânon somente nos dias de Moisés e, mesmo assim, associado com a bênção sobre aqueles que amam a Deus: “que guarda a misericórdia até mil gerações” (Êx 20.6; 34.7). O novo entendimento apresentado pelo Salmo 105 permite que o povo de Deus ao longo dos séculos possa continuar se beneficiando e, por esse motivo, agradecendo a Deus pelos seus feitos.

A abrangência da proteção concedida aos patriarcas é outro exemplo de um novo entendimento que o Salmo 105 traz para nos lembrar dos feitos do Senhor com um novo sentimento. Os versos 12 a 15 fazem alusão aos acontecimentos dos quais não costumamos nos lembrar com o entendimento que o salmo apresenta. As circunstâncias que colocaram o patriarca Abraão em situações que exigiram a advertência “não toquem nos meus unguídos, nem maltratem os meus profetas” apontavam mais para uma culpa do patriarca e não dos reis. Tanto no caso de Faraó (Gn 12.17-20) como de Abimeleque (Gênesis 20), a repreensão de Deus veio não para punir esses reis, mas para impedir que uma tragédia maior acontecesse. Acrescente-se a isso o fato de Abraão ter mentido sobre o seu estado civil. O entendimento apresentado pelo Salmo 105 nos desafia em outra direção. Quando os patriarcas peregrinaram pela terra de Canaã e países vizinhos, o Senhor os protegia pelo fato de serem “ungidos” (*māšīaḥ*) e “profetas” (*nābī*). No caso relatado em Gênesis 20, Abraão é apontado como profeta para garantir que sua intercessão salvaria a vida de Faraó: “pois ele é profeta e intercederá por ti, e viverás” (Gn 20.7). No entendimento trazido pelo Salmo 105, o fato de ele ser profeta foi usado como razão para Deus repreender os reis da terra e proteger o patriarca Abrão e seus descendentes. Com respeito ao termo “ungidos” (*māšīaḥ*), a situação é ainda mais complicada, pois o termo não é utilizado no livro de Gênesis, começando a aparecer no Pentateuco somente em Levítico 4.3. No entendimento do Salmo 105, todavia, os patriarcas eram “ungidos” (*māšīaḥ*) de Deus; separados e capacitados para cumprir uma missão nos planos de Deus em Canaã. Se adotarmos o entendimento do Salmo 105 para nos lembrar dos profetas, é possível entender com mais facilidade que a proteção oferecida aos patriarcas também pode ser concedida a todos os que Deus tem unguído ao longo dos séculos, onde quer que estejam.

2.2 A profecia a respeito de José (v. 16-22)

O segundo momento na narrativa do Salmo 105 está focado nos eventos da vida de José, mas traz uma nova maneira de olhar e entender o que aconteceu.

Tabela 2: A profecia a respeito de José (Salmo 105.16-22)

- | |
|---|
| <p>¹⁶ Deus fez vir fome sobre a terra e cortou os meios de se obter pão.</p> <p>¹⁷ Adiante deles enviou um homem, José, que foi vendido como escravo.</p> <p>¹⁸ Apertaram os seus pés com correntes
e puseram uma coleira de ferro no seu pescoço,</p> <p>¹⁹ até cumprir-se a profecia a respeito dele,
e tê-lo provado a palavra do SENHOR.</p> <p>²⁰ O rei mandou soltá-lo; o dominador dos povos o pôs em liberdade.</p> <p>²¹ Constituiu-o senhor de sua casa e administrador de tudo o que possuía,</p> <p>²² para, como bem quisesse, sujeitar os seus príncipes
e ensinar a sabedoria aos seus anciãos.</p> |
|---|

A primeira variação que observamos no entendimento trazido pelo Salmo 105 a respeito de José é que ele é visto como um “enviado” (*šālah*) e não como alguém que foi “levado” contra a sua própria vontade. Há importante diferença entre ver José como alguém que teve uma parte da sua vida planejada por seus irmãos e outra por Deus e vê-lo como alguém que foi “enviado adiante” (*šālah lipnêhem ’îš*) para preparar um caminho. Da perspectiva do Salmo 105, o fato de José ter sido vendido como escravo e ter seus pés e pescoço acorrentados⁶ é parte do seu papel como desbravador e preparador de um caminho que seria trilhado posteriormente pelos seus parentes. Outro detalhe que nos chama a atenção é o modo como o Salmo 105 utiliza a “profecia a respeito dele”⁷ para justificar a duração do seu sofrimento. Se a “profecia a respeito de José” é uma expressão para descrever os sonhos que ele teve a respeito do que lhe aconteceria, então o salmo está nos desafiando a entender José como um profeta que anteviu seu próprio futuro. Segundo o salmo, a profecia a respeito de José tinha como objetivo não apenas informá-lo do que aconteceria, mas acima de tudo “prová-lo” (*imrat yāhwā šarāpātāhū*).⁸ Segundo a narrativa do Pentateuco (Gn 45.5), o propósito em enviar José adiante dos seus irmãos foi a “preservação da vida” (פִּי לְמַחְיָה). O entendimento trazido pelo Salmo 105 é de que José não foi um coitado ou um injustiçado, mas um exemplo de servo do Senhor sendo provado como que no fogo. Observe: o que o provou não foram as aflições, mas a palavra do Senhor, isto é, a palavra dita a respeito de José (seus sonhos). Ao receber esses sonhos Deus estava testando a integridade e motivações de José.

A última aplicação que o Salmo 105 faz sobre o papel de José no relato de Gênesis é o de “sujeitar príncipes” (לְאַסֵּר שָׂרֵיו בְּנַפְשׁוֹ)⁹ e ensinar sabedoria (וְיִקְנִי יְהוָה). Não é difícil ver José cumprindo qualquer desses papéis, mas a conclusão a que chegamos ao ler o relato de Gênesis não se relaciona com nenhum deles. O Salmo 105 nos apresenta um entendimento complementar daquilo que costumamos entender sobre o papel de José no Egito. Fazer com que seus príncipes estivessem apegados à sua alma pode indicar um tipo de discipulado profundo e transformador, testemunho de uma liderança que não era marcada pela tirania e opressão. Isso está bem alinhado com a atitude dos

⁶ Esses são detalhes que o relato de Gênesis não menciona.

⁷ A expressão é uma tradução de עד עת בא דברו (lit. “até o tempo que cumpriu a sua palavra”). A Septuaginta de Salmos traduz a expressão como μέχρι του ελθειν τον λογον αυτου (lit. “até que se cumpriu a palavra dele”). A “palavra dele” ou, como lemos na versão Almeida Revista e Atualizada, “a profecia a respeito dele”, certamente aponta para os sonhos que José teve ainda quando jovem. Se “palavras dele” refere-se aos seus sonhos, e se seus sonhos eram sonhos a respeito dele, não há muita incongruência em traduzir como “palavra a respeito dele”.

⁸ A Septuaginta de Salmos traduz a palavra “provar” como ἐπίρωσεν αὐτόν.

⁹ Literalmente: “Atar príncipes à sua própria alma”. A Septuaginta interpreta o sentido de “atar” e traduz παιδεῦσαι τοὺς ἄρχοντας αὐτοῦ (“educar os seus príncipes”).

egípcios que não tinham mais recursos para comprar alimento de José. Sem alternativas eles declararam abertamente: “A vida nos tens dado! Achemos mercê perante meu senhor...” (Gn 47.25). Com respeito a ensinar sabedoria aos anciãos, nenhuma surpresa: José era mais do que qualificado para este mister. O problema é que não vemos em nenhum momento José se ocupando com esse tipo de tarefa. Quando ele fez isso ou quem foram os anciãos que se beneficiaram da instrução de José não sabemos, mas o entendimento do Salmo 105 é de que José foi muito mais do que um administrador de celeiros e a segunda pessoa mais importante no reino de Faraó. Sua influência mais duradoura parece ter sido no discipulado e na docência, por incrível que pareça.

2.3 A peregrinação de Israel na terra de Cam (v. 23-36)

Os quatrocentos anos que o povo hebreu passou no Egito são apresentados pelo Salmo 105 como uma peregrinação. Ainda que a primeira parte do verso 23 possa ser interpretada literalmente como Jacó vindo ao Egito trazido por seu filho José, a segunda parte (peregrinou na terra) vai muito além do que o patriarca Jacó fez pessoalmente.

Tabela 3: A peregrinação de Israel na terra de Cam (Salmo 105.23-36)

- | | |
|----|---|
| 23 | Então Israel entrou no Egito, e Jacó peregrinou na terra de Cam. |
| 24 | Deus fez sobremodo fecundo o seu povo e o tornou mais forte do que os seus opressores. |
| 25 | Mudou o coração dos egípcios para que odiassem o seu povo e usassem de astúcia para com os seus servos. |
| 26 | Deus lhes enviou Moisés, seu servo, e Arão, a quem havia escolhido, |
| 27 | por meio dos quais fez, entre eles, os seus sinais e maravilhas na terra de Cam. |
| 28 | Enviou trevas, e tudo escureceu; e Moisés e Arão não foram rebeldes à sua palavra. |
| 29 | Transformou-lhes as águas em sangue e assim lhes fez morrer os peixes. |
| 30 | A terra deles produziu rãs em abundância, até nos aposentos dos reis. |
| 31 | Deus falou, e vieram nuvens de moscas e piolhos em toda a terra do Egito. |
| 32 | Por chuva deu-lhes granizo e fogo chamejante, naquela terra. |
| 33 | Devastou-lhes os vinhedos e os figueirais e quebrou as árvores da terra deles. |
| 34 | Ele falou, e vieram gafanhotos e lagartas sem conta, |
| 35 | que devoraram toda a vegetação do país e comeram o fruto dos seus campos. |
| 36 | Também feriu de morte todos os primogênitos da terra deles, as primícias do seu vigor. |

Apresentar o Egito como sendo a terra de Cam cria nova atitude em relação ao que aconteceu nos quatrocentos anos que o povo hebreu permaneceu ali. No livro dos Salmos, Cam aparece quatro vezes: uma no Salmo 78.51 como parte da expressão “tendas de Cam” (*bə'ohōlē-ḥām*) e as demais vezes¹⁰

¹⁰ Salmo 105.23 e 27; 106.22.

como parte da expressão “terra de Cam” (*bə'eres-ḥām*). Dentro desse novo entendimento apresentado pelo Salmo 105, Moisés e Arão são enviados à terra de Cam para fazer sinais e maravilhas. O texto massorético traz aqui o verbo שמו na 3ª pessoa plural, mas a Septuaginta e a versão siríaca traduziram no singular ציפ, fazendo com que o sujeito do verbo seja o Senhor, e não Moisés e Arão. Diversas versões em nossos dias utilizam o acréscimo “por meio dos quais...” para fazer sentido na oração completa.¹¹ Uma alternativa para a tradução seria manter o verbo no plural e trabalhar nas opções semânticas: “[Moisés e Arão] apresentaram palavras de seus sinais...”. De qualquer forma, o entendimento que o Salmo 105 apresenta como sendo a missão de Moisés e Arão na terra de Cam tem a ver com os *sinais* que eles fizeram no meio dela. Esse entendimento amplia a ênfase que já conhecemos sobre o papel deles na libertação do povo da escravidão do Egito. Ou seja, o envio de Moisés e Arão para peregrinar na terra de Cam tinha a finalidade de deixar no meio deles sinais e prodígios que testemunhassem a respeito do poder sem igual do Deus dos hebreus.

Ainda relacionado com Moisés e Arão, o verso seguinte afirma que “Moisés e Arão não foram rebeldes à sua palavra”, mas o texto massorético não identifica o sujeito do verbo rebelar (cf. וְלֹא מָרְדוּ אֶת דְּבָרָיו “mas não foram desobedientes às palavras dele”).¹² O ponto a ser decidido é: Quem não foi rebelde à palavra? A tradução da Almeida preenche o silêncio do texto massorético inserindo Moisés e Arão como sujeitos do verbo. Porém, qual seria a relação entre *enviar trevas* e *desobedecer a sua palavra*? Por que Moisés e Arão desobedeceriam à palavra de Deus? E, mesmo que isso acontecesse, ou seja, mesmo que eles tivessem desobedecido, o que isso tem a ver com as trevas que foram enviadas? O envio das trevas, na narrativa em Êxodo, aparece como a nona praga e não a primeira como faz o Salmo 105. Além disso, a reação de Faraó à nona praga foi de total desobediência e descaso (cf. Êx 10.28) pelo fato de Deus ter endurecido o seu coração. Quando consideramos os próximos versos, especialmente o 31: “ele falou e veio...” (אָמַר וַיָּבֵא) e o 34: “ele falou e veio...” (אָמַר וַיָּבֵא), a repetição dessa estrutura introdutória para apresentar os prodígios do Senhor na terra do Egito parece colocar ênfase na autoridade da

¹¹ Conferir a versão Almeida Revista e Atualizada: “por meio dos quais fez, entre eles, os seus sinais e maravilhas na terra de Cam”. A Almeida Revista e Corrigida mantém o verbo no plural, mas acrescenta corretamente o pronome possessivo: “Fizeram entre eles os *seus* sinais e prodígios, na terra de Cão”.

¹² A Septuaginta omite a partícula negativa לא na tradução: καὶ παρεπικραναν τοὺς λόγους αὐτοῦ (“e provocaram a palavra dele”). Segundo ALLEN, *Psalms 101–150*, p. 52, por ver uma referência ao coração endurecido de Faraó. DAHOOD, Mitchell, S.J., *Psalms III: 101-150: Introduction, Translation, and Notes with an Appendix*, The Grammar of the Psalter, vol. 17A, Anchor Yale Bible (New Haven; Londres: Yale University Press, 2008, p. 60), propõe uma emenda no verbo *welō' mārū* (TM) para igualar com a forma do verbo ugarítico *'āmerū* (“ver”), resultando na seguinte leitura: “...a fim de que não pudessem ver”.

palavra dele. Se adotarmos essa premissa, seria possível entender o sujeito do verbo no plural מְרִיבֵי (“foram rebeldes”) como sendo os elementos da natureza. Em outras palavras, as trevas, as águas, as moscas e todos os demais elementos da natureza não desobedeceram à ordem de Deus. Essa conclusão colocaria o comentário do verso 28 apontando para “trevas” (singular de תְּוֹמָה) e para os demais sinais que são apresentados depois.¹³ Na minha visão eles podem ser tomados como um conjunto por tratarem das pragas do Egito e por terem sido vinculados com as estruturas “ele falou e veio”.¹⁴

Desta forma, o entendimento do Salmo 105 nos desafia a olhar para a autoridade do Deus dos hebreus, o qual fala e os mais variados segmentos da natureza lhe obedecem à palavra, mesmo quando tal obediência implique em um ato sobrenatural. No relato de Êxodo somos desafiados a ver a soberania de Deus sobre os deuses do Egito; no Salmo 105 somos desafiados a ver a soberania sobre a criação, ao ponto de fazer aquilo que é contrário às leis da natureza. A peregrinação de Israel na terra de Canaã cumpriu um papel importante de tornar conhecidos o poder e autoridade do Deus adorado pelos hebreus. Mais contundente do que demonstrar autoridade sobre falsos deuses, os quais não tinham mesmo nenhum poder, era demonstrar autoridade sobre a criação, fazendo-a comportar-se de modo contrário às suas leis. Isso os deuses do Egito não faziam. Se fizessem, teriam revertido ou até mesmo impedido as pragas que o Senhor anunciou que faria.

2.4 As peregrinações de Israel no deserto (v. 37-43)

O tratamento dado pelo Salmo 105 às narrativas do deserto é demasiadamente breve e deixa de lado fatos importantes como a promulgação da lei no Sinai e eventos com o bezerro de ouro.

Tabela 4: As peregrinações no deserto (Salmo 105.37-43)

- | |
|--|
| <p>³⁷ Então Deus fez sair o seu povo, com prata e ouro, e entre as suas tribos não havia um só inválido.</p> <p>³⁸ O Egito se alegrou quando eles saíram, porque lhe tinham infundido terror.</p> <p>³⁹ Deus estendeu uma nuvem que lhes servisse de toldo e um fogo para os iluminar de noite.</p> <p>⁴⁰ Pediram, e Deus fez vir codornizes e os saciou com pão do céu.</p> <p>⁴¹ Fendeu a rocha, e dela brotaram águas, que correram como um rio pelo deserto.</p> <p>⁴² Porque estava lembrado da sua santa palavra e de Abraão, seu servo.</p> <p>⁴³ Ele conduziu o seu povo com alegria e, com júbilo, os seus escolhidos.</p> |
|--|

¹³ Ver o papel que o conceito de trevas desempenha no Salmo 105 em BOOIJ, Thijs. “The Role of Darkness in Psalm 105:28”. *Vetus Testamentum* 39, n. 2 (1989).

¹⁴ Ver outras abordagens em ANDERSON, Robert Alter. *The Book of Psalms: A Translation with Commentary*. Nova York: W. W. Norton, 2007.

Há três pontos que merecem nossa atenção aqui. O primeiro deles tem a ver com a “alegria dos egípcios” (*śāmah mişrayim*) por ocasião da saída do povo hebreu do meio deles. A fonte dessa alegria é justificada com o pavor que os hebreus acabaram infundindo sobre eles. Isso corresponde com o que lemos em Êxodo: “... pois diziam: Todos morreremos” (Êx 12.33). A entendimento trazido pelo Salmo 105 destaca a alegria e não o medo. A alegria dos egípcios ao verem o povo saindo do meio deles revelava o reconhecimento que ficou no meio deles do poder incontrollável e incomparável do Deus dos hebreus. Verem-se livres dos hebreus significou verem-se livres da ameaça real e iminente da morte.

Paralelo a isso, temos um segundo ponto que é a alegria do povo hebreu. O Salmo 105 afirma que o povo hebreu também saiu “com alegria” (עָמוּ בְשִׂשׂוֹן וְיִוָּצֵא).¹⁵ Por incrível que pareça, no momento quando imaginamos tal alegria ter se manifestado (Êxodo 14) deparamos com o relato de que o povo “temeu” (Êx 14.31). Nem mesmo o cântico de Moisés que vem logo depois menciona ou utiliza o substantivo “alegria” (שִׂשׂוֹן). Mesmo nos episódios listados no salmo (as codornizes, o maná e a água da rocha) a alegria não parece ser sido a reação que caracterizou o momento. Mesmo assim, o entendimento trazido pelo Salmo 105 desafia os leitores futuros a se lembrarem das peregrinações no deserto como momentos de alegria. Os relatos de rebelião, murmuração e idolatria que abundam no livro de Êxodo acabam impedindo-nos de imaginar a alegria do povo ao sair do Egito e ser conduzido por Deus no deserto. A presença de rebelião, murmuração e idolatria não exclui a possibilidade de haver alegria, como ficou claro no episódio dos espias; a maioria retornou com medo e decepção, mas Josué e Caleb retornaram encorajados e otimistas.

O terceiro e último ponto tem a ver com a lembrança da palavra de Deus e de Abraão. Segundo o salmista, Deus atendeu ao pedido do povo no caso das codornizes, do maná e da água da rocha por causa da sua “santa palavra” (דְּבַר קְדָשׁוֹ). Considerando que o verso 42 acrescenta ainda a lembrança de Abraão além de se lembrar da sua santa palavra, não seria difícil entender que a sua “santa palavra” seja aquilo que ele prometeu a Abraão. Essa é a única explicação para acrescentar Abraão imediatamente após sua “santa palavra”. Novamente, o entendimento do Salmo 105 nos desafia a olhar para as situações conflituosas da peregrinação no deserto ainda dentro do escopo da promessa feita aos patriarcas. Ou seja, os benefícios concedidos aos hebreus murmuradores a caminho do monte Sinai foram feitos por causa de Abraão; mais especificamente, por causa daquilo que Deus prometeu ao patriarca. Essa é uma excelente atitude para associarmos com as coisas que o povo recebia das mãos do Senhor em meio a tanta contenda.

¹⁵ Literalmente: “Fez o seu povo sair com alegria”. Isso mostra que a expressão tem a ver com a saída do Egito e não com a peregrinação no deserto.

2.5 A finalidade da terra prometida (v. 44-45)

A última seção do salmo 105 dedica-se ao período da conquista. Como já observamos, o salmista está fazendo uma releitura dos eventos que já havíamos nos acostumados a ver de uma forma diferente. No caso da conquista da terra prometida, a grande novidade é a finalidade para a qual Deus concedeu ao seu povo a terra das nações: “*para que* (בְּעִבּוֹר) guardassem os seus preceitos”. O uso da partícula בְּעִבּוֹר não é comum no saltério; seu uso nesse verso traz ênfase inevitável ao que está sendo apresentado como justificativa ou finalidade para a posse da terra dos povos, a saber, “guardar seus preceitos” (יִשְׁמְרוּ חֻקָּיו).

Tabela 5: A finalidade da terra prometida (Salmo 105.44-45)

<p>⁴⁴ Deu-lhes as terras das nações, e eles se apossaram do fruto do trabalho dos povos, ⁴⁵ para que lhe guardassem os preceitos e lhe observassem as leis. Aleluia!</p>
--

Sem dúvida, o entendimento trazido pelo salmista aponta para uma realidade nem sempre considerada: a obediência e cumprimento pleno da lei que foi dada no monte Sinai estavam restritos à permanência na terra de Canaã. O povo de Israel não tinha como cumprir muitos dos mandamentos contidos na lei antes de entrar e tomar posse da terra. Essa é a razão por trás do prefácio recorrente: “Quando entrares na terra que o SENHOR, teu Deus, te der...” (Dt 17.14; 18.9). Semelhantemente, após ter sido levado para o exílio, Israel ficou impossibilitado de obedecer às leis por completo, pois não podia mais cumprir algumas exigências relacionadas à cidade de Jerusalém e ao templo. É nesse sentido, então, que o salmista vincula a posse da terra com a obediência à lei: eles receberam a terra das nações *a fim de que* guardassem os mandamentos e estatutos do Senhor. A terra é o contexto ideal e válido para que a lei seja cumprida de maneira plena.

CONCLUSÃO

Como o salmista espera que nos lembremos dos grandes feitos do Senhor ao longo da história? Como dissemos no início, o tipo de sentimentos que associamos aos eventos pode ser determinante para fixarmos nossa lembrança em pontos da história que afetaram mais profundamente nossos sentimentos, seja de forma positiva ou negativa. Como foi dito, o objetivo deste artigo é entender a releitura que o salmista faz dos atos gloriosos do Senhor, ou seja, dos “seus feitos” (L3 *’ālilōwtāyw*) ou de “suas maravilhas” (L6 *nīplā’ōwtāyw*). Não há como alterarmos o que foi feito, nem ignorarmos o que aconteceu, mas podemos nos lembrar dos fatos sob uma nova ótica.

A proposta do Salmo 105 se mostrou ousada e inovadora, desafiando-nos a ter novos sentimentos em relação a alguns eventos. Se conseguirmos fazer isso, nossa missão de contar os feitos do Senhor às gerações vindouras, bem como entre as nações, será bem diferente daquela dos israelitas no Antigo Testamento. A possibilidade apresentada pelo salmista nos desafia não à repetição pura e simples, mas a uma compreensão informada pelo progresso da revelação. O progresso da revelação cria novas margens que nos autorizam a reler os feitos do Senhor com novas ênfases e implicações. Considerando que a releitura feita pelo salmista ainda não contemplava desdobramentos futuros na história da redenção, fica o desafio aos leitores contemporâneos que possuem o cânon completo das Escrituras de reler os feitos do Senhor com novo ânimo. A missão é clara: “O que ouvimos e aprendemos, o que nos contaram nossos pais, não o encobriremos a seus filhos; contaremos à vindoura geração os louvores do Senhor, e o seu poder, e as maravilhas que fez” (Sl 78.3-4). Os sentimentos com os quais vestirmos nossa narrativa serão determinantes para que nossos filhos continuem conhecendo e amando o Deus revelado nas Escrituras. De qualquer forma, não testemunhar sobre o que Deus fez é roubar dos nossos filhos a oportunidade e os meios de louvar a Deus de todo o coração.

ABSTRACT

The purpose of this article is to demonstrate how the psalmist’s re-reading of the Lord’s deeds can reconfigure our feelings once linked to them. The author strives to demonstrate how the language adopted by the psalmist in Psalm 105 breaks with paradigms and awakens the reader to a new attitude towards the way the people of Israel remembered and narrated some key events in the history of redemption. The author believes that the psalmist’s retelling should be used as a model that challenges us to have a similar attitude toward the Lord’s deeds in the past. The article basically presents two indispensable skills for those who are willing to do such a re-reading: 1) one must learn to remember the deeds of the Lord, and 2) one must learn to understand his deeds. The conclusion reached by the author is that we cannot change what was done in the past, nor ignore what happened, but we can remember the Lord’s deeds in a new light.

KEYWORDS

Psalm 105; Theological interpretation of the Old Testament; Literary analysis of Psalm 105.

O SUPREMO OFICIAL E SEUS SUBOFICIAIS: A NATUREZA DO TRÍPLICE OFÍCIO DE CRISTO

*Heber Carlos de Campos Júnior**

RESUMO

A doutrina do tríplice ofício, ou dos três ofícios de Cristo, é apresentada como característica da tradição reformada desde João Calvino, passando pela produção confessional dos séculos 16 e 17, embora seja pouco explorada entre os que se julgam reformados no Brasil hoje. A fim de responder a acusações e corrigir percepções equivocadas deste locus doutrinário, o artigo primeiramente investiga a fundamentação escriturística e a história da redenção para concluir que se trata de um paradigma bíblico, antes do que uma imposição dogmática ao texto sagrado, por pelo menos três razões: regulamentação na lei mosaica, expectativa escatológica de algo superior quanto aos ofícios e a presença de uma figura que reuniria os três ofícios. Em segundo lugar, o artigo ressalta características da natureza do ofício (constituição encarnada, autoridade divina, teor redentivo, exercício simultâneo das funções e requisito de obediência) que corrigem equívocos cristológicos e eclesiológicos tanto na academia quanto na igreja. Por último, este artigo apresenta o exercício dos ofícios pelos cristãos sob a autoridade de Cristo com três preocupações em vista: combater os usurpadores que se colocam como intermediários de espiritualidade, evitar o triunfalismo por meio de uma trajetória de humilhação e consequente exaltação do tríplice ofício, e distinguir o exercício dos ofícios pelo Supremo Oficial do nosso exercício enquanto suboficiais.

* Doutor em Teologia Histórica (Ph.D.) pelo Calvin Theological Seminary (Grand Rapids, Michigan); mestre em Teologia Histórica (Th.M.) pelo CPAJ. Professor de Teologia Histórica no CPAJ e de Teologia Sistemática no Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição. Pastor da Igreja Presbiteriana Parque das Nações (Santo André, SP).

PALAVRAS-CHAVE

Tríplice ofício de Cristo; Três ofícios de Cristo; Ofício profético; Ofício sacerdotal; Ofício real; Tradição reformada; Sacerdócio real; Cristologia; Eclesiologia.

INTRODUÇÃO

A doutrina dos ofícios de Cristo é um assunto significativo para a tradição reformada e sobre o qual ainda ouvimos pouco em nossas igrejas. Ainda que o interesse pela teologia reformada que tem movimentado o cenário evangélico brasileiro no século 21 continue em vigor, esta é uma área da teologia reformada pouco conhecida. Além de seções em teologias sistemáticas, quase não encontramos livros nem mesmo artigos sobre o assunto em nosso idioma. Eis uma parte da tradição que os brasileiros que se autointitulam “reformados” precisam descobrir.

Donald Macleod afirma que o conceito original era de um ofício tríplice (*munus triplex* = encargo triplo), o ofício (*officium* = dever) de mediador, com três funções: profeta, sacerdote e rei.¹ O conceito de “mediador” é antigo na história da revelação (Dt 5.5), mas foi aplicado a Cristo como único mediador entre Deus e os homens (1 Tm 2.5; Hb 8.6; 9.15; 12.24). Na tradição reformada, tornou-se comum falar de Cristo como o mediador do Pacto da Graça. Portanto, seus encargos oficiais estão ligados às promessas da aliança. Além da linguagem de um ofício (o de mediador), é válido utilizar a linguagem de três ofícios porque no Antigo Testamento homens distintos ocupavam encargos sem acumular sequer dois deles. Inclusive, a própria tradição reformada utiliza as duas terminologias intercambiavelmente.² Utilizaremos, portanto, os termos “tríplice ofício” e “três ofícios” complementarmente a fim de tratar dessa doutrina tanto nas suas diferentes funções e objetivos cumpridos por cada ofício, assim como da reunião desses ofícios em um só mediador.

Essa doutrina não é invenção dos reformadores, pois já é antiga na história da igreja.³ Talvez tenha se desenvolvido entre os protestantes mais do que entre

¹ MACLEOD, Donald. A obra de Cristo. In: BARRETT, Matthew (Org.). *Teologia da Reforma*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017, p. 302.

² William Ames diz num aforismo que “o ofício... é triplo; a saber, de profeta, sacerdote e rei”. No aforismo seguinte ele se refere ao ofício no plural: “o número e ordem dos ofícios”. AMES, William. *The Marrow of Theology*. Grand Rapids: Baker, 1997, l.xix.10-11 (p. 132). O *Breve Catecismo de Westminster* (1647), em sua edição original, fala na pergunta 23 dos “ofícios” que Cristo executa como nosso Redentor. Wilhelmus à Brakel, teólogo holandês do final do século 17, também se refere aos ofícios de Cristo no início do capítulo e logo em seguida fala do “ofício de Mediador”, no singular. BRAKEL, Wilhelmus à. *The Christian's Reasonable Service*. Joel R. Beeke (Org.). Grand Rapids: Reformation Heritage Books, 1992, vol. 1, p. 517-518.

³ EUSÉBIO, *História Eclesiástica*, 1.3.7-9; TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theologiae*, III.xxii.2. Donald Macleod ainda menciona que João Crisóstomo, Lutero, Melanchthon, Bullinger e Osiander fazem rápidas alusões aos ofícios, mas não fórmulas sistemáticas. MACLEOD, 2017, p. 305-306.

católicos porque a mediação de Cristo foi um ponto chave na controvérsia com Roma (ex.: orações aos santos e Maria). Em sua obra principal, o reformador João Calvino foi o primeiro a discursar sobre a obra de Cristo debaixo da estrutura do tríplice ofício (o capítulo 15 do livro 2 das *Institutas*).⁴ Na edição de 1536 Calvino fala de um duplo ofício; na edição de 1539, além do Catecismo de Calvino (1541), já entra a linguagem de um tríplice ofício. Porém, é só na edição definitiva das *Institutas* (1559) que Calvino dedicou um capítulo inteiro aos três ofícios.⁵ Tal estrutura influenciou a tradição reformada de tal forma que em várias obras dogmáticas subsequentes os ofícios englobaram toda a tratativa sobre a obra de Cristo.⁶ O fato desse capítulo estar situado nas *Institutas* entre a discussão sobre a pessoa de Cristo e a discussão da sua obra talvez explique porque o tríplice ofício ou os três ofícios tenham ganhado caráter estruturador da obra de Cristo entre os reformados.

Calvino trata dos ofícios de Cristo de forma bem pastoral em um capítulo de suas *Institutas* (II.xv).⁷ Lá, ele aponta para o fato de que Cristo é chamado de “Messias” ou Ungido porque os três ofícios do Antigo Testamento recebiam a unção com óleo. Há textos bíblicos que mostram a unção de profetas (1 Rs 19.16; 1 Cr 16.22; Sl 105.15), sacerdotes (Êx 29.29; 40.15; Lv 4.3; 16.32; Nm 3.3) e reis (1 Sm 9.16; 10.1; 1 Rs 1.34, 39; 2 Rs 9.3; 11.12). Calvino diz que, como profeta, Cristo deveria ser ouvido de forma singular, pois recebeu uma chancela do próprio Pai na transfiguração.⁸ Como rei, Cristo é protetor da igreja com um reino que não padece como os reinos deste mundo⁹ e

⁴ Berkhof afirma que “Calvino foi o primeiro a reconhecer a importância de distinguir os três ofícios do Mediador e a chamar a atenção para isto num capítulo específico das suas *Institutas*”. BERKHOF, Louis. *Teologia Sistemática*. Trad. Odayr Olivetti. Campinas: Luz Para o Caminho, 1990, p. 357.

⁵ MACLEOD, 2017, p. 306-307.

⁶ Do período da pós-reforma, temos Zacarias Ursino, James Usher, François Turretini, Wilhelmus à Brakel, Thomas Ridley e John Gill, dentre outros. Do período moderno, temos nomes conhecidos como Charles Hodge e Louis Berkhof. Um exemplo contemporâneo dessa divisão tríplice da obra de Cristo é o livro de Robert Letham, *A obra de Cristo*. São Paulo: Cultura Cristã, 2007. Sobre os séculos 16 e 17, Heinrich Heppe afirma que os luteranos só falavam de um duplo ofício (régio e sacerdotal). HEPPE, Heinrich. *Reformed Dogmatics*. Londres: Wakeman, s.d., p. 453. Se de fato essa ênfase dupla marcou o início do movimento luterano, não ficou assim por muito tempo. Johann Gerhard, o grande teólogo luterano do início do século 17, já trata do tríplice ofício em sua obra dogmática. GERHARD, Johann. *On Christ: Theological Commonplaces*. Benjamin T. G. Mayes (Org.). St. Louis: Concordia Publishing House, 2009, p. 318-330.

⁷ François Wendel afirma que o capítulo 15 do livro 2 não aparece na primeira edição das *Institutas*, mas é desenvolvido gradativamente a partir de 1539 e só recebe um capítulo inteiro na edição de 1559. É possível que ele tenha derivado essa ideia de Bucer, o qual a menciona em seus comentários dos evangelhos. WENDEL, François. *Calvin: Origins and Development of His Religious Thought*. Grand Rapids: Baker Books, 2002, p. 225.

⁸ CALVINO, João. *As Institutas*. Ed. clássica de 1559, vol. único. Trad. Waldyr Carvalho Luz. São Paulo: Cultura Cristã, 2022, II.xv.2.

⁹ CALVINO, 1559, II.xv.3.

compartilha de suas riquezas atendendo a cada uma de nossas necessidades.¹⁰ Como sacerdote, ele apazigua a ira divina de tal forma que o Pai se torna favorável para conosco.¹¹

Tal paradigma triplo entrou na tradição confessional reformada. Essa divisão da obra de Cristo está no *Catecismo de Heidelberg* (perguntas 31 e 32), *Confissão de Fé de Westminster* (8.1), *Catecismo Maior de Westminster* (p. 42-45), *Breve Catecismo de Westminster* (p. 23-26), dentre outros documentos confessionais. Observe como o *Catecismo Maior de Westminster* explica que Jesus foi chamado de Cristo (“ungido”) em conexão com os ofícios, tendo autoridade e poder para exercê-los durante todo o seu ministério até o dia de hoje (p. 42):

P. Por que foi o nosso Mediador chamado Cristo? R. O nosso Mediador foi chamado Cristo, porque foi acima de toda a medida unguido com o Espírito Santo; e assim separado e plenamente revestido com toda a autoridade e poder para exercer as funções de profeta, sacerdote e rei da sua igreja, tanto no estado da sua humilhação, como no da sua exaltação.

Essa pergunta do *Catecismo Maior* apresenta alguns aspectos riquíssimos acerca da obra de Cristo. Primeiramente, aponta para a realidade de que ser unguido significa ser cheio do Espírito. O ofício de Cristo está relacionado à obra do Espírito em Cristo (aspecto pneumatológico). Em segundo lugar, essa obra do Espírito resultou em autoridade e poder. A função tríplice do mediador sobre a sua igreja implica em autoridade divina para cumprir uma missão e poder encarnado para realizá-la (aspecto missiológico). Em terceiro lugar, seu ofício é exercido tanto no estado de humilhação como de exaltação. Isso implica em operações de Cristo que prosseguem do singelo ao glorioso (aspecto escatológico).

Além das alegações cristológicas, a tradição reformada sempre utilizou a categoria do tríplice ofício para aplicar ao serviço cristão, como forma de explicar textos bíblicos que apontam nessa direção (Ef 2.6; 1 Pe 2.5, 9-10; 1 Jo 2.20, 27; Ap 5.10). Isso significa que esta doutrina cristológica também tem uma esfera eclesiológica; afinal, se somos corpo de Cristo, devemos operar semelhantemente ao cabeça. O tríplice ofício de Cristo aplicado a nós cristãos já faz parte sólida da tradição reformada desde o *Catecismo de Heidelberg* (1563), pergunta 32:

P. Por que você é chamado cristão? R. Porque pela fé sou membro de Cristo e, por isso, também sou unguido para ser profeta, sacerdote e rei. Como profeta confesso o nome dEle; como sacerdote ofereço minha vida a Ele como sacrifício

¹⁰ CALVINO, 1559, II.xv.4.

¹¹ CALVINO, 1559, II.xv.6.

vivo de gratidão; e como rei combato, nesta vida, o pecado e o diabo, de livre consciência, e depois, na vida eterna, vou reinar com Ele sobre todas as criaturas.

Diante desse paradigma cristológico com aplicabilidade eclesiológica, este artigo tem um tríplice propósito. Primeiramente, o tríplice ofício precisa ser mais bem investigado a fim de receber a chancela de “paradigma bíblico”, antes que um molde doutrinário imposto ao texto sagrado. Diante de acusações de que o *munus triplex* seja uma categoria dogmática imposta ao texto, essa primeira seção procura explorar a teologia bíblica do tríplice ofício. Em segundo lugar, o artigo visa explorar a natureza do tríplice ofício de Cristo para corrigir certos conceitos na academia e na igreja acerca da obra de Cristo que não coadunam com a revelação bíblica sobre a função messiânica. Não significa que essa investigação da natureza dos ofícios de Cristo seja meramente combativa, mas visa enriquecer a compreensão de sua missão enquanto Messias. Não há espaço neste texto introdutório para explorar as riquezas de cada um dos ofícios, mas ao apresentar a natureza deles será possível refletir inicialmente sobre a contribuição que cada um concede à obra redentora. Em terceiro lugar, este artigo intenta apresentar a nossa função como suboficiais debaixo do Supremo Oficial, explorando o nosso trabalho sob a autoridade de Cristo ao mesmo tempo em que confronta equívocos eclesiológicos.

1. UM PARADIGMA BÍBLICO

A partir do final do século 18 a teologia moderna passou a criticar esse paradigma sugerindo que tal estrutura dogmática estava sendo imposta ao texto bíblico, ou que os três ofícios estavam sendo apresentados como abrangendo toda a obra de Cristo. Todavia, o paradigma não exclui a utilidade de outros títulos que explicam a messianidade de Cristo (ex.: pastor, juiz, sábio). Ele apenas utiliza três figuras autoritativas na história de Israel que são assumidas por Cristo como parte de sua missão messiânica.¹²

Walter Kaiser oferece fundamentação exegética para o paradigma ao afirmar que o termo hebraico מָשִׁיחַ (*mashiah*), traduzido na Septuaginta por Χριστός (*christos*), está dentro de uma família de palavras utilizadas para a consagração de objetos ou pessoas. Todavia, o substantivo (que aparece 39 vezes no Antigo Testamento) só é aplicado a pessoas: “os que eram consagrados nessa categoria eram sacerdotes, profetas e reis”.¹³ Kaiser prossegue mostrando como o substantivo foi muito utilizado para se referir a Davi, mas não se deve

¹² Para um resumo de objeções feitas ao paradigma do tríplice ofício na teologia moderna e contemporânea, vindas de teólogos como Albrecht Ritschl, Wolfhart Pannenberg e Karl Barth, dentre outros, ver: STROUP III, George W. “The Relevance of the *Munus Triplex* for Reformed Theology and Ministry”. *Austin Presbyterian Theological Seminary Bulletin* 98.9 (jun. 1983), p. 22-32.

¹³ KAISER JR., Walter C. *O Messias no Antigo Testamento*. São Paulo: Shedd, 2021, p. 15.

estranhar que o título “ungido” também seja usado para sacerdotes e profetas. “O grande antítipo, o Cristo do Novo Testamento, abraçou todos os três cargos e funções de profeta, sacerdote e rei. Nesse sentido, o Messias estaria acima dos ‘seus companheiros’ (Sl 45.7)”.¹⁴

Além do termo messias, há outros termos que apontam para a ideia de ocupação autoritativa, um dos sentidos de ser um ungido. A palavra hebraica כהן (*kahan*) é muito utilizada em Êxodo para se referir ao ofício sacerdotal (28:1, 3, 4, 41; 29:1, 44; 30:30; 31:10; 35:19; 39:41; 40:13, 15); a palavra grega ἱερατεία (*hierateia*) cumpre a mesma função ao se referir à posição sacerdotal (Lc 1.9; Hb 7.5). A palavra hebraica פקדון (*pequdâ*) tem o sentido de oficial que recebeu autoridade para uma função (“cargo” em Nm 4.16; “guardas” em 2 Rs 11.18; “deveres” em 1 Cr 24.3; “superintendência” em 1 Cr 26.30 e 2 Cr 23.18; “comissão” em 2 Cr 24.11; “encargo” em Sl 109.8; “inspetores” em Is 60.17). Uma variedade de traduções corrobora para comunicar a ideia de um ofício. Portanto, é comum ver como a história bíblica aponta para pessoas com funções autoritativas a realizar.

O ungido não é apenas um portador de autoridade, mas também de poder, já que a revelação une unção e o Espírito (1 Sm 16.13; Is 61.1; Lc 4.18; 2 Co 1.21-22). A presença do Espírito produz mudança (1 Sm 10.6), concede poder. Por isso, é dito de Jesus que ele foi ungido “com o Espírito Santo e com poder” (At 10.38). Isso significa que quando o Espírito desceu sobre Jesus no batismo (Mt 3.16), dando início ao seu ministério,¹⁵ o Cristo não foi apenas autorizado, mas também energizado para libertar os cativos, curando e expelindo demônios pelo poder do Espírito. Portanto, há fundamentação bíblica para a resposta do *Catecismo Maior* referida acima afirmar que Cristo foi revestido de autoridade e poder.

A observação de Kaiser acerca de Cristo estar acima dos seus companheiros reflete a progressividade da revelação na temática messiânica. Embora o Antigo Testamento tenha figuras emblemáticas da profecia, do sacerdócio e da realeza, o registro bíblico deixa claro que havia uma expectativa por um profeta maior do que Moisés, um sacerdote maior do que Arão e um rei maior do que Davi. Ele seria o auge dos três ofícios: profeta (Dt 18.15, 18; Is 61.1-2), sacerdote (Sl 110.4) e rei (2 Sm 7.12-13; Sl 2.6-9; 110.1; Is 9.7; Zc 9.9; Lc 1.32-33). Cristo, portanto, é o supremo oficial.

¹⁴ KAISER, 2021, p. 16.

¹⁵ Quando se pergunta sobre o tempo da vocação/unção, é melhor que entendamos que o batismo funciona como a cerimônia pública que o autoriza com o Espírito a iniciar o seu ministério em nome de Deus. É claro que ele já era rei por direito desde o seu nascimento (Mt 2.1-2) e se mostrou apto a falar em nome do pai em sua infância diante dos doutores, mas a cerimônia que oficializou foi o batismo. Lucas esclarece que após o batismo ele retorna do deserto no poder do Espírito e lê Isaías 61 na sinagoga (Lc 4).

Mas não são apenas passagens isoladas que levantam a expectativa de um supremo oficial, mas toda a trama bíblica ressalta tal progressividade rumo a esse oficial supremo. Primeiramente, o que é apresentado de forma seminal no período patriarcal ganha status legal na lei de Moisés. Embora a linguagem de profeta (Gn 20.7), sacerdote e rei (Gn 14.18) apareça no período patriarcal, os ofícios foram regulamentados a partir da lei mosaica. No período patriarcal, fiéis ouviram a Deus diretamente (Abraão, Jacó, Jó) sem a mediação do profeta, ofereceram sacrifícios sem a função mediadora do sacerdote (Abel, Noé, Abraão) e governaram seus patrimônios sem serem chamados de reis. Na lei mosaica, contudo, foram estabelecidos parâmetros da verdadeira profecia (Dt 13, 18), muitas regulamentações sacerdotais e até orientações sobre a realeza (Dt 17). Em suma, a lei determina o que seriam o profeta, o sacerdote e o rei ideais.

Em segundo lugar, a própria expectativa escatológica gira em torno de uma medida maior da profecia, do sacerdócio e da realeza. O grande profeta Moisés, a quem o Senhor falava de forma mais clara e plena (Nm 12.6-8), aspirou por um dia no qual a profecia seria para todo o povo (Nm 11.16-29) e isso só se cumpriu em Pentecostes (At 2) porque, primeiramente, Cristo se tornou o portador do Espírito por excelência (Lc 4.1; Jo 3.34) e, consequentemente, o despenseiro do Espírito (Jo 20.22). O sacerdócio levítico se tornou repetidas vezes contaminado e, por isso, surgiu a expectativa de um sacerdócio de outra natureza (Sl 110.4), superior, como argumentou o autor aos Hebreus. A universalização do sacerdócio também é profetizada no Antigo Testamento (Is 66.21). O grande rei Davi, parâmetro para todos os demais reis de Judá, recebeu a promessa de um herdeiro que se assentaria no trono para sempre (2 Sm 7.12-16), a quem ele chamou de “meu Senhor” (Sl 110.1; Mt 22.41-46). Se até mesmo os reis retos de Judá tiveram seus pecados narrados e suas reputações manchadas, esse rei é perfeito em caráter e glória.

Em terceiro lugar, a figura messiânica é apresentada como singularmente agregadora dos três ofícios, algo inédito na Escritura. Cada oficial no Antigo Testamento costumeiramente exercia apenas um dos ofícios. Para preservar essa separação de poderes os reis vinham da tribo de Judá e os sacerdotes da tribo de Levi. Essa separação ficou clara quando reis que procuraram exercer a função de sacerdote foram reprovados pelo Senhor (ex.: Saul tem o reino retirado dele por não respeitar essa separação, 1 Sm 13.8-14; Uzias é ferido de lepra até o fim dos seus dias e foi excluído da casa do Senhor, 2 Cr 26.16-21). No Antigo Testamento, poucos personagens acumularam dois ofícios e nesse aspecto apontaram para o maior dos oficiais (Davi foi rei e profeta, At 2.29-30, e funcionou excepcionalmente como sacerdote, 1 Sm 30.7-8; Melquisedeque também era rei e sacerdote, Gn 14.18).¹⁶ Porém, o próprio Davi precisou de

¹⁶ TURRETINI, François. *Compêndio de teologia apologética*. Vol. 2. Trad. Valter Graciano Martins. São Paulo: Cultura Cristã, 2011, XIV.v.5 (p. 473). Glenn Kreider procura ir na contramão da

um profeta em sua vida (Natã), revelando que ele não abrangia todo o ofício profético. Assim, os três ofícios eram sombra do Messias, o qual reuniria as três funções em uma pessoa. Algumas passagens se tornaram emblemáticas da expectativa da reunião dos ofícios (Sl 110; Zc 6.12-13).

Resumindo, não apenas a palavra “messias” está relacionada à unção dessas três figuras, além de outras palavras que apontam para a ocupação autoritativa e poderosa de um oficial, mas a história bíblica regulamenta as três funções, apresenta uma expectativa escatológica de uma dose maior dessas funções e aponta uma figura que reuniria os ofícios numa só pessoa. Portanto, há várias evidências que reforçam a ideia de que o tríplice ofício de Cristo é paradigma dogmático calcado na teologia bíblica.

É claro que os ofícios de Cristo não reduzem sua obra à mesma coisa que outros homens fazem, só que em maior grau. Isto é, Jesus não é apenas o Profeta, um Sacerdote superior, o Rei dos Reis. Ele também é a substância para a qual os ofícios apontam. Ele não é apenas o maior dos profetas, mas ele é a profecia.¹⁷ Ele não é apenas o Sumo Sacerdote, ele é a oferta. Ele não é apenas o Rei de Israel, ele é o Soberano cujo domínio era refletido na função real. Em outras palavras, ele é a realidade para a qual os ofícios apontam. Por isso, tornou-se comum na teologia reformada dizer que Jesus é mediador em conformidade com as duas naturezas.¹⁸ Os seus ofícios revelam não apenas o encargo humano, mas a realidade divina mediada aos homens.

Entretanto, os ofícios dizem respeito à realidade encarnada. É em sua humanidade que Cristo dá concretude à lei e à promessa contidas na profecia. É em sua humanidade que Cristo apresenta a provisão perdoadora do sacerdócio. É em sua humanidade que Cristo encarna o domínio sobre céus e terra. Por isso, é necessário destacar o ápice da revelação por meio desse tríplice ofício no Verbo encarnado. Como representante da autoridade que o comissionou, o oficial autoritativamente aponta para realidades superiores. Inclusive, é como portador e anunciador dessas realidades que Cristo será apresentado como paradigma de nosso serviço na última seção deste trabalho. Antes, porém, verificar-se-á qual é a natureza dos ofícios de Cristo.

opinião tradicional ao propor que existem alguns personagens no Antigo Testamento (Adão, Melquisedeque, Moisés e Davi) que reuniram as três funções antecipando o Messias que as cumpriria perfeita e permanentemente. Porém, sua defesa da tríplice função nos personagens tipológicos é cheia de falhas. Não fica claro como Adão supostamente cumpre as três funções ao dar nome às criaturas. Melquisedeque ser chamado de profeta por ter proferido a bênção não combina com o fato de que abençoar era uma função sacerdotal (Nm 6.22-27). A alegação de que Moisés funcionou como rei também valeria para Samuel, uma figura que não foi contemplada na sua tese. KREIDER, Glenn R. “Jesus the Messiah as Prophet, Priest, and King”. *Bibliotheca Sacra* 176 (abr.-jun. 2019), p. 174-187.

¹⁷ Turretini contrasta os profetas humanos com o Profeta divino-humano dizendo que os primeiros interpretam e comunicam a vontade de Deus ministerialmente, mas Jesus age como supremo intérprete de questões celestiais, algo que pertence somente a Deus. TURRETINI, 2011, XIV.ii.6 (p. 459-460).

¹⁸ Cf. TURRETINI, 2011, XIV.ii (p. 457-464).

2. A NATUREZA DOS OFÍCIOS

Esta seção visa elencar algumas características que marcam a essência do ofício, para que se esclareça a validade deste paradigma bíblico-dogmático na apreensão da obra messiânica de Jesus. Alguns equívocos acadêmicos e eclesiásticos serão corrigidos com o fim de ilustrar a importância de compreender bem a ontologia do tríplice ofício. Além de correções, cada característica abaixo será aplicada a alguma área da vida cristã mostrando a praticidade desta doutrina para o fiel alcançado pela obra de Cristo. As características abaixo de forma alguma visam ser exaustivas, mas apenas ilustrativas da natureza dos ofícios.

2.1 *Os ofícios são próprios da encarnação*

Os três ofícios são próprios do Redentor a partir da encarnação. É verdade que, no Antigo Testamento, Cristo já falava pelos profetas (1 Pe 1.11), o sistema sacrificial já dava acesso a Deus e Deus era rei (Salmos 24, 93, 99). No entanto, isso não significa que o Filho já exercia os ofícios no Antigo Testamento, pois o oficial é aquele que tem autoridade delegada, ele não é a própria fonte de autoridade. Assim como um oficial de justiça tem autoridade recebida do juiz ainda que não seja juiz, ou como o militar cuja patente revela um grau de autoridade representativo das forças armadas, tais realidades humanas ilustram o princípio de autoridade delegada de um oficial. Qualquer que fosse a atuação do Verbo no Antigo Testamento, ele não era oficial de Deus para os homens, pois ainda não era homem. Por isso, observamos a ênfase paulina de que o mediador era homem (1 Tm 2.5). Paulo não está negando que o Mediador possui ambas as naturezas – afinal, ele é a perfeita junção entre Deus e os homens –, mas está enfatizando que para o Deus salvador de fato salvar homens (1 Tm 2.3-4) é preciso que o mediador seja homem (ver a repetição do vocábulo “homem” no singular ou no plural nos versos 1, 4, 5). Até o fato de o ofício ser exercido à medida que Cristo é cheio do Espírito aponta para a sua humanidade.

Essa característica evita que afirmemos, como Herman Bavinck, que como Cristo foi apontado mediador desde a eternidade, já no Antigo Testamento ele era ativo como profeta, sacerdote e rei.¹⁹ Creio que Bavinck está confundindo o decreto com a execução histórica. Cristo é o Cordeiro morto antes da fundação do mundo no sentido de decreto, mas para morrer ele precisou se fazer homem na história. Embora sua mediação seja válida para os fiéis do Antigo e do Novo Testamentos, e embora tenha havido instrumentos de proclamação (profecia), sacrifício (sacerdócio) e governo (realeza) em ambos os testamentos, a pessoa

¹⁹ BAVINCK, Herman. *Reformed Dogmatics*. Vol. 3: Sin and Salvation in Christ. Grand Rapids: Baker, 2006, p. 365. Essa alegação já está presente na literatura reformada do século 17. Cf. WITSIUS, Herman. *The Economy of the Covenants Between God and Man: Comprehending A Complete Body of Divinity*. Vol. 1. Reprint. Phillipsburg, NJ: P&R Publishing, 1990, II.iii.2 (p. 178-179); BRAKEL, 1992, p. 564.

de Cristo só assumiu essas funções históricas quando se fez carne. Já afirmamos no parágrafo anterior a operação do Filho em fiéis do Antigo Testamento, mas as operações econômicas de Deus não podem ser confundidas com a operação de um ofício subordinado.

Berkhof observa que em Hebreus 5, especialmente verso 1, se diz que o sumo sacerdote é homem, age em favor dos homens nas coisas religiosas e oferece dons e sacrifícios pelos pecados.²⁰ Cristo, portanto, precisa estar encarnado para ser nosso Sumo Sacerdote. Vários teólogos destacam a divindade do Sumo Sacerdote Jesus, certamente um diferencial, mas se esquecem de destacar que para ser Sumo Sacerdote ele tinha que ser humano. Em Deuteronômio 17, está ordenado que o rei de Israel seja escolhido “dentre os seus próprios irmãos israelitas”, evitando que um estrangeiro seja rei em Israel (v. 15). Em ambas as passagens, há uma identificação entre o oficial e aqueles a quem ele ministra. Isso não significa que Cristo seja um mediador apenas conforme a sua humanidade, como já afirmado na seção anterior deste artigo, mas enfatiza que as funções do oficial só valem a partir da encarnação.

Destacar a encarnação como essencial ao oficialato de Cristo se coaduna de forma bela com a história da redenção. O Verbo teve que se fazer carne a fim de incorporar as tarefas que o povo de Deus desempenhou pecaminosa e imperfeitamente ao longo da história. Na história de Israel no Antigo Testamento, todos os ofícios naufragaram: os reis se desviaram da lei e foram levados cativos e, depois do cativo, não voltaram mais a se assentar no trono de Davi; os sacerdotes também se corromperam, voltaram a exercer o seu ofício após o cativo, mas mui timidamente e por tempo limitado (o templo físico seria destruído no ano 70 A.D.); os profetas se calaram após Malaquias e o povo aguardava que Deus voltasse a falar aos seus escolhidos. Portanto, a vinda de Cristo é um bálsamo para uma humanidade que falhara nas três funções na história de Israel.

2.2 Os ofícios são autoridade constituída por Deus

Já foi dito que o oficial carrega uma autoridade delegada por Deus em relação aos homens. Ninguém se autointitula oficial. A autoridade recebida precisa vir de quem tem a autoridade nas mãos. Hebreus 5 afirma que Arão não tomou a honra de ser sacerdote para si mesmo, mas foi chamado por Deus para tal (v. 4); semelhantemente, Cristo não se faz oficial, mas foi feito sacerdote/rei pelo Pai (v. 5, citando Sl 2.7). O Cristo já encarnado exerce a função de oficial, pois age como chamado e constituído pelo Pai a fim de exercer suas funções (Sl 45.6-7; Is 42.1; 61.1; Lc 4.16-24; Jo 3.17; Hb 1.8-9). Portanto, a tríplice ocupação oficial de Cristo provém de ser sido constituído por Deus

²⁰ BERKHOF, 1990, p. 362.

para tal. Ele tem a autoridade para agir em nome de Deus junto aos homens, e trazer os homens para junto de Deus nessa tríplice ocupação.

Um dos efeitos de o ungido ser constituído por Deus é que ele detém proteção divina. Aquele que se levanta contra o ungido é maldito de Deus (2 Sm 19.21). Essa é uma linguagem davídica explorada não apenas ao longo de sua trajetória rumo à coroação (1 Sm 24.6, 10; 26.9, 11, 23; 2 Sm 1.14-16), mas estabelecida por Davi em seus cânticos para todo o povo (1 Cr 16.22; Sl 20.6; 105.15; 132.10). O ungido é abençoado e protegido por Deus. Isso explica por que a epístola que afirma que nós, cristãos, temos a unção do Santo (1 Jo 2.20, 27), também afirma que o maligno não nos toca (1 Jo 5.18).

Essa característica de autoridade constituída corrige uma prática muito frequente na hinódia cristã. Se Cristo foi feito rei pelo Pai, se ele foi coroado rei por quem tem autoridade para delegar, então nós servos do Senhor não estamos na posição de coroar a Cristo. No entanto, observe quantas músicas cantam acerca de coroarmos a Cristo. O devido entendimento do oficialato nos ensina que só coroa outro quem tem a autoridade para transferi-la. Não podemos nem mesmo dizer que nós o coroamos rei em nossos corações. Nós reconhecemos sua realeza, nos submetemos a ela e a celebramos, mas nós nunca a constituímos.

Isso tem implicações para uma cultura que idolatra a democracia (o poder na mão do povo), quando na Escritura todo poder que temos é recebido e nunca transferido a Cristo. Jesus não anunciou a chegada da República de Deus, mas do Reino de Deus.²¹ Precisamos corrigir nossos paradigmas de poder quando o nosso assunto é a relação de Cristo com os seus súditos.

2.3 Os ofícios têm um propósito redentor

Foi dito anteriormente no artigo que ter um ofício é ter um dever específico, um encargo, uma missão definida a cumprir. Cristo assumiu os ofícios para restaurar o que o homem perdeu na Queda. Nas palavras do puritano William Ames: “O ofício é aquilo que ele assumiu a fim de obter salvação para os homens”.²² François Turretini afirma que o tríplice ofício “abarca tudo o que Cristo deveria fazer em sua missão e vocação diante de um Deus ofendido e dos seres humanos ofensores, reconciliando-os e unindo-os outra vez entre si”.²³ Tanto Ames como Turretini entendem que os ofícios pressupõem a Queda e se propõem a operar redenção.

²¹ CARSON, D. A. “Empolgando-se com Melquisedeque”. In: D. A. Carson (Org.). *As Escrituras dão testemunho de mim: Jesus e o evangelho no Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2015, p. 170.

²² AMES, 1997, I.xix.1 (p. 131).

²³ TURRETINI, 2011, XIV.v.1 (p. 471).

Ainda que alguns teólogos digam que o homem deveria ter sido profeta-sacerdote-rei no jardim do Éden,²⁴ antes mesmo do pecado, creio ser melhor observarmos que o homem deveria ter exercido funções no jardim que com o pecado ficaram prejudicadas. O homem foi criado para ser adorador do Senhor, proclamador ao próximo e dominador da criação, tudo em função de ser imagem de Deus. Com o advento do pecado, ele passou a precisar de mediadores, de um sacerdócio para adorar, de profetas para que a palavra divina fosse ouvida e de reis para exercer domínio. Se Adão não conseguiu sustentar intactos os três relacionamentos originais (com Deus, com o próximo e com a criação), Cristo vem restaurá-los por intermédio de seus ofícios. Portanto, eles precisam ser vistos como funções do mediador dentro da história da redenção; eles têm um caráter histórico-redentivo.²⁵

Ao relacionar o tríplice mandato recebido pelo homem na criação com o tríplice ofício de Cristo, é possível detectar a relação restauradora da obra de Cristo. O ofício profético nos permite ouvir o Senhor e ser chamados por ele à comunhão. O ofício sacerdotal nos permite relacionar-nos uns com os outros em misericórdia por causa da justiça de Cristo a nós imputada. O ofício real apazigua a inimizade da criação e a liberta do cativeiro da corrupção para sujeitá-la novamente ao domínio humano. Esses exemplos não significam que cada ofício restaura um dos três relacionamentos, apenas ilustram a abrangência deles para os nossos relacionamentos em geral. Poderíamos, por exemplo, dizer que reis visam colocar o povo sob o senhorio de Iavé, sacerdotes são mediadores da comunhão que o povo tem em Cristo e que profetas proclamam a restauração da terra no porvir. Portanto, a relação entre ofício e relacionamento não deve ser sustentada de forma fixa e engessada. Os paralelos visam apenas ilustrar como o que foi perdido na criação é resgatado pelo oficial messiânico.

Vale destacar que na teologia reformada o mediador é uma função do pacto da graça para que Jesus seja a ponte entre um Deus santo e homens pecadores. Por isso é que ele deve ser mediador segundo as duas naturezas, divina e humana.²⁶ Seguindo Bavinck, Berkhof escreve que “como Profeta, ele

²⁴ Cf. BELCHER JR., Richard P. *Prophet, Priest and King: The Roles of Christ in the Bible and our Roles Today*. Phillipsburg, NJ: P&R, 2016, p. 5-11. Seguindo insights de Meredith Kline e Gordon Wenham, dentre outros, Greg Beale argumenta que o jardim do Éden era um santuário, um templo arquétipo, onde a presença de Deus era real e desobstruída. Adão foi colocado nesse templo para “cultivar” e “guardar” (Gn 2.15), dois verbos que em outros lugares do Antigo Testamento são utilizados conjuntamente em contexto de adoração. Posteriormente na história de Israel os sacerdotes receberam funções de guardiões do templo (1 Co 9.23; Nm 11.1) para manter fora toda impureza (2 Cr 23.19). Portanto, a conclusão de Beale é que Adão era um vice-regente sacerdotal, um “sacerdote-rei”, já que tais funções foram separadas apenas com a queda, mas cuja expectativa escatológica seria de reunião dos ofícios (Zc 6.12-13). BEALE, G. K. *O Templo e a missão da igreja: uma teologia bíblica sobre o lugar da habitação de Deus*. São Paulo: Vida Nova, 2021, p. 66-70.

²⁵ Ver *Confissão de Fé de Westminster* VIII.1; *Catecismo de Heidelberg*, p. 31.

²⁶ Cf. TURRETINI, 2011, XIV.ii (p. 457-464).

representa Deus para com o homem; como Sacerdote, ele representa o homem na presença de Deus; e como Rei, ele exerce domínio e restabelece o domínio original do homem”.²⁷ Herman Bavinck também afirma que Cristo tinha que ser um profeta para “conhecer e revelar a verdade de Deus”, um sacerdote para dedicar-se a Deus em nosso lugar e um rei para governar e proteger-nos de acordo com a vontade de Deus.²⁸

Essa ideia de propor os três ofícios como cura para as nossas mazelas tornou-se comum desde os primórdios da tradição reformada. William Ames asseverou que os ofícios de Cristo atendem

[...] as necessidades dos homens que estão lamentavelmente trabalhando sob (a) ignorância, (b) alienação de Deus e (c) impotência para retornar a ele. A primeira é suprida pela profecia de Cristo, a segunda pelo seu sacerdócio e a terceira pela sua realeza.²⁹

Cerca de setenta anos depois, o reformado suíço Johann Heinrich Heidegger repetiu as aplicações de Ames quando escreveu que Cristo apresentou

[...] uma tríplice cura para limpar essa tríplice miséria. Como profeta ele extirpou a ignorância, Mt 23.10; como sacerdote ele suportou a alienação de Deus e de sua vida, Ef 2.13, e como rei ele superou a impotência para retornar a Deus, Sl 23.2-4; Sl 139.24; Ap 7.17.³⁰

Semelhantemente, Turretini fala que a tríplice miséria do homem é “a ignorância, a culpa e a tirania e escravidão do pecado”, sendo respectivamente sanadas pela “luz profética que dissipa a escuridão do erro; o mérito do Sacerdote que remove a culpa e obtém reconciliação para nós; o poder do Rei que remove a escravidão do pecado e da morte”.³¹

A tabela abaixo traz mais uma ilustração de como o tríplice ofício proporciona diferentes ações e efeitos redentores:

OFÍCIO	AÇÃO	EFEITO
Profeta	Revelação	Conhecimento
Sacerdote	Reconciliação	Comunhão
Rei	Reinado	Controle

²⁷ BERKHOF, 1990, p. 358; cf. BAVINCK, 2006, p. 368.

²⁸ BAVINCK, 2006, p. 367.

²⁹ AMES, 1997, I.xix.11 (p. 132).

³⁰ *Apud* HEPPE, Heinrich. *Reformed Dogmatics*. Londres: Wakeman Great Reprints, 1950, p. 453.

³¹ TURRETINI, 2011, XIV.v.8 (p. 474), minha tradução.

As correlações entre os ofícios e diferentes aspectos de nossa redenção são diversas. Poderíamos dizer que os ofícios se opõem à atuação de Satanás de forma complementar. Enquanto este é pai da mentira e induz falsos profetas, Jesus liberta com a verdade (profeta); enquanto Satanás é acusador, Cristo é advogado pois nos liberta de condenação (sacerdote); enquanto ele é usurpador, Cristo é rei por direito e conquista de volta o direito a todas as coisas. Essa correlação segue a tendência de reformados de fazer paralelos entre o tríplice ofício e várias passagens e temas da Escritura e da teologia. Ainda que alguns paralelos sejam possivelmente forçados, Turretini oferece alguns bons exemplos quando afirma que João 14.6 ensina que o sacerdote abre o caminho para o Pai, o profeta profere a verdade pois conhece o Pai como ninguém e a vida não pode ser mantida senão pelo rei.³² Ele ainda diz que os ofícios revelam as principais perfeições de Deus: o profeta revela a sabedoria de Deus, o sacerdote revela a conquista meritória da sua misericórdia por nós e o rei revela o poder para nos libertar e salvar.³³

2.4 Os ofícios são assumidos simultaneamente

Tais ofícios são assumidos e exercidos simultaneamente e não sequencialmente, como pensavam os socinianos (eles falavam do ministério de três anos como profeta, a cruz como sacerdote e hoje à destra do Pai como rei). Alguns reformados no passado falaram sobre uma ordem na execução dos ofícios (Cristo primeiro declarou a vontade do Pai, depois se ofereceu e por fim entrou em seu reino),³⁴ mas nunca intentaram falar que Cristo assumiu os ofícios separadamente. A *Segunda Confissão Batista de Londres* (1689), que segue bem de perto a *Confissão de Fé de Westminster* (1646) e a *Declaração de Savoy* (1658), acrescentou parágrafos ao capítulo 8 sobre o Mediador falando de uma ordem “necessária” dos três ofícios: profeta, sacerdote, rei (VIII.10). Nisso, ela destoou de suas confissões irmãs anteriores.

Na verdade, a própria Escritura confunde nossa percepção da ordem de execução. Quando ele expele demônios antes de sua exaltação, ele afirma que o reino é chegado (Mt 12.28) e o livro de Apocalipse, revelado por Cristo ao apóstolo João após a ascensão, é chamado de “profecia” (Ap 1.1-3). Portanto, não é saudável sustentar que Jesus exerceu os ofícios separadamente, nem mesmo que os tenha exercido na ordem de profeta, sacerdote e rei. Uma versão

³² TURRETINI, 2011, XIV.v.7 (p. 474).

³³ TURRETINI, 2011, XIV.v.12 (p. 475).

³⁴ Cf. AMES, 1997, I.xix.13 (p. 132); Heidegger *apud* HEPPE, 1950, p. 454. François Turretini chegou a definir a profecia, o sacerdócio e a realeza como “anúnciação, aquisição e aplicação”, transparecendo a ideia de que os ofícios teriam sido exercidos sequencialmente. TURRETINI, 2011, XIV.v.9 (p. 475). Porém, anteriormente ele já dissera que “Cristo não exerceu estes [ofícios] separadamente, mas em conjunto”. TURRETINI, 2011, XIV.v.5 (p. 473).

modalista dos ofícios esvazia a glória de essa figura messiânica ser ao mesmo tempo rei e sacerdote (Sl 110; Zc 6.13), de unir os ofícios. Se ele fosse rei e não fosse sacerdote, ele seria temível, mas não acessível. Nosso Salvador consegue reunir imagens aparentemente contrastantes (Leão e Cordeiro) e mostrar que ele é temível e manso, feroz e silente, rei e sacerdote!

Na cruz, normalmente associada ao ofício sacerdotal, Cristo foi desprezado em seus três ofícios, mas também realizou a obra redentora por intermédio dos três ofícios. Heber Campos³⁵ nos recorda como ele foi desafiado como profeta (Mt 26.67-68), seu poder sobre o santuário foi questionado (Mc 15.29-30) e sua realeza foi alvo de zombaria (Lc 23.36) com direito a manto, cetro e coroa (Mt 27.28-29). Mas por detrás de tal zombaria, houve grande triunfo do tríplice ofício. “Na cruz ele realiza sua obra de Sacerdote; porém, ao mesmo tempo nos mostra qual é a verdade, como convém a um Profeta; e triunfa sobre seus inimigos, como um Rei que vence ao morrer”³⁶ Precisamos enxergar a obra expiatória de Cristo à luz do tríplice ofício.³⁷ A obra redentora de Jesus não é descrita apenas de forma jurídica e religiosa (sacerdote), mas também de forma bélica (rei).³⁸

Embora seja costumeiro pensar na cruz como algo próprio do seu sacerdócio e na ressurreição, ascensão e sessão à destra do Pai como próprios de sua realeza, esse tipo de distinção passa a impressão de que os ofícios são exercidos consecutivamente. Todavia, é mais útil pensarmos nos ofícios à luz dos estados de Cristo. Devemos responder à seguinte pergunta: o que significa ser profeta, sacerdócio e rei no estado de humilhação e qual a mudança para o estado de exaltação?³⁹ É certo que no estado de humilhação Cristo é profeta sem honra, mas na exaltação (a partir de Pentecostes) o Espírito conduz muitos a profetizar e muitos à verdade. É certo que no estado de humilhação o sacerdote se entrega como oferta, mas tendo aberto um novo e vivo caminho na exaltação ele conduz muitos à presença do Senhor. Quanto à sua realeza humilhada, por não ser reconhecida ela se constitui em conquista dos seus e triunfo sobre o usurpador (como Davi, no período entre sua unção e sua coroação); mas quando

³⁵ CAMPOS, Heber Carlos de. *A humilhação do Redentor*. São Paulo: Cultura Cristã, 2008, p. 559-566; cf. TURRETINI, 2011, XIV.v.13 (p. 476).

³⁶ GAROFALO NETO, Emílio. “A ofensa romana aos três ofícios de Cristo”. In: ARAÚJO NETO, Felipe Sabino de (Org.). *A sistemática da vida*. Brasília: Monergismo, 2015, p. 129.

³⁷ Uma obra que procura fazer isso, embora desafiando a teologia ortodoxa, é SHERMAN, Robert, *King, Priest, and Prophet: A Trinitarian Theology of Atonement*. Nova York: T&T Clark, 2004.

³⁸ Para uma junção dessas duas imagens, ver TREAT, Jeremy R., *O Rei crucificado: vitória por meio do sacrifício*. São José dos Campos: Fiel, 2022.

³⁹ Para um resumo da importância da ressurreição no tríplice ofício, ver: ORTLUND, Gavin. “Resurrected as Messiah: The Risen Christ as Prophet, Priest, and King”. *Journal of the Evangelical Theological Society* 54.4 (dez. 2011), p. 749-766.

é coroado de glória de honra (Hb 2.9; Mt 28.18), ele reparte com o seu povo os despojos de sua vitória (Ef 4.7-12) para conduzir a expansão do seu reino.

2.5 Os ofícios exigem submissão

Os ofícios sempre se mostraram controversos porque o homem pecador não tem prazer em se submeter à autoridade de Deus. Moisés e Arão foram rejeitados em suas funções mediadoras repetidas vezes, ainda que apontados por Deus (Nm 12.1-8; 14.2, 4; 16.3; 16.12-14; 17-6-10). O resultado de tais rebeliões sempre foi juízo da parte de Deus, ainda que amenizado pela intercessão de Moisés. Quando estava no estágio de humilhação, Cristo foi rejeitado em seus três ofícios. Assim como os profetas do Antigo Testamento foram rejeitados, Jesus também foi rejeitado como profeta (Lc 4.16-24; 13.34). Assim como Davi não foi reconhecido publicamente como rei durante o governo de Saul, Cristo também foi o rei legítimo rejeitado por poderes paralelos (Mt 12.22-30; Jo 18.36-37; 19.19-22). Seu ofício sacerdotal também não foi compreendido (Jo 2.13-22). Isso significa que sua autoridade de um comissionado por Deus foi rejeitada. Rejeitar um oficial sempre significou rejeitar o próprio Deus e, no caso de Cristo, essa rejeição foi pessoal e direta. Rejeitar a Cristo é equivalente à rejeição de Deus no Antigo Testamento, só que agora com a revelação sublime do Verbo encarnado, o que torna a rebelião das gerações posteriores a Cristo ainda mais grave.

A fé parece frequentemente dissociada de autoridade em nossos dias. A teologia do “crente carnal” parece tornar o senhorio de Cristo um segundo momento da vida cristã, como se pudéssemos primeiro receber a Cristo como Salvador e depois recebê-lo como Senhor. Todavia, não é possível desfrutar de sua salvação se não nos colocarmos sob o seu senhorio. Só temos comunhão com Cristo se andarmos na luz (1 Jo 1.5-7), só amamos a Cristo se de fato guardamos os seus mandamentos (1 Jo 2.3-6). Outro problema de autoridade ocorre na igreja quando membros se julgam no direito de viver sua espiritualidade sem prestação de contas. Todavia, Cristo nos encoraja com sua autoridade comissionando-nos (Mt 28.18-20) e acompanhando-nos (Mt 18.18-20). Esse é o poder da igreja. Reconhecer essa autoridade evangélica é crucial para um caminho de juízo ou de bem-aventurança (1 Pe 2.6-8).

3. CRISTÃOS COMO SUBOFICIAIS DE CRISTO

Quando ouvimos falar dos ofícios de Cristo, nós nos familiarizamos mais com o exercício deles sob o estado de humilhação, isto é, durante os anos em que esteve aqui na terra até a cruz e o sepultamento. No entanto, é importante destacar como Cristo continua a exercê-los no estado de exaltação. Ouso dizer que, num certo sentido, o exercício dos ofícios no estado de exaltação é ainda mais glorioso, por obra do Espírito. Ainda que ele esteja ausente fisicamente, as glórias de seus ofícios são mais vistas e reconhecidas pelos homens. E o

que mais impressiona ao afirmar a glória dos ofícios hoje é o fato de que no estado de exaltação Cristo exerce seus ofícios tanto imediatamente (i.e., sem meios, de forma direta) quanto por intermédio da igreja. Afinal, ele nos dá o direito de sermos oficiais nele: sacerdócio real a fim de proclamarmos as virtudes de Deus (1 Pe 2.9); a tarefa de proclamar nos faz profetas, além de sacerdotes e reis. Assim como Cristo, nós também somos ungidos (1 Jo 2.20, 27). O Cristo assunto aos céus continua a exercer os ofícios de forma gloriosa e, agora, inclusive por intermédio de seus suboficiais.

O verso 3 do Salmo 110 fala que o povo se apresentará para a guerra, e eles vem vestidos de “santos ornamentos”, algo indicador de roupas consagradas. “Assim como o líder deles na batalha será um rei e sacerdote, também os guerreiros serão um exército de sacerdotes vestidos com vestes santas”.⁴⁰ Portanto, vemos uma junção da imagem de guerreiros sob o Rei e sacerdotes sob o Sumo Sacerdote. Já em Êxodo havia o sonho de uma nação privilegiada que seria vitoriosa sobre os seus inimigos pela força do Senhor (Ex 19.4-5) e que se colocaria como intermediária entre nações e o Senhor (Ex 19.6). Deus promete a Israel ser guardado pelo poder de Deus e testemunha a um povo incrédulo, dois temas trabalhados por Pedro na epístola em que ele cita essa passagem de Êxodo (1 Pe 2.9; ver 1 Pe 1.5; 2.12; 3.15). Portanto, é necessário entendermos o que significa ser um reino de sacerdotes, um sacerdócio real debaixo do Supremo Sacerdote-Rei.

A Reforma Protestante esteve atenta a essa verdade bíblica e, por isso, surgiu a ênfase eclesiológica de Martinho Lutero acerca da doutrina do sacerdócio universal dos crentes. Cristo constituiu um grupo de sacerdotes (1 Pe 2.5, 9; Ap 1.6) não para oferecer sacrifícios de redenção, mas de gratidão (Rm 12.1; Hb 13.15-16). A universalidade do sacerdócio significa que nós somos intermediários que aproximam o mundo de Deus mediante a missão proclamadora (1 Pe 2.9-10; Jo 17.21, 23).

Todavia, é necessário ir mais longe. Se a Reforma Protestante nos legou a importante doutrina do sacerdócio universal (contra o papel de intermediário exercido pelo clero romano), deveríamos seguir o seu exemplo e falar de profecia e realza universais. Os ofícios não são próprios de pastores ou líderes somente, nem devem ser vistos separadamente (como se uns fossem profetas, outros sacerdotes, outros reis). O famoso pregador inglês do século 18, George Whitefield, exemplificou a universalidade dos ofícios ao aplicar os três ofícios de Cristo aos pais de família. Num sermão intitulado “The Great Duty of Family Religion” (O grande dever da religião familiar), Whitefield escreveu: “Todo chefe de família deve se considerar obrigado a agir em três

⁴⁰ KAISER, 2021, p. 90.

competências: como profeta, para instruir; como sacerdote, para orar pelos outros e com eles, e como rei, para governar, dirigir e sustentar a família”.⁴¹

A universalidade dos ofícios nos livra de personalismos intermediários da espiritualidade. Como profetas, falamos a Palavra de Deus em nome de Deus com autoridade e não precisamos nos submeter a “profetas” especiais (1 Jo 2.20, 27). A não necessidade de ensino de que fala João significa não se submeter a mestres gnósticos. Como sacerdotes, conduzimos as pessoas a Deus por meio da cruz e intercedemos por elas; não precisamos de intermediários, de “orações poderosas” de líderes eclesiais ou de líderes de louvor que nos conduzem a uma experiência espiritual “mais sublime”. Como reis, somos anunciadores do reino vindouro até que venhamos a reinar sobre a terra; não devemos nos submeter a usurpadores de poder que gostam de manter hierarquias e controle da igreja. Não há mediadores entre o Supremo Oficial e seus subalternos.

Ainda que sejamos agraciados com o privilégio de trabalhar diretamente debaixo da ação do Espírito de Cristo, sem a necessidade de intermediários, não temos o direito de cultivar uma visão triunfalista de serviço e missão. Afinal, assim como Cristo primeiramente passou por humilhação para depois ser exaltado, nós seguiremos trajetória semelhante. Se Cristo é profeta, sacerdote e rei tanto no estado de humilhação quanto no estado de exaltação, deve-se pensar o mesmo a respeito dos cristãos. Existe uma maneira para Cristo e inclusive para nós de exercer o ofício mesmo debaixo de humilhação, assim como o exercemos de forma triunfante na exaltação. Agora, somos profetas procurando aprender a palavra e marginalizados na sociedade; somos sacerdotes impuros e nossa adoração ainda não reflete tudo o que Cristo fez por nós; somos embaixadores em terra estrangeira aguardando reinar com ele sobre a terra.

Além de recordar que nossas funções oficiais experimentam aspectos de humilhação, não podemos equiparar o ofício de Cristo e o nosso ofício. Fazemos bem em distinguir a diferença entre o Supremo Oficial e os suboficiais. Nosso ofício profético deve estar submisso ao momento revelacional no qual vivemos. Não temos a força profética que Jesus e os apóstolos tiveram quando apresentaram a vontade de Deus aos seus contemporâneos de forma nova e normativa. Somos servos da Palavra e nos submetemos ao poder do evangelho (Rm 1.16-17).

Nosso ofício sacerdotal não nos dá o direito de manter uma distância entre as bênçãos de Deus e os nossos liderados, como se nossa oração fosse mais poderosa, como se a nossa pregação fosse insubstituível, como se nosso

⁴¹ Voddie Baucham Jr. adapta assim essa terminologia de Whitefield: “O jovem deve estar pronto para representar sua família diante de Deus (como sacerdote), representar Deus diante de sua família (como profeta), suprir as necessidades dos membros de sua família (como provedor), e colocar-se entre a família e todos os que lhe quiserem machucar (como protetor)”. BAUCHAM, Voddie. *O que ele deve ser... Se quiser casar com minha filha*. Brasília: Monergismo, 2012, p. 192.

aconselhamento guardasse os segredos de uma vida bem-sucedida, como se a nossa gestão tivesse que microgerenciar tudo. Somos meros sacerdotes cujos louvores e vidas dedicadas a Deus estimulam outros a se reconciliarem com o Senhor. Nossa missão é cultivar a união que comprove ao mundo que o Cristo é enviado do Pai (Jo 17.21, 23).

Nosso ofício real também não pode assumir o papel de conquistadores na batalha espiritual. Nos evangelhos, Satanás é representado como inimigo vencido e os demônios são expulsos. Satanás está amarrado (Lc 11.21-22), a obra de Cristo é final e triunfante sobre os demônios (Jo 12.31-33; Cl 2.13-15; Ap 20.1-3). Por isso, nossa postura é apenas de resistência, como quem mantém a posição já conquistada (Ef 6.11, 13). Somos embaixadores que representam o reino de Cristo em terra estrangeira (2 Co 5.18-20); nossas igrejas são as embaixadas e seu papel é representar adequadamente o chefe de estado. Nosso ataque não é feito de orações poderosas e nosso louvor não é arma de vitória. Nosso único ataque, por meio da espada do Espírito (a Palavra de Deus), é feito diplomaticamente, pacificamente. Mas é por meio de nossa diplomacia que os eleitos são resgatados das garras do inimigo!

CONCLUSÃO

Neste artigo, observou-se que o paradigma do tríplice ofício de Cristo se tornou proeminente na tradição reformada e goza de amplo respaldo bíblico para não ser acusado de ser uma categoria dogmática imposta ao texto. Foi observado, também, que a natureza do ofício alinha vários aspectos por vezes negligenciados na academia e na igreja: sua constituição encarnada, sua autoridade divina, seu teor redentivo, o exercício simultâneo de suas funções e o requisito de obediência. Por último, observou-se que o exercício dos ofícios na igreja é abrangente e não tolera usurpadores da posição de Cristo que se colocam como intermediários dos demais. Por outro lado, combate-se o triunfalismo observando que o exercício da tríplice função passa por experiências de humilhação, além de se distinguir o ofício de Cristo de nossas funções.

O tríplice ofício de Cristo é um tema riquíssimo da tradição reformada e deve ser mais explorado do que tem sido. Esta singela introdução visa apenas despertar o leitor a enxergar as estruturas do oficialato de Cristo e sua natureza, a fim de ponderar outras aplicações *cristológicas* (ex.: como as funções expiatórias e intercessórias do sacerdócio de Cristo se relacionam), *soteriológicas* (ex.: como o ofício profético proporciona conhecimento, convicção e confiança nas promessas redentoras), *eclesiológicas* (ex.: como a realeza dos cristãos propõe uma grandeza contracultural que passa por se tornarem servos; Mt 20.25-28) e até *escatológicas* (ex.: o que significa entregar o reino ao Pai, de 1 Co 15.24-28?). É tempo de explorar mais esse paradigma em nosso ensino teológico e, principalmente, em nossa docência eclesiástica.

ABSTRACT

The doctrine of the threefold office, or Christ's three offices, is presented as characteristic of the Reformed tradition since John Calvin and the confessional documents of the 16th and 17th centuries, though it is poorly investigated among those who claim to be Reformed in Brazil today. In order to respond to accusations and correct mistaken perceptions of this doctrinal locus, the article first investigates the Scriptural foundation and the history of redemption to conclude that it is a biblical paradigm, rather than a dogmatic formula forced on to the sacred text, for at least three reasons: mosaic law regulations, eschatological expectation of something superior regarding the offices, the presence of a figure who would unite all three offices. Secondly, the article highlights characteristics of the nature of the office (incarnate constitution, divine authority, redemptive content, simultaneous exercise of the functions, and demand for obedience) that correct Christological and ecclesiological mistakes both in academic as well as ecclesiastical settings. Lastly, the article presents the exercise of the offices by Christians under the authority of Christ with three concerns in mind: to contend against the usurpers who place themselves as intermediaries of spirituality, to avoid triumphalism by means of the trajectory of humiliation and consequent exaltation of the threefold office, to distinguish how the Supreme officer works from our functions as sub-officers.

KEYWORDS

Christ's threefold office; Christ's three offices; Prophetic office; Priestly office; Royal office; Reformed tradition; Royal priesthood; Christology; Ecclesiology.

IMPORTÂNCIA DO ACONSELHAMENTO BÍBLICO PARA A IGREJA LOCAL

*Jonatas Silva Miranda**

RESUMO

Este artigo apresenta a importância do ministério e da cultura de aconselhamento bíblico na igreja local. Reconhecendo que o ato de aconselhar uns aos outros é uma ordenança bíblica e uma responsabilidade da igreja para com aqueles que necessitam de cuidado e auxílio, o artigo oferece uma base bíblica para esse ministério. Além disso, são indicados passos que podem ser adotados para a implementação efetiva desse ministério na vida da comunidade eclesial.

PALAVRAS-CHAVE

Aconselhamento bíblico; Igreja local; Cultura de aconselhamento bíblico; Ministérios; Cuidado mútuo.

INTRODUÇÃO

No contexto do funcionamento estrutural de uma igreja, é fundamental considerar a criação e desenvolvimento de ministérios cujo objetivo primordial seja abençoar os membros da congregação e capacitá-los a crescerem em conformidade com os ensinamentos de Cristo. O estabelecimento desses ministérios pode ser justificado por várias razões, das quais destacamos as seguintes: a identificação e utilização dos dons e talentos daqueles que servem na comunidade; a avaliação das necessidades específicas da igreja; a base de

* Doutorando em Ministério (DMin) pelo CPAJ/RTS; M.Div. com ênfase em Aconselhamento Bíblico pelo CPAJ (2020); especialista em Aconselhamento Bíblico pelo NUTRA – Núcleo de Treinamento e Aconselhamento (2017); bacharel em Teologia pelo Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição (2012). Pastor auxiliar na Igreja Presbiteriana Barra Funda, em São Paulo.

apoio e orientação bíblica, e, por fim, o grau de participação e entusiasmo demonstrado pelas pessoas envolvidas nos respectivos ministérios.

Essa visão global nos leva a considerar uma ampla gama de ministérios que podem ser desenvolvidos para atender às necessidades da igreja, abrangendo áreas como diferentes faixas etárias, educação religiosa, promoção da comunhão, assistência e cuidado pastoral, e coordenação dos aspectos litúrgicos do culto, entre outros. No entanto, entre os muitos tipos de ministérios que podem ser implementados em uma igreja, alguns se destacam como fundamentais para o crescimento e cumprimento da missão do corpo de Cristo. Tais ministérios desempenham um papel na orientação da igreja em direção à obediência às Escrituras, contribuindo para sua identidade¹ como uma igreja fundamentada na Bíblia que aponta para Cristo.

Nesse contexto, é imperativo ressaltar a importância de um ministério frequentemente subestimado e negligenciado pelas igrejas contemporâneas, a saber, o ministério de aconselhamento bíblico. Assim como os ministérios previamente mencionados, como música, assistência e ensino, são amplamente reconhecidos como essenciais para o enriquecimento da experiência congregacional, o ministério de aconselhamento também ocupa um lugar fundamental. Sua atuação está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento da santidade e ao amadurecimento dos membros da igreja, permitindo-lhes crescer em conformidade com o exemplo e os ensinamentos de Cristo.

O ministério de aconselhamento bíblico tem experimentado um certo grau de negligência por parte da igreja ao longo dos últimos 150 anos. Lambert destaca nove razões² que poderiam justificar essa negligência “de uma abordagem bíblicamente robusta” para a prática do aconselhamento. Dentre essas razões, pretendo focar três delas, conforme apresentadas por Lambert.

Primeiramente, Lambert³ argumenta que o aconselhamento é difícil de ver. Enquanto um sermão é assistido de maneira mais fácil, integrando-se

¹ Lane e Tripp argumentam que “a identidade funcional – e não teórica – da igreja molda a forma como ela pensa e age, o que ensina às pessoas e como as equipa para viver. Em algumas igrejas, as identidades sociológicas, tais como raça, classe, nível de educação e idade, impulsionam o ministério. A pergunta que toda igreja deve fazer não é: ‘Temos uma identidade?’ mas, ‘Qual é a nossa identidade?’ Como essa identidade molda a maneira como nos comportamos como igreja? Cristo está no centro? Se não, o que O substituiu? Lembre-se, mesmo as coisas boas podem substituir Cristo como fonte de vida e cabeça da igreja”. LANE, Timothy; TRIPP, Paul D. “One Church’s Story”. *The Journal of Biblical Counseling*, Glenside, PA, v. 24, n. 3 (verão 2006), p. 8. Entendendo que temos uma identidade, os ministérios na igreja devem convergir para que a identidade reflita Cristo de maneira clara e objetiva.

² As nove razões são: 1. Pessoas querem entender e ajudar outras pessoas; 2. Aconselhamento é difícil de ver; 3. Aconselhamento é difícil de fazer; 4. Revivalismo; 5. A controvérsia fundamentalista-modernista; 6. A revolução psicológica; 7. A mudança da economia americana; 8. A guerra civil; 9. As duas guerras mundiais. LAMBERT, Heath. *The biblical counseling movement after Adams*. Wheaton, Illinois: Crossway, 2012, p. 26-35.

³ LAMBERT, 2012, p. 27.

ao ministério público da palavra, o aconselhamento pertence ao âmbito do ministério pessoal da Palavra.⁴ Ao verem um aconselhamento acontecendo, a tendência é as pessoas passarem rápido ou ignorarem a situação. Passam rápido, pois sabem que ali estão sendo tratadas questões do coração.

Em segundo lugar, Lambert salienta que o aconselhamento é desafiador em sua realização. Inserido no contexto do ministério pessoal da palavra, o aconselhamento requer uma abordagem específica e individualizada. O conselheiro se envolve com pessoas reais, conhecendo seus nomes, rostos e histórias.⁵ Esta particularidade do aconselhamento bíblico contrasta com a natureza mais ampla de outros ministérios, tornando-o, por vezes, intimidador e complexo para os líderes eclesiais e para a igreja como um todo.

A terceira razão enfatizada por Lambert é a revolução psicológica. Culturalmente, a psicologia experimenta uma revolução que impacta diretamente a compreensão e o cuidado dispensado ao ser humano. Reivindicando para si a responsabilidade e autoridade de tratar das questões relacionadas à alma humana, incluindo desejos, pensamentos e comportamentos, a psicologia emergente influenciou significativamente as práticas e perspectivas adotadas pela igreja em relação ao aconselhamento em geral e principalmente em relação ao aconselhamento bíblico.

Estas razões delineadas por Lambert oferecem uma compreensão mais profunda dos desafios que cercam a plena implementação do ministério de aconselhamento bíblico no contexto eclesial contemporâneo.

Portanto, este artigo propõe-se a explorar tanto a definição do conceito de igreja quanto a definição do que é aconselhamento bíblico, fundamentando-se nos princípios extraídos das Escrituras para este ministério específico ser desenvolvido na igreja local. Além disso, buscará oferecer uma abordagem prática para a efetivação do aconselhamento bíblico no contexto da igreja local.

1. ENTENDENDO A RELAÇÃO DA IGREJA COM O ACONSELHAMENTO

1.1 *Como podemos entender a igreja*

Para um desenvolvimento saudável do aconselhamento bíblico na igreja local, é preciso entender o que é a igreja. David Powlison traz a definição abaixo:

A igreja – como a Bíblia define – contém uma mistura requintada de liderança e reciprocidade, de funções especializadas e chamado geral, de verdade e amor, de

⁴ Para compreender a definição e dinâmica dos ministérios da palavra em suas facetas pública, privada e pessoal, recomendo a leitura de: SANTOS, Valdeci S. As três dimensões do ministério da Palavra. *Fides Reformata*, v. 27, n. 1, 2022, p. 25-34.

⁵ LAMBERT, 2012, p. 28.

sabedoria para viver e flexibilidade para atender aos problemas que pecadores e sofredores enfrentam. O povo de Deus, que age como povo de Deus, provê a instituição ideal e desejável para ajudar a corrigir o que nos aflige.⁶

Este conceito aborda a dinâmica da eclesiologia, delineando que, enquanto comunidade eclesiástica, assumimos a responsabilidade de oferecer cuidado aos nossos aconselhados, visando capacitá-los a honrar a Deus em sua jornada cotidiana, vivendo diante dele.

Neste contexto, emerge uma compreensão palpável da vivência da realidade do corpo de Cristo, que se configura como uma intrincada amálgama de diversidades, conforme preconizado por Powlison. Contudo, destaca-se que tais diferenças não devem ser causas de separação, mas, antes, devem servir como elemento de união no serviço cristão ao Senhor. Este é o ambiente no qual cada membro desempenha suas funções específicas, contribuindo para o desenvolvimento coletivo enquanto corpo.

Lelek afirma que “o aconselhamento bíblico genuíno não pode ser efetivamente praticado isoladamente da igreja”.⁷ Para corroborar com seu argumento, o autor cita o teólogo R. B. Kuiper, que diz:

A tarefa suprema da igreja cristã é trazer aos homens a Palavra de Deus. Essa palavra é proveitosa para instrução, correção e muitas outras coisas. Ela também contém uma riqueza inesgotável de conforto. A gloriosa tarefa de transmitir esse conforto para almas perturbadas pertence à igreja.⁸

Nessa dinâmica, Kuiper e Lelek enfatizam que o encargo do cuidado da alma humana deve ser assumido pela igreja, configurando-se como uma prerrogativa inerente ao exercício do aconselhamento bíblico. Isso implica reconhecer que a responsabilidade de nutrir e zelar pela dimensão espiritual dos indivíduos é central para o ministério de aconselhamento dentro do contexto eclesiástico. Assim, a igreja, ao adotar uma abordagem de cuidado integral, assume a tarefa de orientar e apoiar seus membros no desenvolvimento de suas vidas espirituais.

Uma definição apresentada por Leeman apresenta uma ação importante que pode se relacionar com a prática de aconselhamento bíblico na igreja local:

A igreja local é um grupo de cristãos que se reúnem regularmente em nome de Cristo para confirmar e supervisionar legitimamente a participação uns dos

⁶ POWLISON, David. *Uma nova visão*. São Paulo: Cultura Cristã, 2010, p. 7.

⁷ LELEK, Jeremy. *Fundamentos do aconselhamento bíblico: raízes, crenças e futuro*. Eusébio, CE: Peregrino, 2021, p. 248.

⁸ KUIPER, R. B. *The Glorious Body of Christ*. Carlisle, PA: Banner of Truth, 2006, p. 230. Apud LELEK, 2021, p. 248.

outros em Jesus Cristo e em seu reino, mediante a pregação do evangelho e a prática de suas ordenanças.⁹

Nessa definição proposta por Leeman, destaca-se a ação de “supervisionar legitimamente”. Este processo implica um cuidado mútuo entre os membros da comunidade eclesial, sendo que o critério estabelecido para tal supervisão reside na prática das ordenanças de Jesus. O ministério de aconselhamento, dentro do contexto da igreja, emerge como uma ferramenta eficaz para a prática cuidadosa e legítima da supervisão recíproca na participação da vida uns dos outros.

Dessa forma, torna-se evidente que o aconselhamento não é apenas uma oferta de orientação individual, mas também uma expressão tangível do cuidado mútuo e da responsabilidade compartilhada dentro da comunidade eclesial.

Seguindo essa mesma perspectiva, Dever argumenta dizendo:

A igreja tem obrigação de ser o instrumento de Deus para que as pessoas cresçam na graça. Influências maduras que visam à santidade, numa comunidade de crentes unidos em um pacto, podem ser ferramentas nas mãos de Deus para o crescimento de seu povo. À medida que o povo de Deus é edificado e cresce unido em santidade e amor altruísta, os crentes devem aprimorar sua capacidade de ministrar disciplina e estimular o discipulado.¹⁰

Como componente integral do processo de discipulado, o aconselhamento bíblico se configura como uma ferramenta indispensável para manter a saúde da igreja e promover seu contínuo avanço em direção à santidade.

1.2 Quais são as funções da igreja como um todo?

A Escritura nos recorda, portanto, que a função primordial da igreja abrange uma série de responsabilidades, entre as quais se destacam: admoestar os insubmissos (Cl 3.12), consolar os desanimados (Hb 10.23-25), amparar os fracos (1Ts 5.14), demonstrar amor (Cl 3.14), propagar a sã doutrina (At 2.46), obedecer à grande comissão (Mt 28.19-20), cuidar uns dos outros (Ef 4.11-16), promover o desenvolvimento do amadurecimento espiritual (Cl 1.28-29), fomentar a santidade comunitária (Cl 3.12-17), aplicar a disciplina conforme orientada por Jesus (Mt 18.15-17) e glorificar a Deus (Ap 5).

O Aconselhamento Bíblico, assim, é como uma ferramenta essencial para a igreja desempenhar efetivamente essas funções, como um meio pelo qual a comunidade eclesial pode obedecer às ordenanças acima de maneira integral.

⁹ LEEMAN, Jonathan. *Membresia na igreja: como o mundo sabe quem representa Jesus*. São Paulo: Vida Nova, 2016. p. 68.

¹⁰ DEVER, Mark. *O que é uma igreja saudável?* São José dos campos, SP: Fiel, 2009, p. 98.

1.3 Uma definição de aconselhamento

A definição proposta por David Powlison destaca o Aconselhamento Bíblico como “conversas que têm a intenção de ajudar”.¹¹ Sob essa perspectiva, Powlison ressalta que o cerne do aconselhamento reside na busca ativa de assistência e apoio. Essa definição alinha-se à compreensão de que é incumbência da igreja oferecer cuidado aos seus membros e, durante o processo de aconselhamento, a meta primordial é oferecer ajuda. Na esfera eclesial, parte-se do princípio de que sempre haverá alguém necessitando de auxílio, consolidando assim o Aconselhamento Bíblico como uma ferramenta essencial para a comunidade eclesial cumprir sua missão de cuidado mútuo.¹²

Prosseguindo na elaboração de sua definição de aconselhamento, Powlison destaca um elemento crucial para compreendermos o processo de ajuda dentro da igreja:

Quando incluímos Deus no cenário, muda nosso jeito de pensar no problema, diagnóstico, estratégia, solução, ajuda, cura, mudança, entendimento e no conselheiro. Quando as luzes são acessas, enxergamos Deus e vemos que ele também nos vê. Nenhuma das palavras sobre aconselhamento será a mesma de antes. O mundo está cheio de problemas idênticos que imploram por ajuda (na verdade, quando vemos Deus, vemos ainda mais problemas!), mas os vemos sob outra perspectiva.

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos concluir que o Aconselhamento Bíblico não é meramente um processo de ajuda genérica, porém, mais crucialmente, é um processo de ajuda enraizado em Deus e em sua Palavra.

A fundamentação nesses princípios divinos delinea não apenas a abordagem, mas também a fonte e o padrão para o aconselhamento dentro do contexto da comunidade cristã. A orientação e os princípios extraídos da Palavra de Deus tornam-se a base inabalável que permeia todo o processo de ajuda, conferindo-lhe uma orientação teocêntrica e uma consistência fundamentada nas verdades eternas reveladas nas Escrituras. Dessa forma, o Aconselhamento Bíblico destaca-se como um processo de ajuda distintivo, cujo padrão é moldado pela sabedoria divina e pelos princípios contidos nas Sagradas Escrituras.

¹¹ POWLISON, 2010, p. 4.

¹² LANE, TRIPP, 2006, p. 6. Neste mesmo artigo, os autores apresentam seis fatos sobre a vida na igreja local: “Toda semana, pessoas na igreja local aparecem com problemas pessoais e interpessoais; a Bíblia contém tudo o que nós precisamos para ajudar essas pessoas (2Pe. 1.3); pessoas tendem a buscar ajudar primeiro em um amigo, familiar ou pastor antes de buscar um profissional; essas pessoas ou não irão conseguir ajuda, ou receberão uma ajuda ruim ou uma ajuda centrada no evangelho desses a quem buscam primeiro; se elas não receberem ajuda, buscarão em outro lugar; elas ajudarão outros recomendando ou com aquilo que encontram de ajuda”. Com esses seis fatos em mente podemos entender que a cultura de aconselhamento bíblico deve ser estabelecida e perpetuada como ministério de ajuda na igreja.

Outra definição que nos ajuda a entender esse processo de ajuda é a definição utilizada por Bookman:

Por definição e inclinação, um ministério de ajuda. Ele pressupõe um indivíduo que sendo confrontado por certo grau de confusão, decepção ou desespero e uma segunda pessoa que se empenha para ajudar analisando a situação do aconselhado, procurando desemaranhar as questões envolvidas, de forma a oferecer conselhos e direções úteis e benéficas.¹³

Certamente, na definição apresentada, fica evidente que o ministério de Aconselhamento Bíblico é, primordialmente, um ministério de ajuda. O conselheiro desempenha o papel de auxiliar o aconselhando no desenrolar e na compreensão das questões apresentadas.

O processo de “desemaranhar” destaca-se como uma fase na qual o conselheiro introduz a perspectiva divina na situação, trazendo Deus para o centro da discussão. O conselheiro, alinhado com as verdades da Escritura, busca oferecer orientações práticas e benéficas ao aconselhando. O uso da Palavra de Deus não apenas fornece orientação, mas também serve como alicerce sólido para as instruções e conselhos apresentados durante o processo.

Assim, o aconselhamento bíblico significa ter conversas com a intenção de aplicar, especificamente, a Escritura e a teologia a uma pessoa ou a um grupo de pessoas que precisam de ajuda e direção.

Nesta definição podemos compreender que deve haver intencionalidade no processo do aconselhamento bíblico. As conversas entre as pessoas precisam ser norteadas pelos ensinamentos da Escritura e da teologia, pois, como já visto, precisamos trazer Deus para o cenário. A aplicação precisa ser desenvolvida na especificidade da situação apresentada, na qual o conselheiro precisa ter profundidade, chegando ao coração, e criatividade¹⁴ ao contextualizar os con-

¹³ MACARTHUR, John. *Introdução ao aconselhamento bíblico*. São Paulo: Hagnos, 2004, p. 87.

¹⁴ Jay Adams desenvolve esse conceito de aplicação no seu livro *Insight and Creativity in Biblical Counseling*. Para ajudar na compreensão do uso dos termos, Adams vai definir insight como: “simplesmente o termo moderno em inglês que reúne a totalidade dos significados positivos encontrados nas três palavras bíblicas: conhecimento, sabedoria e compreensão” (p. 13). “A criatividade bíblica requer o uso da imaginação dentro da estrutura e de acordo com os princípios bíblicos. A imaginação criativa põe em prática capacidades como insight, adaptação, síntese e análise. Cada um deles é importante por si só, mas neste livro devo concentrar a atenção no insight em sua interação com a criatividade no aconselhamento. A minha preocupação com estes dois fatores irá, espero, provocar uma interface entre o habitual e o singular. O aconselhamento produtivo, por exemplo, requer a capacidade de usar princípios bíblicos (o habitual) para resolver os problemas específicos (o habitual) que um aconselhado (o singular) enfrenta na sua situação (o singular). Isso significa que o habitual e o singular devem ser reunidos de forma frutífera. Para tal, o princípio deve ser aplicado e implementado através do desenvolvimento de instruções práticas, de tal forma que se ajustem exatamente aos problemas em consideração. Para fazer isso, é necessário imaginação criativa. Isso deve ser usado em dois pontos: na aplicação dos princípios bíblicos; na implementação de princípios bíblicos” (p. 74-75). ADAMS, Jay E. *Insight and Creativity in Biblical Counseling*. Mid-America Baptist Theological Seminary. Edição do Kindle.

selhos ao problema que precisa ser desemaranhado, e ajudar na implementação bíblica para o processo intencional de mudança.

Assim, neste primeiro momento chegamos à conclusão, que será reforçada com textos bíblicos no próximo tópico, de que o aconselhamento bíblico é um ministério a ser exercido pelos crentes na igreja local, como parte essencial do seu chamado,¹⁵ com o intuito de ajudar pessoas no processo de desenvolvimento da peregrinação cristã.

2. O QUE A BÍBLIA DIZ

Após uma análise das definições que delinham a relação entre a igreja local e o ministério de aconselhamento bíblico, é pertinente explorar como a Escritura serve de fundamento e orientação para a prática do aconselhamento bíblico no seio do povo de Deus. Este exame permitirá uma compreensão das bases bíblicas que sustentam e norteiam esse ministério vital dentro da comunidade cristã.

À luz das Escrituras, identificamos diversos princípios e mandamentos que fundamentam a prática do aconselhamento bíblico, não apenas validando, mas também incentivando-o como um meio essencial para edificação, crescimento espiritual, desenvolvimento de santidade e oportunidade de serviço mútuo. A partir dessas bases bíblicas, o aconselhamento bíblico se configura não apenas como uma ferramenta útil, mas como um mandato ensinado pelas Escrituras para a vida da igreja local.

2.1 *Um ministério inerente*

O aconselhamento, à luz das considerações expostas, emerge como uma atividade intrínseca à vida da igreja. A “Grande Comissão” delineada por Jesus em Mateus 28.19-20, especificamente o v. 20, “*ensinando-os a guardar todas as coisas que tenho ordenado a vocês*”, sublinha a importância do ensino mútuo como um processo vital de cuidado entre os membros da comunidade eclesial. Este imperativo de ensino não é facultativo; é, antes, uma prática inalienável que a igreja deve diligentemente cultivar em obediência a Jesus. Sproul defende que “temos que tornar conhecido todo o conselho de Deus, inculcando-o no coração e na mente das pessoas”.¹⁶ Spence define da seguinte maneira:

¹⁵ Powlison argumenta que “o aconselhamento bíblico é parte essencial do chamado de toda igreja, do chamado de todo cristão. Conversas claras, construtivas, piedosas e frutíferas são características de uma congregação que está viva para Deus e uns para com os outros”. POWLISON, David. *Biblical counseling in the church and parachurch*. *The Journal of Biblical Counseling*, Glenside, PA, v. 33, n. 2, 2002, p. 16.

¹⁶ SPROUL, R. C. *Estudos bíblicos expositivos em Mateus*. São Paulo: Cultura Cristã, 2023, p. 746, Edição Logos.

todos devem aprender a fé e o dever cristãos, e como obter ajuda de Deus para capacitá-los a agradá-lo e a continuar no caminho da salvação, para que possam morrer para o pecado e ressuscitar para a justiça; mortificando continuamente todas as suas afeições más e corruptas, e procedendo diariamente em toda virtude e piedade de viver.¹⁷

Neste contexto, observamos que o processo de ensino não se restringe à mera transmissão de conhecimentos abstratos, mas implica na aplicação prática dos ensinamentos de Cristo à situação singular de cada indivíduo, com objetivos claros e definidos.

Ao examinarmos a carta aos Colossenses, especificamente 3.16: “*Que a palavra de Cristo habite ricamente em vocês. Instruam e aconselhem-se mutuamente em toda a sabedoria...*”, Paulo enfatiza a necessidade de que a palavra de Cristo resida abundantemente entre os crentes, resultando em mútuo ensino e aconselhamento com sabedoria. Aqui, a palavra de Cristo transcende a esfera do mero conhecimento teórico, assumindo um caráter dinâmico e prático na instrução e aconselhamento recíprocos entre os membros da comunidade de fé.

Em Colossenses, a ação orientada por Paulo para o desenrolar da vida de mutualidade como novas criaturas em Cristo é uma aplicação da Grande Comissão, conforme delineada por Jesus, destacando a essência do ensino contínuo dos discípulos sobre tudo o que ele ordenou. Assim, a perspectiva essencial à vida da igreja é o entendimento de que o aconselhamento não é apenas uma prática auxiliar, mas é intrínseco ao processo de discipulado¹⁸ e ensino. Esse processo, enraizado na palavra de Cristo, estabelece a base para uma instrução e aconselhamento que são fundamentados na sabedoria divina, delineando assim a natureza indispensável dessa atividade na vida da comunidade eclesial.

2.2 Um ministério de cuidado mútuo

A Escritura, de maneira incisiva, exorta-nos a cultivar um cuidado mútuo entre os membros da comunidade cristã, e esse cuidado tem um propósito definido. O Senhor, em sua sabedoria, concede diferentes dons, como profetas, evangelistas, pastores e mestres, visando ao aperfeiçoamento dos santos, à

¹⁷ SPENCE, H. D. M. *St. Matthew*. The Pulpit Commentary, 2022, v. II, p. Edição Kindle.

¹⁸ A conceito desenvolvido por Viars no artigo “O rio do discipulado” mostra o aspecto relacional integral entre discipulado e aconselhamento e apresenta o aconselhamento como sendo o discipulado intenso e intencional em determinados momentos do desenvolvimento da vida cristã de discipulado. É preciso enxergar discipulado e aconselhamento a partir de uma perspectiva comum, debaixo do mesmo aspecto do ministério da Palavra. Viars comenta que o aconselhamento está dentro do processo de discipulado: “Todos nós somos chamados para fazermos discípulos e vivermos uma vida de discipulado”. É algo inerente a todos nós, cristãos. É um chamado que todos nós recebemos e uma comissão que todos nós temos.

execução de seus serviços e à edificação do corpo de Cristo. Esse processo é delineado em Efésios 4:11-16, que destaca o objetivo final: alcançar a unidade da fé, o pleno conhecimento do Filho de Deus, atingir a maturidade e a plenitude de Cristo. Isso implica não mais sermos como crianças, mas, em amor, crescermos em tudo naquele que é a cabeça, Cristo.

O versículo 16 ressalta que todo o corpo, devidamente ajustado e consolidado, efetua seu próprio crescimento, contribuindo para sua edificação em amor, por meio da cooperação de cada parte. Desse modo, ao desenvolvermos o aconselhamento bíblico na vida da igreja, estamos promovendo um cuidado bíblico em relação aos irmãos, buscando conduzi-los à maturidade e perfeição diante de Deus.

Essa perspectiva de cuidado é respaldada por outras passagens, como Romanos 15.14, onde Paulo reconhece a plenitude de bondade e conhecimento dos crentes, encorajando-os a admoestar uns aos outros. Em 1 Tessalonicenses 5.14, encontramos uma ordem clara para a prática do aconselhamento, incluindo admoestar os desordenados, consolar os desanimados, amparar os fracos e cultivar a paciência com todos. A instrução é abrangente, solicitando uma atenção constante em todas as áreas, configurando um cuidado completo.

2.3 Um ministério para amadurecimento

Este Cristo nós anunciamos, advertindo a todos e ensinando a cada um em toda a sabedoria, a fim de que apresentemos cada pessoa perfeita em Cristo. É para esse fim que eu me empenho, esforçando-me o mais possível, segundo o poder de Cristo que opera poderosamente em mim (Cl 1.28-29).

Assim como em Efésios 4.13 Paulo estabelece como alvo a maturidade em Cristo, ao escrever para os colossenses o mesmo objetivo é estabelecido. A palavra traduzida aqui por “advertindo” é do verbo grego “νουθετεω” (noutheteo). Essa palavra é usada por Jay Adams para definir o ministério de Aconselhamento Bíblico que estava surgindo na década de 70.¹⁹ Ela vai ser usada para definir a prática de aconselhamento da mesma maneira.²⁰

Segundo MacArthur,²¹ a expressão “perfeito em Cristo”, fazendo uma associação com Efésios 4.11-13, mostra que “o objetivo do ministro é a maturidade dos santos”. Ele afirma que “ser completo, ou maduro, é ser como Cristo. E os cristãos caminham em direção à maturidade alimentando-se da palavra de Deus”.

¹⁹ ADAMS, Jay. *What about nouthetic counseling?* Grand Rapids, MI: Baker, 1977, p. 1-6.

²⁰ MACARTHUR, John. *Colossians. The MacArthur New Testament Commentary*. 2022, Cl. 1.28^a. Edição Logos.

²¹ MACARTHUR, 2022, Cl 1.28b.

Dessa forma, o cuidado mútuo na forma de aconselhamento bíblico não é apenas uma prática opcional, mas uma resposta diligente à vontade de Deus para a edificação e maturidade da comunidade cristã em Cristo Jesus.

Junto ao desenvolvimento de maturidade, o cristão deve crescer em santidade, e o aconselhamento bíblico é útil para contribuir para esse processo. Assim, ao considerarmos o desenvolvimento saudável do aconselhamento na vida da igreja, percebemos que ele está intrinsecamente ligado à busca da santidade por meio da obra de Cristo e da aplicação prática da Escritura. Outros textos bíblicos²² podem lembrar-nos da centralidade da obra redentora de Cristo e do chamado à santidade, proporcionando um fundamento robusto para o desenvolvimento comunitário da vida cristã.

3. COMO DESENVOLVER O MINISTÉRIO

Por fim, depois de trabalhadas as definições e fundamentações necessárias para a prática do aconselhamento bíblico na vida da igreja local, vamos pensar em alguns passos para implementar essa cultura²³ ministerial na igreja local. Em outras palavras, como equipamos a igreja para desenvolver aconselhamento.²⁴

3.1 *A exposição bíblica como ponto de partida para uma cultura de aconselhamento*

Tripp²⁵ vai defender quatro pressuposições sobre a pregação, aplicando-as ao desenvolvimento de uma comunidade conselheira. A primeira é que o “propósito da pregação é proclamar o conselho do criador”²⁶; a segunda é que “o propósito da pregação é dar voz ao maravilhoso conselheiro”²⁷; em terceiro lugar ele apresenta que “o propósito da pregação é encarnar a palavra que se fez carne”,²⁸ e, por último, “o conteúdo fundamental da pregação é história”.²⁹ A sua conclusão é que:

²² Colossenses 3.1-17; Salmo 1; 1 Pedro 2; 1 Tessalonicenses 4.

²³ JOHNSON JR., T. Dale. *Criando uma cultura de cuidado na igreja*. São Paulo: Nutra Publicações, 2022.

²⁴ Ver artigo: POWLISON, David. Ten questions to ask before starting a counseling ministry. *The Journal of Biblical Counseling*, Glenside, PA, v. 29, n. 1. 2015. Aqui Powlison apresenta questões importantes que devem ser respondidas e trabalhadas antes de se implementar efetivamente um ministério de Aconselhamento Bíblico na Igreja Local.

²⁵ TRIPP, David. *A community of counselors: the fruit of good preaching*. *The Journal of Biblical Counseling*, Glenside, PA, v. 21, n. 1. 2003.

²⁶ TRIPP, 2003, p. 46.

²⁷ TRIPP, 2003, p. 47.

²⁸ TRIPP, 2003, p. 48.

²⁹ TRIPP, 2003, p. 49.

A pregação e o aconselhamento existem na unidade fundamental como dois aspectos do chamado da igreja para encarnar zelosa e incessantemente o Maravilhoso Conselheiro na terra. O seu conteúdo básico e propósito são os mesmos; ambos encontram a sua razão de ser no Deus que fala, no Conselheiro que veio e na Palavra que falou. Ao mesmo tempo, diferem radicalmente em contexto, método e processo.³⁰

Ainda nesta relação Tripp argumenta:

O ministério público precisa do ministério privado. O ministério privado constrói cuidadosamente pontes de compreensão desde os temas gerais da pregação até às circunstâncias particulares da vida de um indivíduo. A pregação é a disciplina formativa da igreja. É um trabalho de construção de paradigmas, de lançamento de alicerces. O ministério privado, o aconselhamento, é reparar, sustentar, corrigir e proteger a disciplina da igreja. É o trabalho de restauração prática. O ministério pessoal foi ordenado por Deus para ser construído sobre o firme fundamento estabelecido pelo ministério público da igreja.³¹

Desta forma, não há como desassociar o bom fruto da cultura de aconselhamento bíblico sem que haja a boa aplicação do ministério público da palavra, por intermédio da pregação.

Seguindo a mesma premissa, Leeman³² afirma que uma “igreja baseada em aconselhamento deve significar que o conselheiro e o aconselhando se colocam debaixo do mesmo ministério da palavra”, argumentando que a pregação da palavra, a proeminência da sujeição e a adoração pública devem ser parte do combustível para o ministério de aconselhamento e discipulado.

3.2 *Cative a igreja para o cuidado mútuo*

Como cativamos a igreja para entender o privilégio de aconselhar? Ela deve estar consciente da responsabilidade que tem, que é maior do que se imagina, de cuidar uns dos outros,³³ da vida de santidade da igreja. Assim, mostramos a bênção que é ter a Escritura e poder usá-la para ajudar pessoas. Como igreja, temos a melhor e mais importante ferramenta e é preciso mostrar à igreja que somente a Escritura pode ajudar e fundamentar nossas vidas.

³⁰ TRIPP, 2003, p. 50.

³¹ TRIPP, 2003, p. 53.

³² LEEMAN, Jonathan, *Reverberation: how God's word brings light, freedom, and action to his people*. Chicago, IL: Moody Publishers, 2011, p. 186.

³³ No prefácio do seu livro *Aconselhamento Uns Aos Outros*, Welch diz: “Somos chamados para cuidar da alma uns dos outros. Desejamos levar ao Senhor nossas lutas, ensinar uns aos outros de modo que a igreja seja fortalecida e o mundo possa testemunhar a sabedoria e o amor”. WELCH, Edward. *Aconselhando uns aos outros*. São José dos Campos, SP: Fiel, 2019, p. 9.

Para cativar a igreja nesse processo, é crucial evitar abordagens belicosas ou a criação de conflitos divisivos que afastariam os membros. O papel do conselheiro ou líder consiste, em primeiro lugar, em apresentar bíblicamente o que é o aconselhamento, cativando as pessoas por meio de uma perspectiva fundamentada nas Escrituras. Essa abordagem respeitosa e embasada na Palavra contribui para construir uma compreensão compartilhada e encorajar a participação ativa da comunidade na prática do aconselhamento.

Além disso, destaca-se a responsabilidade da igreja em criar uma cultura intencional de relacionamentos. Ao conscientizar a comunidade da necessidade de interação e conexão, evidencia-se a oportunidade de abençoar mutuamente e aplicar a Escritura de maneira prática às diversas situações enfrentadas pelos membros. Esse enfoque enfatiza que os relacionamentos dentro da igreja não apenas fortalecem a comunidade, mas também proporcionam um terreno fértil para a aplicação viva da Palavra de Deus nas vidas uns dos outros.

3.3 *Envolve e capacite*

Aqueles interessados no ministério de aconselhamento devem ser imersos na dinâmica de mudança. Ao compreenderem como a transformação acontece em suas próprias vidas, serão capacitados a compreender esse mesmo processo na vida daqueles a quem aconselham. Esse enfoque ressalta a importância da experiência pessoal na formação de conselheiros, permitindo que eles internalizem e compartilhem eficazmente os princípios de mudança com aqueles que buscam orientação. Kellemen coloca que “a mudança na vida daqueles que irão ministrar precede a mudança nos ministérios”.³⁴

Os interessados no ministério de aconselhamento podem beneficiar-se ao assistir a sessões de aconselhamento em andamento, com a devida autorização dos aconselhados. Essa prática permite que se familiarizem com o passo a passo do aconselhamento formal. Ademais, a implementação de um grupo de estudo de casos proporciona uma oportunidade valiosa para que esses indivíduos se preparem de maneira mais abrangente, capacitando-os a lidar com situações específicas que podem surgir no contexto do aconselhamento. Essas abordagens práticas contribuem para uma formação mais sólida e eficaz dos futuros conselheiros.

Powlison reforça a importância de transmitir, com o intuito de capacitação, as principais necessidades da igreja local para aconselhamento.

Portanto, outra prequela para o ministério de aconselhamento eficaz é equipar cada pessoa na sua igreja para enfrentar, lutar e prosperar dentro dos problemas

³⁴ KELLEMEN, Robert. *Equipando conselheiros para a sua igreja*. Eusébio, CE: Peregrino, 2021, p. 153.

básicos comuns a todos nós. Esse crescimento permitirá que uma convivência sábia aconteça cada vez mais de forma orgânica.³⁵

Neste equipar a pessoa será envolvida e capacitada.

Para capacitar a igreja para o ministério de aconselhamento, é essencial implementar um plano de ensino estruturado. O interesse por si só não é suficiente; é basilar equipar os membros, fornecendo treinamento prático em aconselhamento. Isso pode envolver a ministração de cursos internos, a participação em cursos externos, conferências e palestras relevantes, além do acesso a literatura especializada de qualidade. Essas iniciativas não apenas cultivam um entendimento teórico sólido, mas também desenvolvem habilidades práticas necessárias para o exercício efetivo do aconselhamento dentro da comunidade eclesial.

3.4 Supervisione e pastoreie

Os líderes também devem incorporar práticas de supervisão, tanto em âmbito geral na igreja quanto no contexto do aconselhamento individual. Muitas vezes, as pessoas servem na igreja sem um acompanhamento próximo por parte dos pastores, a menos que haja um problema significativo, o que pode prejudicar a eficácia da prestação de contas.

Não se deve negligenciar os conselheiros, pois eles necessitam de supervisão contínua para manter a unidade na visão ministerial. Estabelecer encontros regulares, oferecer assistência em casos específicos, mesmo que sem a divulgação de nomes, encorajar e infundir esperança são práticas valiosas nesse processo. A dinâmica de um grupo de conselheiros pode enriquecer a supervisão ao proporcionar insights e abordar áreas que poderiam passar despercebidas.

É necessário o desenvolvimento de uma rotina de cuidado para aqueles que desempenham a função de cuidadores. Lembre-se de que conselheiros também necessitam de orientação: encontros intencionais com aqueles que auxiliam no aconselhamento, oferecendo suporte e conselhos. Por fim, é crucial estar atento ao bem-estar do conselheiro e de sua família. Esse cuidado assegura não apenas a saúde do ministério de aconselhamento, mas também o equilíbrio e a estabilidade emocional daqueles que estão dedicados a essa tarefa essencial na igreja.

CONCLUSÃO

A cultura de aconselhamento bíblico deve impregnar a vida da igreja local, pois a prática do cuidado mútuo é essencial para a sua identidade eclesial. A vitalidade da igreja está intrinsecamente ligada à implementação do

³⁵ POWLISON, 2015, p. 54.

aconselhamento, sendo impossível conceber a verdadeira natureza da igreja sem a prática do cuidado de uns para com os outros.

A igreja deve ser preparada como um todo para a prática do aconselhamento bíblico, embora nem todos sejam conselheiros formais. Contudo, como visto nos textos bíblicos apresentados, a recomendação é para que todos deem conselho fundamentado no conselho de Deus, sua Palavra que “é viva e eficaz, e mais cortante do que qualquer espada de dois gumes, e penetra até o ponto de dividir alma e espírito, juntas e medulas, e é apta para julgar os pensamentos e propósitos do coração” (Hb 4.12). Aqueles que se interessam e são capacitados para ajudar uns aos outros por meio do aconselhamento bíblico formal devem ser capacitados e supervisionados.

Pastores e líderes desempenham sua responsabilidade ao promover na igreja local a cultura do aconselhamento bíblico. Isso deve começar no púlpito e no culto público, estendendo-se até o âmbito individual com suas peculiaridades. A intencionalidade deve guiar esse processo, pois o ato de aconselhar nem sempre é algo inato ou intuitivo. Ao proporcionar uma abordagem deliberada fundamentada na Palavra de Deus, os líderes ajudam a construir uma base sólida para a prática do aconselhamento, integrando-a de forma orgânica e relevante na vida da comunidade eclesial.

ABSTRACT

This article presents the importance of the ministry and culture of biblical counseling in the local church. Recognizing that counseling one another is a biblical ordinance and a responsibility of the church to those in need of care and assistance, the article offers a biblical basis for this ministry. Furthermore, steps are indicated that can be adopted for the effective implementation of this ministry in the life of the ecclesiastical community.

KEYWORDS

Biblical counseling; Local church; Culture of biblical counseling; Ministries; Mutual care.

O SIGNIFICADO DE PLENITUDE DE ISRAEL

*Heber Carlos de Campos**

RESUMO

Este artigo analisa o conceito de “plenitude de Israel” e a declaração paulina de que “todo o Israel será salvo”, encontrados no capítulo 11 da Epístola aos Romanos. Na busca de entender o significado e a abrangência dessas expressões, o autor apela a diversos intérpretes. João Calvino entende que “todo o Israel” inclui todos os eleitos ao longo do tempo, judeus e gentios. Anthony Hoekema opina que a expressão se refere ao número total dos eleitos da nação de Israel, em todas as eras. Angus MacLeod, por sua vez, argumenta por um sentido mais literal, ou seja, de que virá um tempo em que grande número de judeus se voltará para Cristo e será salvo, sendo essa a posição preferida pelo autor do artigo.

PALAVRAS-CHAVE

Epístola aos Romanos; A plenitude de Israel; “Todo o Israel será salvo”; João Calvino; Anthony Hoekema; Angus MacLeod.

INTRODUÇÃO

Ora, se a transgressão deles redundou em riqueza para o mundo, e o seu abatimento, em riqueza para os gentios, *quanto mais a sua plenitude!*... Porque, se o fato de terem sido eles rejeitados trouxe reconciliação ao mundo, que será o seu restabelecimento, senão vida dentre os mortos? (Rm 11.12, 15).

* Doutor em Teologia (Th.D.) pelo Concordia Seminary (Saint Louis, Missouri). Professor de Teologia Sistemática no CPAJ. Pastor auxiliar da Igreja Presbiteriana Paulistana (São Paulo, SP). Autor de diversos livros.

A palavra “*mundo*” diz respeito à igreja, que veio a ser composta principalmente de povos gentílicos. Essa palavra está para “*gentios*”, assim como “*transgressão*” está para “*abatimento*”, no verso 12. São maneiras diferentes de dizer coisas parecidas. Isso é típico de uma espécie de paralelismo hebraico, ainda que tenha sido uma frase emitida em grego. Mas não se pode esquecer de que Paulo possuía uma mente de hebreu.

Os gentios são beneficiários da incredulidade dos judeus porque a porta da salvação foi aberta a eles. Muitos gentios se tornaram reconciliados com Deus neste período da história e a maioria esmagadora de judeus ficou de fora. Hoje, nós somos parte desse “*mundo*” ou dos “*gentios*”.

“Ora, se a transgressão deles redundou em riqueza para o mundo, e o seu abatimento, em riqueza para os gentios, *quanto mais a sua plenitude* (Rm 11.12)”.

Se o pecado deles redundou em riqueza para os gentios, “*quanto mais a sua plenitude*”. Aqui Paulo usa a palavra grega πλήρωμα (*pleroma*), que é corretamente traduzida por plenitude.

Mas o que significa plenitude com referência à nação judaica? Durante muitos séculos, somente alguns judeus de cada geração foram trazidos a Cristo. Um número muitíssimo pequeno. Todavia, a palavra *pleroma* significa a restauração da nação, não política ou militarmente, mas espiritualmente. Haverá um tempo quando muitos judeus virão a Jesus Cristo. Eles terão o seu número completado na conversão em massa que certamente acontecerá. Esse é o tempo da sua plenitude.

- Não se esqueça de que quando chegar o tempo da plenitude dos judeus, eles ainda estarão espalhados por todos os cantos da terra, tendo vínculo de habitação com todos os povos.
- Não se esqueça de que a conversão da nação israelita a Cristo Jesus trará uma série de vantagens para o mundo, por um tempo determinado. Se o mundo gentílico foi abençoado em razão da transgressão deles e do seu abatimento, quanto mais abençoado o mundo gentílico será abençoado no futuro!
- Não se esqueça de que a restauração da nação de Israel será um milagre não esperado por eles nem pelo mundo gentílico incrédulo. Será um fenômeno espetacular que abalará e influenciará positivamente os gentios, por algum tempo, conforme o ensino de Isaías 66.10-14.
- Não se esqueça de que a igreja cristã começou com judeus convertidos e os apóstolos e outros discípulos foram os primeiros a se entregar à evangelização. Imagine como não será o entusiasmo evangelístico dos judeus convertidos no final da história! Como estarão espalhados por muitas nações da terra, eles sairão e proclamarão ardorosamente o nome daquele a quem, por séculos, odiaram! Eles se tornarão missionários da fé cristã no mundo gentílico, por algum tempo, até que o Senhor volte.

Essa é a plenitude de que Paulo fala no texto. Quanto maior será a bênção para o mundo a volta dos judeus a Cristo! Com a afirmação acima Paulo declara que nada seria melhor e de maior vantagem para o mundo do que a maior parte de Israel recebendo sua plenitude, a plenitude dos privilégios e salvação perdidos ao rejeitar a Cristo.

- É importante que nos lembremos de que Paulo não está falando da salvação de indivíduos, ou seja, de cada descendente físico de Abraão, mas da nação de Israel. Assim como a nação foi rejeitada, sendo cortada da oliveira natural e perdendo todos os privilégios espirituais interiores, assim ela também será trazida de volta à oliveira. Trata-se de uma salvação corporativa, uma salvação étnica como nunca aconteceu antes com Israel. Essa é a plenitude de Israel!
- É importante lembrar que essa plenitude de Israel acontecerá antes da volta de Jesus, não depois dela.
- É importante lembrar que a salvação de “todo o Israel” acontecerá quando “o endurecimento em parte” for retirado. Já vimos que o endurecimento “em parte” significa que o endurecimento não seria total nem final. Num determinado ponto da história, esse endurecimento será retirado, “e, *assim*, todo o Israel será salvo”.
- É importante lembrar que o *mistério* ao qual Paulo se refere diz respeito mais à “salvação de todo o Israel” do que ao endurecimento que já era conhecido. Ao ensinar sobre a salvação de “todo o Israel”, Paulo coloca um ensino novo, antes desconhecido dos cristãos. Na verdade, ele desvenda um mistério!

1. OS DIFERENTES ENTENDIMENTOS DA EXPRESSÃO “PLENITUDE DE ISRAEL”

E, *assim, todo o Israel será salvo*, como está escrito: Virá de Sião o Libertador e ele apartará de Jacó as impiedades (Rm 11.26).

Há vários diferentes entendimentos da expressão “todo o Israel será salvo” em meio ao pensamento dos teólogos na história da igreja. Analisaremos alguns deles que têm marcado mais o pensamento da teologia reformada, exceto os dispensacionalistas, que menciono de passagem.

Certamente, Israel está incluso entre “as nações” que serão evangelizadas até que o fim venha. O próprio Jesus disse que, por causa da pregação do seu nome, os cristãos israelitas haveriam de ser perseguidos, e haveriam de percorrer uma cidade após outra, por causa da perseguição, até que ele voltasse. Isso implica que o evangelho seria pregado a cada cidade de Israel (ver Mt 10.23). Essa perseguição indica que em cada cidade eles haveriam de pregar a respeito de Jesus. Logo, Israel estaria contado entre as nações evangelizadas, quando da volta do Senhor.

Contudo, essa matéria tem que ser tratada de maneira específica porque a própria Escritura dá uma atenção especial a ela. Com especialidade Paulo dedica alguns capítulos de Romanos a tal matéria. Por essa razão, o assunto da salvação dos judeus será tratado como um sinal específico da vinda do Filho do Homem.

Vejamos o ensino de Paulo nessa matéria.

Porque não quero, irmãos, que ignoreis este mistério, para que não sejais presumidos em vós mesmos, que veio o endurecimento em parte, a Israel, até que haja entrado a plenitude dos gentios. *E assim todo o Israel será salvo*, como está escrito: Virá de Sião o Libertador, ele apartará de Jacó as iniquidades (Rm 11.25-26).

Esses dois versos revelam o ponto crucial do assunto, que tem sido abordado de várias maneiras pelas diferentes correntes escatológicas.

2. O ENTENDIMENTO DE JOÃO CALVINO

Alguns intérpretes (incluindo João Calvino), falando da frase “*e assim todo o Israel será salvo*”, afirmam que ela diz respeito à salvação de todos os eleitos, não somente dos judeus, mas de todos os gentios, através da história.

A razão dessa interpretação é que o sentido dado à palavra “Israel” é muito mais amplo do que simplesmente os nascidos na nação israelita e do sangue de Abraão, via Isaque. O termo Israel nessa interpretação significa todos os eleitos, já que eles são chamados de “Israel de Deus”. Todos os filhos da promessa, nesse caso, estariam inclusos em “todo o Israel”. O tempo dessa salvação não é limitado ao fim da história, mas inclui todos os períodos dela. No final, haverá o completamento da salvação do Israel de Deus.

Como, então, a expressão “*e todo o Israel será salvo*” deve ser entendida? Calvino, como vimos, pensou que essas palavras se referissem ao número total dos eleitos através de toda a história, não somente de judeus, mas também de gentios. A dificuldade com essa interpretação, contudo, é a seguinte: em Romanos 9-11, o termo “Israel” ocorre 11 vezes. Em quase todas elas, o termo está colocado em distinção dos gentios. Que razão há para se aceitar um significado diferente aqui? Por que razão Paulo daria um significado figurativo diferente aqui, quando em todo o texto referiu-se ao Israel como nação?

3. O ENTENDIMENTO DOS PREMILENISTAS

Em geral os estudiosos de linha dispensacionalista veem nesse texto o cumprimento de um programa previamente traçado por Deus para Israel. Segundo eles, Deus tem reservado um futuro especial para os judeus. Após o arrebatamento da igreja, Deus tratará especificamente com Israel em termos soteriológicos. O “endurecimento em parte” (Rm 11.25) que veio a Israel na

primeira vinda de Cristo será retirado e, então, Israel será salvo, sendo uma nação plenamente convertida a Cristo.

Muitos dispensacionalistas pensam que Deus vai tratar somente com Israel nos dias que antecedem a volta de Cristo. Para eles, a igreja a essa altura já terá sido arrebatada e a atenção de Deus será dada apenas aos judeus com quem ele vai trabalhar.

Outros estudiosos premilenistas históricos, mas não dispensacionalistas, esperam também uma conversão futura da totalidade da nação de Israel, porém mais precisamente no milênio (crido por eles), não antes dele.

4. O ENTENDIMENTO DE ALGUNS ANTI-ISRAELITISTAS

Muitos evangélicos das mais variadas tradições históricas creem que os de Israel não têm mais nada a ver com o plano de Deus. Eles tiveram a oportunidade deles, no passado. Agora, Deus trabalha somente com a igreja. A igreja do Novo Testamento é o “Israel de Deus” e os israelitas, como nação, perderam todos os privilégios que tiveram no passado.

A importância de Israel hoje, no plano de Deus, não é diferente da importância de outras nações do mundo. Israel é apenas mais uma nação, sem qualquer significação espiritual significativa. Israel não mais está envolvido nos planos redentores de Deus. Por essa razão, muitos teólogos evitam trabalhar literalmente com textos em que a palavra Israel aparece como sendo objeto do favor divino, no futuro.

5. O ENTENDIMENTO DE ANTHONY HOEKEMA

Anthony Hoekema, ex-professor do Calvin Seminary, fornece a sua própria interpretação desse texto em seu excelente livro *The Bible and the Future*.¹

Hoekema entende a frase “e, assim, todo o Israel será salvo” como indicativa da salvação trazida ao número total dos eleitos da nação de Israel no decorrer de toda a história da salvação.

Esta interpretação concorda com a segunda na expressão “todo o Israel”, não como a salvação da totalidade dos israelitas no final dos tempos, mas como se referindo ao número dos eleitos em todas as épocas. Esta posição difere da de Calvino no fato de ela referir-se somente aos eleitos da nação israelita, sendo excluídos os eleitos das outras nações. Segundo Hoekema, esta interpretação faz jus ao ensino da Escritura. Sua posição é a que segue abaixo.

A fim de entender a frase “e, assim, todo o Israel será salvo”, Hoekema faz uma análise de três capítulos da Carta aos Romanos. Abaixo segue quase literalmente a sua análise, embora num formato um pouco diferente, na tentativa de clarificar, aos olhos do leitor, a argumentação desse grande professor do Calvin Seminary, em Grand Rapids, Michigan.

¹ HOEKEMA, Anthony. *The Bible and the Future*. Grand Rapids: Eerdmans, 1982, p. 139s.

Romanos 9

Rm 9.2-3 – ² tenho grande tristeza e incessante dor no coração; ³ porque eu mesmo desejaria ser anátema, separado de Cristo, por amor de meus irmãos, meus compatriotas, segundo a carne.

A fim de entender Romanos 11.25-26a, devemos olhar cuidadosamente o contexto. O problema espinhoso de Paulo aqui é a incredulidade de Israel. Embora chame-se a si mesmo de “o apóstolo dos gentios”, ele era um israelita. Portanto, o fato de a maior parte dos israelitas não responder ao evangelho causava-lhe uma grande tristeza e angústia. Paulo preferia estar separado de Cristo por amor aos seus irmãos de raça, para que eles pudessem chegar à salvação.

Portanto, a questão que o preocupa seriamente está afirmada em Romanos 11.1: “Deus rejeitou o seu povo?”

Paulo tenta responder essa difícil pergunta nos capítulos 9-11 de Romanos. No capítulo 9 Paulo diz que a rejeição aparente de Israel *não é completa*. Ele afirma que nem todos os de Israel são de fato israelitas (9.6). Isto quer dizer que, embora haja muitos israelitas que estão perdidos, todavia os verdadeiros israelitas estão salvos. Deus cumpre soberanamente os seus propósitos de salvar os filhos da promessa.

Rm 9.6-7 – ⁶ E não pensemos que a palavra de Deus tenha falhado, porque nem todos os de Israel são, de fato, israelitas; ⁷ nem por serem descendentes de Abraão são todos seus filhos; mas: Em Isaque será chamada a tua descendência.

Paulo diz novamente que, desde o começo da história do povo, houve uma discriminação da parte de Deus. Os filhos da promessa não vieram de Ismael, mas de Isaque.

Rm 9.10-12 – ¹⁰ E não ela somente, mas também Rebeca, ao conceber de um só, Isaque, nosso pai. ¹¹ E ainda não eram os gêmeos nascidos, nem tinham praticado o bem ou o mal (para que o propósito de Deus, quanto à eleição, prevalecesse, não por obras, mas por aquele que chama), ¹² já fora dito a ela: O mais velho será servo do mais moço.

Nestes versos há a mesma conotação: não em Esaú, mas em Jacó é que as promessas são cumpridas.

O restante do capítulo 9 nos conduz a dois pensamentos:

- (1) Deus não é injusto na concessão de sua misericórdia a alguns e não a outros, visto que a misericórdia é algo imerecido.
- (2) Todavia, sua atividade soberana na história não cancela a responsabilidade humana. Quando Paulo enfrenta neste capítulo a questão da

razão de muitos judeus não terem sido salvos no passado, sua resposta é dada em termos de responsabilidade humana (v. 31-32).

Romanos 10

No cap. 10 Paulo continua a mostrar que a rejeição de uma porção substancial de Israel *não é arbitraria*. Aqui ele trata do fato de que os israelitas que estão perdidos são responsáveis por sua própria rejeição do evangelho (10.3). Novamente se acentua o pensamento de que o caminho da salvação é de Deus, que vem pela fé, e não o de obras (10.9). Os israelitas que rejeitam o caminho de Deus, não podem culpá-lo por estarem perdidos. A importância da responsabilidade humana é salientada pelo último verso do capítulo, uma citação de Isaías 65.2 (Rm 10.21).

Romanos 10.12 merece atenção especial. O argumento de Paulo aqui é que, na obtenção da salvação, não há distinção entre judeu e grego. Se isto é assim, um futuro período de tempo no qual somente os judeus serão salvos, ou no qual os judeus serão salvos de um modo diferente do modo pelo qual os gentios são salvos, parece que deve ser rejeitado.

Romanos 11

No capítulo 11 Paulo demonstra que a rejeição de *Israel não é absoluta, nem final*. Paulo continua a indicar, da mesma forma que é indicado em 10.19, que os negócios de Deus com os gentios e judeus estão intimamente relacionados.

Os versos de Romanos 11.1-10 resumem as ideias previamente desenvolvidas: embora pareça que Deus tenha rejeitado o seu povo, sempre um remanescente foi salvo. Mesmo agora isto continua sendo dessa forma. Pela graça, um remanescente escolhido é salvo (v. 5). Os eleitos entre Israel obtiveram a salvação, enquanto os demais foram endurecidos (v. 7). O evangelho tem tido um efeito duplo sobre os israelitas: alguns foram salvos por meio dele, enquanto outros foram endurecidos.

Rm 11.11 – Pergunto, pois: porventura, tropeçaram para que caíssem? De modo nenhum! Mas, pela sua transgressão, veio a salvação aos gentios, para pô-los em ciúmes.

Paulo introduz um pensamento novo. Em virtude da transgressão de muitos israelitas, a salvação veio aos gentios, para provocar ciúmes nos israelitas. A falha dos israelitas em crer em Cristo tem sido usada por Deus para trazer salvação aos gentios. Mas a salvação dos gentios, por sua vez, está sendo usada por Deus para tornar os judeus ciumentosos e, assim, trazê-los de volta para si.

Rm 11.12 – Ora, se a transgressão deles redundou em riqueza para o mundo, e o seu abatimento, em riqueza para os gentios, quanto mais a sua plenitude!

Este verso introduz uma expansão da ideia anterior. A palavra “*plenitude*” (v. 12) deve ser entendida num sentido escatológico, referindo-se ao número pleno daqueles que estão para ser salvos, até o fim da história. “Plenitude” aqui é, obviamente, contrastada com “remanescente” do v. 5. A promessa de Deus a Israel será, todavia, cumprida na salvação da plenitude de Israel. Mais adiante se diz que a salvação da plenitude de Israel trará maiores riquezas para o mundo.

Rm 11.15 – Porque, se o fato de terem sido eles rejeitados trouxe reconciliação ao mundo, que será o seu restabelecimento, senão vida dentre os mortos?

Neste verso a *rejeição* de Israel é contrastada com a sua *aceitação*. Novamente pensamos em uma conversão de muito mais israelitas do que simplesmente a conversão do remanescente. A expressão “vida entre os mortos” não se refere a uma ressurreição literal; provavelmente ela seja usada como uma figura para descrever a feliz surpresa que será nossa quando os judeus, que têm sido rebeldes, se voltarem para o Senhor. Não há nenhuma necessidade, portanto, de restringir esta *aceitação* a um período da história no tempo do fim; a aceitação por Deus de todos os israelitas crentes através de toda a história é de fato “vida entre os mortos”, e assim será por toda a eternidade.

Romanos 11.17-24 – nestes versos há o desenvolvimento da figura da oliveira. Eles falam dos ramos judeus que foram cortados da oliveira e dos ramos gentios que foram enxertados; se os judeus não persistirem em sua incredulidade, eles podem ser enxertados novamente. O que é entendido aqui é que Paulo não fala de duas, mas de uma oliveira somente. Os judeus e os gentios não são somente salvos do mesmo modo (pela fé), mas também, quando salvos, fazem parte do mesmo organismo, aqui chamado de oliveira. Todo pensamento de um futuro separado, uma espécie de salvação separada, ou um organismo espiritual separado para os judeus salvos aqui é excluído. A salvação deles é aqui pintada em termos de um só povo sendo salvo, ou a totalidade do povo de Deus. Deveria ser observado que Paulo não diz que o enxerto dos judeus deve seguir necessariamente o enxerto dos ramos gentílicos. Não há razão alguma para excluir a possibilidade de que os ramos dos gentios e os ramos judeus possam ser enxertados na oliveira simultaneamente.

Quando Paulo fala de “um endurecimento em parte” que veio a Israel, ele está dizendo, de fato, que muitos israelitas foram privados de aceitar o evangelho no passado, no presente e que seriam também no futuro, mas parcialmente, não todos. Por isso, os judeus têm sido salvos, estão sendo salvos e continuarão a ser salvos até o tempo do fim.

O que Paulo quer dizer por “*plenitude dos gentios*”? A palavra “plenitude” neste texto deve ser entendida em termos escatológicos: o número total dos gentios a quem Deus pretende salvar. Quando o número total dos gentios for juntado, então, será o fim da era. Deveria ser entendido que esta reunião da

plenitude dos gentios não acontece apenas no fim dos tempos, mas aparece em todos os períodos da história da igreja.

A interpretação mais comum, como vimos, entende esta passagem como algo que aponta para uma conversão em larga escala da nação de Israel imediatamente antes ou no retorno de Cristo, após o cumprimento do número dos gentios.

Há, no entendimento de Hoekema, duas objeções muito sérias ao interpretar-se a expressão “e, assim, todo o Israel será salvo” desse modo.

- 1) O pensamento de que a salvação do povo de Israel ocorrerá somente no final dos tempos não faz justiça à palavra “*todo*” na expressão “e todo o Israel...”. Essa expressão está se referindo, nessa interpretação, apenas à última geração de israelitas que estiver vivendo naqueles dias, mas essa última geração é apenas um fragmento do número total dos judeus que viveram sobre a face da terra. Como pode esse pequeno fragmento chamar-se “todo o Israel”?
- 2) O texto não diz “e, *então*, todo o Israel será salvo”. Se Paulo quisesse colocar esse pensamento, ele poderia ter usado uma palavra que significa “então” (como “*tote*” ou “*epeita*”). Mas Paulo usou a palavra “*houtos*”, que descreve não uma sucessão temporal, mas uma maneira, e significa “assim” ou “desse modo”. Em outras palavras, Paulo não está dizendo que “Israel tem experimentado endurecimento em parte até que a plenitude dos gentios haja entrado, e *então* (após isso ter acontecido), todo o Israel será salvo”. Mas Paulo está dizendo: “Israel tem experimentado um endurecimento em parte, até que a plenitude dos gentios haja entrado, e *desse modo* todo o Israel será salvo”.

De que modo?

- a) Por meio da incredulidade de muitos israelitas a salvação é vinda aos gentios.
- b) Pela salvação dos gentios, Israel está sendo movido a ciúmes. Isto aconteceu no passado, está acontecendo no presente e continuará a acontecer no futuro.

Hoekema, portanto, interpreta essa passagem querendo dizer que Deus cumpre suas promessas a Israel do seguinte modo:

Embora Israel tenha sido endurecido na sua descrença, esse endurecimento acontecido continuará a acontecer somente de forma parcial, nunca um endurecimento total. Em outras palavras, Israel continuará a voltar ao Senhor até a *parousia*, enquanto que, ao mesmo tempo, a plenitude dos gentios estará sendo reunida. E, desse modo, todo o Israel será salvo: não apenas a última

geração de Israelitas, mas todos os verdadeiros israelitas – todos aqueles que não são apenas *de Israel*, mas *são Israel*, para usar a linguagem de Romanos 9.6.

Um outro modo de colocar estas palavras seria: “*todo o Israel*” em Romanos 11.26 significa a totalidade dos eleitos entre Israel. A salvação de todo o Israel, portanto, não acontece exclusivamente no tempo do fim, mas acontece através de toda a era entre a primeira e a segunda vindas de Jesus – de fato, desde o tempo da chamada de Abraão. Portanto, a expressão “*todo o Israel*” difere dos eleitos remanescentes de Romanos 11.5, sendo a soma total de todos os remanescentes através de toda a história.

6. O ENTENDIMENTO DE ANGUS MACLEOD²

Este autor, também de tradição reformada, mas com linha teológica tendente para o posmilenismo, tem esposado um ponto-de-vista diferente do de Anthony Hoekema na interpretação do texto de Romanos 11.25-27. Vejamos a sua análise rápida de alguns eventos escatológicos mencionados em Romanos 9-10. Suas ideias são dignas de menção pela clareza do seu pensamento.

É conhecido o fato de que Jesus não virá antes que aconteçam certas coisas profetizadas nas Escrituras. Jesus não virá antes que venham a apostasia, a revelação do Homem da Iniquidade (2Ts 2.3) e, também, antes que o povo de Israel, que Deus chama de “meu povo”, seja reenxertado, ou seja, restaurado à fé. Será algo maravilhoso que acontecerá na vida dos judeus de um modo especial. Jesus não virá antes que restaure seu povo ao seu favor.

Análise de Romanos 11

Estes versos vão mostrar, de algum modo, os acontecimentos que terão lugar antes da volta do Senhor. Segundo estatísticas gerais, há mais de 16 milhões de judeus no mundo: estima-se 6 a 7 milhões em Israel e 430 mil na Margem Ocidental; 5,7 milhões nos Estados Unidos, 450 mil na França, 400 mil no Canadá e o restante nos demais países. De maneira sobrenatural Deus tem preservado esse povo, a despeito de todas as perseguições feitas contra ele.

Por que isso? Qual é o futuro desse povo? Continuarão eles entregues à cegueira espiritual até a volta de Jesus? Diz a Escritura que o povo judeu, como raça, se voltará a Deus, crendo em Jesus Cristo como salvador antes do juízo final? Observe a pergunta: não é se todos os judeus voltarão à Palestina como nação ou unidade política abraçando o cristianismo. Paulo não está escrevendo estes versos tratando de Israel como um poder político. Ele está falando de uma raça que honra a Abraão como pai e Moisés como profeta.

Outra pergunta a ser feita é: “Buscarão eles como raça, como povo, sua salvação na cruz do calvário algum dia?”

² MACLEOD, Angus. *El fin del mundo*. Grand Rapids, MI: Subcomisión Literatura Cristiana, 1977.

O capítulo 11 começa com a pergunta: “Terá, porventura, Deus rejeitado o seu povo?”. Paulo rebela-se contra tal pensamento respondendo: “De modo nenhum”. O apóstolo começa, agora, argumentando sobre o fato de que Deus havia reservado para si um “remanescente fiel” – como já havia feito no passado (v. 2-5). No tempo de Paulo sobrevivia um povo fiel a Deus dentro da raça judaica.

A partir daí podemos perceber, no raciocínio de Paulo, uma divisão no povo de Israel: uma parte que crê e outra que não crê (como nos tempos de Elias). Uma pequena porcentagem de judeus cria em Cristo (a causa foi a eleição da graça). Paulo e todos os cristãos judeus da época eram parte desse “remanescente fiel”. A outra parte, numa grande porcentagem, representa a multidão dos judeus que não cria. Paulo diz que, como raça, eles foram *endurecidos* (v. 7). O Antigo Testamento profetizara que isto haveria de acontecer (v. 8).

Tenhamos em mente, de maneira bem clara, que é a respeito desse grupo, dos endurecidos de coração, que o apóstolo passa a tratar especificamente nesse capítulo 11, até o final. Não é a respeito do remanescente (do qual Paulo fazia parte), mas da multidão daqueles que haviam sido rejeitados que Paulo se refere aqui. Paulo vai mostrar que esse “endurecimento que veio em parte a Israel” (v. 7), não duraria para sempre, isto é, até a volta de Jesus. Ele declarou que é possível, a qualquer momento, que o endurecimento seja retirado do povo (assim como o véu de 2Co 3.14-16).

Recordemos que Paulo havia dividido Israel em duas partes: um pequeno remanescente que havia crido e uma maioria que foi endurecida. É precisamente desse último grupo que estes versos tratam (Rm 11.11-24).

Rm 11.11 – “Pergunto, pois: porventura, tropeçaram para que caíssem? De modo nenhum! Mas, pela sua transgressão, veio a salvação aos gentios, para pô-los em ciúmes.”

Este verso mostra que o pecado dos judeus trouxe a salvação dos gentios. Historicamente, todos sabemos que foi quando os judeus rejeitaram a Cristo que Paulo, de maneira especial, anunciou que iria pregar o evangelho aos gentios. A última expressão do v. 11 é curiosa: “*para pô-los em ciúmes*”. O propósito primordial de levar o evangelho aos gentios é para que a maioria dos judeus endurecida, vendo as riquezas espirituais e a bênção dos gentios, fosse provocada a ciúmes, isto é, a função dessa pregação era para que os judeus anelassem também as mesmas riquezas espirituais e buscassem a salvação para si mesmos.

Rm 11.12 – “Ora, se a transgressão deles redundou em riqueza para o mundo, e o seu abatimento, em riqueza para os gentios, quanto mais a sua plenitude!”

Se o pecado deles redundou em riqueza para os gentios, “quanto mais a sua *plenitude*” – quanto maior seria a bênção para o mundo a volta dos judeus a Cristo! Com a afirmação acima Paulo declara que nada seria melhor e de maior vantagem para o mundo do que a maioria de Israel recebendo sua plenitude, a plenitude dos privilégios e salvação perdidos ao rejeitar a Cristo.

Rm 11.13-14 – “¹³ Dirijo-me a vós outros, que sois gentios! Visto, pois, que eu sou apóstolo dos gentios, glorifico o meu ministério, ¹⁴ para ver se, de algum modo, posso incitar à emulação os do meu povo e salvar alguns deles.”

Paulo trabalha entre os gentios glorificando o seu ministério, para ver se, de alguma maneira, provocaria ciúmes em alguns judeus para que, de algum modo, fossem salvos. O sentido de “*emulação*” é provocar uma espécie de competição. Paulo queria que, trabalhando com os gentios, pudesse despertar uma espécie de ânsia por coisas espirituais na vida do seu povo. Ele queria despertar neles o desejo de salvação. Aqui há uma verdade prática: Deus pode usar-nos numa vida de serviço para trazer outros ao conhecimento de Cristo.

Rm 11.15 – “Porque, se o fato de terem sido eles rejeitados trouxe reconciliação ao mundo, que será o seu restabelecimento, senão vida dentre os mortos?”

Paulo volta ao argumento original (v. 12). Neste verso Paulo quis dizer: “Se o pecado da maioria ao rejeitar Jesus trouxe reconciliação aos gentios, “*quando mais o seu restabelecimento*”! Quando Israel for restaurado, haverá uma bênção ainda maior para a igreja de Deus. Quando os judeus forem incorporados de novo, haverá o que Paulo chama de “vida entre os mortos” ou um grande despertamento espiritual.

Rm 11.16-24 – Paulo agora apresenta dois quadros:

- 1) O primeiro é o quadro das *primícias santas* (v.16). É óbvio que Paulo está se referindo a Abraão como o primeiro fruto. Se ele é santo, assim também os seus descendentes. O Senhor os considera seus.
- 2) O segundo quadro é o da *oliveira*: a raiz é Abraão, Isaque e Jacó. Os ramos naturais são todos os descendentes de Abraão e Jacó. Os ramos naturais que ficaram na árvore são o remanescente que creu em Jesus. Os ramos naturais que foram cortados dizem respeito à maioria de Israel que rejeitou a Cristo. Os ramos da oliveira brava que foram enxertados na oliveira natural são os gentios que creram em Jesus. A oliveira, na sua totalidade, é a igreja de Deus composta de ambos, judeus e gentios.

Paulo adverte os gentios contra o orgulho (v. 20) dizendo que eles não eram melhores do que os judeus. Somente pela fé os gentios haveriam de

permanecer como parte da igreja de Cristo e, como a fé é produto da graça, jamais devemos diminuir a parte endurecida de Israel ou olhá-la com desprezo.

Então, Paulo diz que “se eles não permanecerem na incredulidade, serão enxertados, pois Deus é poderoso para os enxertar *de novo*” (v. 23). Isto Paulo disse com referência à maioria endurecida. Paulo diz que essa gente pode ter o seu dia de salvação, pois a graça e o poder são de Deus.

Rm 11.24 – “Pois, se foste cortado da que, por natureza, era oliveira brava e, contra a natureza, enxertado em boa oliveira, quanto mais não serão enxertados na sua própria oliveira aqueles que são ramos naturais!”

Nesse verso Paulo anda um pouco mais. No v. 23 diz que é possível que a parte cortada seja reenxertada. Agora, no v. 24, Paulo assevera que isso *acontecerá* com toda a probabilidade. Se Deus salvou aqueles que não faziam parte de Israel, quando mais simples será salvar aqueles que eram ramos naturais, que eram descendentes daqueles a quem o Senhor amou e a cuja descendência prometeu abençoar.

Em resumo: o propósito de Deus não foi rejeitar para sempre o seu povo, fazendo vir sobre ele a ruína final e total, mas trazer a bênção de salvação aos gentios e trazer os judeus a ciúmes em razão da bênção aos gentios.

Paulo declara que, no seu tempo, alguns poderiam ser salvos e, finalmente, dos versos 16 a 24 mostra que a salvação da maioria endurecida de entre os judeus era uma certeza.

Rm 11.25-27 – “²⁵ Porque não quero, irmãos, que ignoreis este mistério (para que não sejais presumidos em vós mesmos): que veio endurecimento em parte a Israel, até que haja entrado a plenitude dos gentios. ²⁶ E, assim, todo o Israel será salvo, como está escrito: Virá de Sião o Libertador e ele apartará de Jacó as impiedades. ²⁷ Esta é a minha aliança com eles, quando eu tirar os seus pecados.”

A expressão mais importante é a do v. 26: “*e todo o Israel será salvo*”. Deixemos claro, de início, que a expressão “*todo o Israel*” não significa que todas e cada uma das pessoas que pertencem à raça judaica sejam salvas. Essa ideia poderia cheirar a um absurdo.

Vejamos alguns exemplos em que aparece a expressão “*todo o Israel*”:

1Rs 12.18, 20 – “Então, o rei Roboão enviou a Adorão, superintendente dos que trabalhavam forçados; porém *todo o Israel* o apedrejou, e morreu. Mas o rei Roboão conseguiu tomar o seu carro e fugir para Jerusalém... Tendo ouvido *todo o Israel* que Jeroboão tinha voltado, mandaram chamá-lo para a congregação e o fizeram rei sobre *todo o Israel*; ninguém seguiu a casa de Davi, senão somente a tribo de Judá”.

2Cr 12.1 – “Tendo Roboão confirmado o reino e havendo-se fortalecido, deixou a lei do Senhor, e, com ele, *todo o Israel*”.

Vendo o contexto haveremos de perceber claramente que, nestes textos, muitos judeus e até tribos inteiras não estavam incluídos entre os presentes na cena. Em Mateus 3.5 encontramos uma expressão semelhante em que, falando de João Batista, o texto diz: “Saíam a ter com ele Jerusalém, toda a Judeia e toda a circunvizinhança do Jordão...”. Isso não quer dizer que todas as pessoas sem exceção iam ouvir João. Significa simplesmente que gentes de todas as partes e de todos os níveis sociais iam ter com João.

Assim, pois, “*todo o Israel*” não significa que, em um ponto da história, todos e cada um dos judeus necessariamente chegarão à fé. A expressão “*todo o Israel*” significa que grande número de judeus de todos os níveis sociais e todas as classes se voltará para Cristo.

Observações importantes

- a) O povo que será restaurado é exatamente aquele que foi endurecido (v. 7, 26), e não o remanescente, como querem alguns. Eis algumas razões:
- Não é o remanescente escolhido que tropeçou (v. 11).
 - Não é o remanescente escolhido que caiu e transgrediu (v. 12).
 - Não é o remanescente escolhido que foi cortado da oliveira (v. 12-22).
 - Não é o remanescente que é inimigo de Cristo (v. 28).
 - Não é o remanescente escolhido que, por meio de sua incredulidade, causou a misericórdia aos gentios (v. 30-31).
 - Não é o remanescente escolhido que não creu e foi encerrado por Deus na incredulidade (v. 32-33).

Em cada um desses versos Paulo trata de Israel como um povo que rejeitou o evangelho. Devemos, portanto, interpretar “*todo o Israel*” como muitos do povo de Israel incrédulo, mas não como sendo a reunião de todos os remanescentes.

Dizer que “*todo o Israel*” significa o remanescente é mudar o sentido da frase “veio o endurecimento em parte a Israel”. A expressão “os endurecidos em parte” se refere a todos os judeus que não creram. Que uma pessoa havia sido endurecida não significa, necessariamente, que não pudesse ser dos eleitos, porque vários deles creram depois de um período de incredulidade. No v. 14 Paulo lutou para ver se salvava alguns deles. A frase “*em parte*” deve significar que esse endurecimento não é total nem final. Esse endurecimento será tirado e o povo judeu voltará para o Senhor, como nação.

Pessoalmente, prefiro a interpretação feita por Angus MacLeod, que faz mais justiça ao texto do que a interpretação de Anthony Hoekema ou mesmo de Calvino.

ABSTRACT

This article considers the concept of the “fullness of Israel” and the Pauline assertion that “all Israel will be saved”, both found in Romans 11. In search of the meaning and comprehensiveness of these phrases, the author resorts to several interpreters. John Calvin understands the phrase “all Israel” as including all the elect through time, both Jews and Gentiles. Anthony Hoekema thinks that the phrase refers to the full number of the elect among Israel, in all eras. In turn, Angus MacLeod argues for a more literal understanding, namely, that in a future time a vast number of Jews will believe in Christ and be saved. The author of the article shows his preference for this last interpretation.

KEYWORDS

Epistle to the Romans; The fullness of Israel; “All Israel will be saved”; John Calvin; Anthony Hoekema; Angus MacLeod.

“A TERRA É MINHA”, DIZ O SENHOR: O QUE TEOLOGIA TEM A VER COM REFORMA AGRÁRIA? (PARTE 1)

*João Paulo Thomaz de Aquino**

RESUMO

Este artigo tem duas partes. A primeira apresenta as ligações históricas entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e a Igreja Católica (ICAR) e faz uma análise crítica introdutória da Teologia da Libertação, com especial ênfase sobre os seus problemas hermenêuticos. De forma introdutória, a primeira parte do artigo demonstra que a Teologia da Libertação não tem uma hermenêutica saudável e conseqüentemente padece da falta de uma exegese saudável sobre a qual extrair suas conclusões teóricas e práticas. A segunda parte usa a análise narrativa e a análise histórico-científica para demonstrar que ao apresentar várias vezes personagens que são ricos proprietários de terras e/ou de casas, Lucas propõe um argumento teológico e um ético. O argumento teológico é que Deus é o verdadeiro dono da terra enquanto bem econômico. O argumento ético é que, visto que Deus é o dono da terra por excelência, qualquer ser humano que tenha propriedades imóveis deve utilizar-se delas de maneira altruísta em vez de egoísta.

* Doutor em Novo Testamento pela Trinity International University (2020); doutor em ministério (CPAJ, 2014); mestre em Antigo Testamento (CPAJ, 2007); mestre em Novo Testamento (Calvin Seminary, 2009). Professor de Novo Testamento no CPAJ e no Seminário JMC. Pastor da Igreja Presbiteriana JMC, em Jandira (SP). Editor dos websites issoegregio.com.br e yvaga.com.br. Este artigo é a versão expandida de um *paper* apresentado na Conferência “Economic Ethics in Judaism and Early Christianity”, no The Southern Baptist Theological Seminary, Louisville, Kentucky. Uma versão resumida em inglês aparecerá no *Journal of Markets and Morality*. Minha gratidão ao Pb. Ronaldo Lima da Cunha e ao Dr. Alderi Souza de Matos pela cuidadosa revisão. Agradeço também a Gabriel Inácio Santos pela ajuda na organização das fontes.

PALAVRAS-CHAVE

MST; Teologia da Libertação; Reforma Agrária; Evangelho de Lucas; Proprietário de terra.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, pretende-se apresentar alguns princípios cristãos a respeito do uso e abuso da terra a partir do Evangelho de Lucas e fazê-lo em diálogo crítico com os métodos interpretativos e as propostas da Teologia da Libertação. Assim, após apresentar criticamente a Teologia da Libertação, vamos analisar os textos do Evangelho de Lucas que citam personagens que são proprietários de terra ou de casas a fim de vermos qual é o estereótipo que Lucas cria dessas pessoas e quais as aplicações teológicas que podem ser feitas a partir desses usos. A conclusão a que chegamos é que, em vez de ter uma atitude sempre crítica em relação aos donos de terras, Lucas usa esses personagens para estabelecer o argumento teológico de que Deus é o dono da terra e que Deus abençoa aqueles que usam suas propriedades de maneira altruísta e pune aqueles que a usam de forma a beneficiarem apenas a si mesmos.

1. EXISTE UMA TEOLOGIA POR TRÁS DA PRÁTICA DO MST

De janeiro a abril de 2023, houve no Brasil 56 invasões de propriedades privadas empreendidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).¹ No ano de 2015 foram 182 invasões.² O próprio MST, em seu website, alista os instrumentos que usa em sua luta por terra: ocupação de terra, acampamentos, marchas, jejuns e greves de fome, ocupação de prédios públicos, acampamentos e manifestações nas cidades, acampamentos diante de bancos, vigílias, luta por reforma agrária popular e transformação social.³

O MST foi organizado em 1984 como movimento laico. Até aquele ano a principal articulação dos sem-terra acontecia por meio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Comissão Pastoral da Terra e de suas Pastorais

¹ “O Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 450 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e organização dos trabalhadores rurais. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social, de massas, autônomo, que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil. [...] No Brasil, existem mais de 90 mil famílias Sem Terra acampadas vivendo debaixo da lona preta. Próximos a grandes latifúndios, essas famílias se organizam coletivamente, e muitas vezes vivem acampadas durante anos”. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Quem Somos. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 19 maio 2023.

² RITTNER, Daniel; URIBE, Gustavo. Invasões no campo estão no ritmo mais alto em sete anos, diz CNA. CNN Brasil. Reportagem de 04/05/2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/invasoes-no-campo-estao-no-ritmo-mais-alto-em-sete-anos-diz-cna>. Acesso em: 23 jun. 2023.

³ Cf. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Quem Somos. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 19 maio 2023.

da Terra (CPT), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e das comunidades eclesiais de base (CEBs), ou seja, dentro da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) brasileira, contando com a atuação engajada de diversos clérigos ligados à Teologia da Libertação.⁴

O resultado de todos esses movimentos foi que, na segunda metade do século 20, a Igreja Católica se tornou a principal organização envolvida na luta pela reforma agrária no Brasil.⁵ Como era de se esperar de uma instituição antiga e tradicional, esse engajamento baseado em um tipo específico de leitura do evangelho não se tornou a compreensão de toda a igreja e, assim, houve rupturas no clero latino-americano, entre clérigos católicos de matiz progressista e o clero conservador e mais fiel aos ditames da igreja oficial.⁶

⁴ “A influência do movimento político e social, que nasceu da periferia ao centro e formou a TdL, incluía além das CEBs e da CPT, intervenções pastorais de base popular (pastoral operária, pastoral camponesa, pastoral urbana), movimentos católicos leigos – Ação Católica (AC), Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Operária Católica (JOC) – e os movimentos de ação de base, como o Movimento de Educação de Base (MEB)”. SILVA, Miriam Borges da. “Influência da Teologia da Libertação no MST durante as décadas de 1970 e 1980”. *Conversas & Controvérsias* 9 (2022), p. 3. Ao mesmo tempo em que surgiam os movimentos católicos brasileiros de libertação, aspirações e movimentos semelhantes surgiram em diversos lugares da América Latina. A CELAM (Conferência Episcopal Latino-Americana) teve participação fundamental com diversos encontros importantes como os do Rio de Janeiro (1955), Medellín (1968) e, especialmente, Puebla, no México (1979). Em 1992 acontece a IV CELAM em Santo Domingo, República Dominicana. Para informações resumidas sobre essas reuniões, ver NASCIMENTO, Claudiomiro. “Igreja Católica e a Luta pela Reforma Agrária no Brasil”. *Diálogos* 14 (2010), p. 175-196.

⁵ Marco Antônio Mitidiero Júnior mostra as raízes religiosas da luta pela terra no Brasil. Para ele, alguns “clérigos e agentes pastorais que enxergaram no Evangelho um projeto ou um sinal revolucionário das condições sociais existentes” tem sido fundamentais na luta pela terra. Esses clérigos, diz ele, “elegeram os pobres não como objetos de sua caridade, mas sim, como portadores das transformações sociais lidas no Evangelho e por ele inspiradas”. Assim, esses clérigos adotaram como sua missão “transformar a ação dos pobres em uma missão cristã de luta por libertação”. Alguns pontos teológicos fundamentais para tal luta, segundo esse articulista, são a consciência de Jesus como um camponês; a leitura dos evangelhos a partir do prisma da justiça social validando, assim, a luta por libertação; a opção preferencial de Deus e da igreja pelos pobres. O resultado dessa teologia foi a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão da igreja que participa de conflitos agrários e “não aparece como mediadora dos conflitos; ela está inserida e, muitas vezes, propõe a formação das lutas”, gerando, assim, a “ação territorial da igreja”. MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. “Igreja, campesinato e luta pela terra no Brasil”. *Revista Geográfica de América Central* 2.47 (2011).

⁶ “Lutar pelo direito à terra e por melhores condições de trabalho significava lutar pela dignidade humana e cidadania, presente na ação de determinados bispos, padres e freiras, em face dos conflitos e lutas sociais do campo, a partir de movimentos populares espalhados pelo interior do Brasil, dividindo com o laicato o compromisso de justiça social para com os excluídos. Partilha-se a ideia de que a luta pelos direitos dos trabalhadores se evidencia no interior da Igreja como luta social, quando os próprios trabalhadores participam de movimentos de Igreja, como Ação Católica, MEB, observando a necessidade de lutar por dignidade e justiça. A mudança de projeto teológico aprofundou a crise do clero latino-americano”. BEZERRA, Viviane Prado. “‘A igreja está ao lado da libertação’: experiências de uma pastoral popular no contexto da ditadura militar no Ceará.” *Revista Historiar* 2.2 (2010).

O fato histórico é que foram esses movimentos de dentro da Igreja Católica, influenciados pela Teologia da Libertação, que geraram o MST.⁷ Depois do acampamento na Encruzilhada Natalino (1979) e de outras ocupações resistidas pelo Estado, foi feita a 5ª Romaria da Terra e os acampados foram para uma propriedade adquirida e cedida pela Igreja Católica em Ronda Alta (RS). Esse acampamento foi fundamental para a criação do MST.⁸ Assim, é justo dizer que a Igreja Católica é a mãe do MST.⁹ Evidentemente, isso se aplica especialmente às instituições e clérigos ligados à Teologia da Libertação.

Uma vez organizado e até mesmo por causa da ênfase na agência do indivíduo tão enfatizada pela Teologia da Libertação, o MST acabou se afastando da Igreja Católica institucional, mas não de sua teologia, práticas e pressupostos.¹⁰

⁷ Silva, por sua vez, considera os movimentos como complementares: “Os argumentos bíblicos e as motivações levantadas pela fé estavam na base do MST, na mesma medida em que a luta do movimento também estava na base da TdL, nesse sentido, a principal hipótese desta pesquisa é que tais movimentos foram se desenvolvendo como complementares”. SILVA, Miriam Borges da. “Influência da Teologia da Libertação no MST durante as décadas de 1970 e 1980”. *Conversas & Controvérsias* 9 (2022), p. 3.

⁸ SILVA, 2022, p. 1-9.

⁹ Ver o ótimo artigo de TEDESCO, João Carlos e SILVA, Emerson Neves da. “Igreja Católica, questão agrária e a luta social no campo (1950-1980)”. *Cadernos do CEOM* 33 (2020), p. 105-121. “A análise conclui com alguns processos que revelam a presença da Igreja Católica no nascedouro do MST, porém, redefinida em anos posteriores a constituição desse coletivo de luta social” (p. 107). “No início dos anos 80, a principal agremiação de luta social pela terra e de grande mediação da ala progressista e combativa da Igreja Católica, é o MST. Esse é fruto de uma construção social mediada por atores sociais representativos da Teologia da Libertação” (p. 117). “Assim, a Igreja Católica, através de um campo eclesialístico unido em torno da CPT, passou a ser o alicerce fundamental na constituição do MST” (p. 119). Também: MENEZES NETO, Antônio Júlio de. “O MST, a ética da fé e a luta pela terra no Brasil” (2009). XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires: “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aparece como produto de camponeses expropriados da terra e sua gênese era intimamente ligada aos movimentos religiosos, vinculados à Teologia da Libertação, através da Comissão Pastoral da Terra – CPT. Esta vinculação é afirmada por Stédile (1996), líder nacional do MST e antigo assessor da Comissão Pastoral da Terra no período anterior ao surgimento do Movimento Sem Terra, que afirma que o surgimento da CPT, em 1975, foi fundamental para a reorganização das lutas camponesas”. Em um insight muito interessante, Menezes Neto acrescenta: “A Teologia da Libertação abriu as portas para o marxismo, pois como a maioria das lideranças eram cristãs, a Teologia da Libertação serviu para eliminar o estigma contra o marxismo e o comunismo que a Igreja católica cultivou no período militar”. Ver também: MENEZES NETO, Antônio Julio. “A Igreja Católica e os movimentos sociais do campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”. *Caderno CRH* 20 (2007), p. 331-341; LAUREANO, Delze dos Santos e MOREIRA, Gilvander Luís. “MST: 25 anos de luta por reforma agrária”. *Veredas do Direito* 6 (2009), p. 11-29; PETIT, Pere; PEREIRA, Airton dos Reis e PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo. “Camponeses, fazendeiros e a Teologia da Libertação na luta pela terra no sul e no sudeste do Estado do Pará: 1960-1990”. *Tempos Históricos* 18 (2014), p. 337-365.

¹⁰ “A Bíblia, suas passagens em torno do sofrimento, sacrifício, da mística da cruz, começam a ser questionadas pelo MST, bem como a presença de outras igrejas e suas interpretações variadas do campo teológico demonstram certa redução do poder legitimador e aglutinador que a Igreja Católica até então sempre teve”. TEDESCO, SILVA, 2020, p. 118.

Assim, mesmo sendo um movimento oficialmente laico, o MST ainda se utiliza de um discurso religioso oriundo de uma interpretação do cristianismo feita pela Teologia da Libertação. Dá-se a esse elemento fundamental o nome de “mística do MST”.¹¹ Essa mística é composta de discurso, valores, rituais, símbolos e sentimentos que passam do grupo para o indivíduo (e vice-versa) e solidificam esse grupo como uma fraternidade em busca da libertação escatológica em direção a um mundo no qual os pobres têm domínio dos meios de produção. A mística do MST é uma forma de expressão artística, simbólica e coletiva que combina elementos religiosos, culturais e políticos. Ela é utilizada pelo MST como uma ferramenta para mobilizar, conscientizar e fortalecer os trabalhadores rurais em sua luta pela terra. A mística busca envolver os participantes em um ritual coletivo, utilizando músicas, danças, teatro, pinturas e outros elementos simbólicos, como a bandeira e o hino oficiais, para transmitir mensagens, valores e objetivos do movimento. Essa mística fomenta a esperança conjunta por um devir libertário quando a terra pertencerá a todos. Menezes Neto comenta:

É importante observar que a mística utilizada nos rituais do MST, no qual a música e o teatro são muito utilizados, procura valorizar personagens religiosos e socialistas, como Cristo e Guevara. Esta ação de valorização da mística, baseada em ritos religiosos, contribui para manter nos militantes a “chama” para a luta e a organização comunitária, pois alimenta sonhos e utopias. E, fundamentalmente, transformam esta utopia em críticas ao capitalismo e sustentam a possibilidade de construção de uma sociedade socialista.¹²

Assim, rituais e outras práticas de dentro dos acampamentos do MST ainda são muito influenciados pela teologia e prática católica herdada.¹³ O hino oficial do MST, por exemplo, contém diversas referências a símbolos claramente cristãos.¹⁴ Possivelmente, a melhor expressão dos elementos cristãos

¹¹ NUNES, Márcia Vidal. *Teologia da Libertação, mística e MST: o papel da comunicação grupal libertadora na organização política do movimento*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2014.

¹² MENEZES NETO, 2009.

¹³ “No entanto, é bom que se ressalve e se enfatize que muitos dos rituais e ações produzidas no interior dos acampamentos de luta pela reforma agrária são ainda hoje os que foram cristalizados nos anos 80 quando o campo religioso, organizado e determinado por um campo eclesial específico, os disseminava”. TEDESCO, SILVA, 2020, p. 119. “Um dos principais elementos mobilizados pela TdL e utilizados pelos sem-terra é o referencial territorial, que mescla fê, reivindicação e revolução. Este representa a contraproposta do referencial exclusivamente espiritual da igreja hierárquica tradicional, que obriga o cumprimento de ritos simbólicos sem qualquer significado na vida cotidiana”. SILVA, 2022, p. 5.

¹⁴ STEFANELLO, Alessandra. “Teologia da Libertação e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: gestos de análise em um entrelaçamento discursivo”. *Revista Dissol: Discurso, Sociedade e Linguagem* 7 (2022), p. 5-30. A conclusão do artigo de Stefanello deixa bastante claras essas ligações: “Se é a partir da segunda metade do século XX que a terra tornou-se um mecanismo básico de expansão do capital, desfavorecendo os pequenos agricultores e os agricultores sem-terra, é a partir da Teologia da Libertação que esses agricultores veem na luta pela Reforma Agrária uma materialização daquilo que é

da mística do MST seja a publicação "Ocupando a Bíblia", um livro para educação de crianças e adultos que faz uma apresentação da Bíblia a partir de uma leitura libertária e que certamente merece estudos aprofundados.¹⁵

O que vimos nesse primeiro ponto é que o maior movimento de reforma agrária do Brasil, o MST, deve sua origem a pessoas e movimentos influenciados pela Teologia da Libertação, de dentro da Igreja Católica Romana, e ainda hoje, embora sendo um movimento declaradamente laico, mantém diversos elementos religiosos. Portanto, a Teologia da Libertação gerou o MST e ainda o amamenta. O que essa teologia crê e como ela apresenta e defende suas teses? A Teologia da Libertação é uma teologia saudável? Responder a essas perguntas é o objetivo do próximo tópico deste artigo.

2. UMA INTERAÇÃO CRÍTICA COM A HERMENÊUTICA DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

A Teologia da Libertação é o movimento teológico mais importante e influente nascido na América Latina no século XX.¹⁶ No final da década de 1960, várias influências se tornaram os ingredientes desse movimento, tais como o evangelho social, a teologia da esperança de Jürgen Moltmann, a pedagogia do oprimido de Gilberto Freire, o Concílio Vaticano II (1962-1965), a situação político-social de pobreza e as ditaduras na época vigentes nos países da América Latina.¹⁷ Todos esses ingredientes, somados a grandes doses de marxismo, resultaram na Teologia da Libertação. Seus proponentes¹⁸ passaram

prometido por Deus nas escrituras bíblicas: a Terra de Deus. O sujeito sem-terra mistifica sua luta que passa a ser religiosa também: vê os demais agricultores sem-terra, que lutam pela mesma causa, como irmãos; vê na terra, a ser conquistada pela união dos irmãos, como uma Terra de Deus; vê na certeza que Deus dá à terra a chama da esperança; e, por isso, vê a conquista dessa terra como um triunfo divino" (p. 27).

¹⁵ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *Ocupando a Bíblia*: Caderno de Educação n. 10. Setor de Educação do MST: 2000. Na introdução escreve-se: "A educação religiosa também faz parte da produção integral do ser humano. A fé ajuda a mover lutadores e lutadoras do povo em favor da vida de todos. Ela está presente na resistência e no combate ao neoliberalismo e em sua idolatria de mercado. Entre esses lutadores estão assentados e acampados, estão os militantes do MST" (p. 5).

¹⁶ Ver uma ótima apresentação crítica da hermenêutica de Leonardo Boff em: LOPES, Augustus N. G. A hermenêutica da Teologia da Libertação: uma análise de Jesus Cristo Libertador, de Leonardo Boff. *Fides Reformata*, v. 3, 1998, p. 67-94.

¹⁷ GRENZ, Stanley J.; OLSON, Roger E. *A teologia do século 20 e os anos críticos do século 21*: Deus e o mundo numa era líquida. 2ª ed. rev. São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 249-266; CONN, Harvie. "Liberation Theology". In: Sinclair B. Ferguson e J. I. Packer (Orgs.). *New dictionary of theology*. Downers Grove, IL: InterVarsity Press, 2000, p. 387-391; SCHUBECK, Thomas L., S.J. "Liberation Theology". *The Encyclopedia of Christianity*. Grand Rapids, MI: Eerdmans; Leiden, Holanda: Brill, 1999-2003, p. 258-265.

¹⁸ Alguns dos nomes fundamentais em todo o processo de surgimento e maturação da Teologia da Libertação e da prática libertária são: Dom Hélder Câmara (1909-1999); Leônidas Eduardo Poño Villalba (1910-1988); Millard Richard Shaul (1919-2002); Paulo Freire (1921-1997); José Míguez Bonino (1924-2012); José Porfirio Miranda (1924-2001); Juan Luís Segundo (1925-1996); Dom Pedro

a defender fortemente (1) a preferência de Deus pelos pobres; (2) a consequente preferência da igreja pelos pobres; (3) a igreja como instituição pedagógica para ensinar os indivíduos a serem agentes de sua própria libertação; (4) o engajamento revolucionário da igreja; (5) o exemplo de Jesus como revolucionário a partir de uma leitura histórico-crítica influenciada pelos estudos do Jesus histórico; (6) a necessidade de a reflexão teológica ser contextual e (7) Deus como eminentemente libertador de males concretos. Assim como em qualquer movimento, há grande diversidade dentro da Teologia da Libertação na América do Sul.¹⁹ Por conta dessa diversidade, qualquer crítica feita contra o movimento tende a ser generalizante e não consegue abordar todos os matizes e variações dentro dela.

Entretanto, o foco desta seção do artigo não é fazer um apanhado histórico sobre a Teologia da Libertação, mas apontar onde a mesma falha em ser ortodoxa. Várias tem sido as críticas feitas à Teologia da Libertação desde o seu surgimento. O teólogo católico João Batista Libânio, por exemplo, apresenta objeções e desenvolve e propõe soluções para os seguintes pontos: (1) dificuldades em torno da opção pelos pobres; (2) tensão fundamental entre libertação humana, histórica e a salvação de Cristo; (3) a teologia da libertação alimenta uma igreja particular em ruptura com a hierarquia; (4) a hipertrofia do social gera inevitáveis reducionismos; (5) as críticas ao emprego da análise marxista; (6) a teologia da libertação e a problemática da religiosidade popular.²⁰

Sturz, por sua vez, aponta o problema da cosmovisão ou pré-conhecimento que fundamenta a Teologia da Libertação:

Não existe qualquer teologia sem pressuposto. Dito de outra maneira, toda teologia pressupõe um pré-conhecimento que é tido por todos como sendo o óbvio. Em geral, este pré-conhecimento permanece abaixo do limiar da consciência. No caso dos teólogos, raramente estes explicitam seu pré-conhecimento por achá-lo “óbvio”. Mas acontece que não é tão óbvio assim. Pior, muitas vezes inclui conceitos que nem examinados são pelos próprios teólogos. Este pré-conhecimento da teologia da libertação é evidentemente informado pelo socialismo marxista, tanto na análise da problemática do homem como nas

Maria Casaldàliga (1928-2020); Gustavo Gutiérrez (1928-); José Severino Croatto (1930-2004); Carlos Mesters (1931-); Hugo Assmann (1932-2008); Rubem Alves (1933-2014); Enrique Dussel (1934-); George V. Pixley (1937-2023); Leonardo Boff (1938-); Jon Sobrino (1938-); Clodovis Boff (1944-); Frei Betto (1944-) e Elsa Támez (1951-).

¹⁹ “A erupção e desenvolvimento da hermenêutica latino-americana de libertação é um processo complexo e multicolorido que abrange três décadas. Existem diversos pontos focais geográficos, diferença de tonalidade, pretensões, método exegético e profundidade”. DE WIT, Hans. “‘It Should Be Burned and Forgotten!’ Latin American Liberation Hermeneutics Through the Eyes of Another”. In: Alejandro F. Botta and Pablo R. Andiñach (Orgs.). *The Bible and the Hermeneutics of Liberation*. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2009: 39-60, p. 40.

²⁰ LIBÂNIO, João Batista. *Teologia da Libertação: roteiro didático para um estudo*. São Paulo: Loyola, 1987, p. 269-279.

formas de solução preferidas. Assim, o problema é pobreza e não pecado. Tanto o capitalismo como o socialismo democrático e o desenvolvimentismo são descartados. Em seu lugar sugerem-se luta de classes e mudanças profundas de estruturas sócio-econômicas.²¹

No parágrafo final de um artigo analisando a Teologia da Libertação, Kenneth Hamilton afirma:

O que eu esperava fazer era indicar que a teologia da libertação e teologias afins (a teologia da esperança, a teologia política, e assim por diante) que procuram "concretizar" a salvação, como o seu jargão a denomina, estão oferecendo uma salvação diferente daquela falada na Bíblia porque proclamam outro Deus que não o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo.²²

Outro autor que critica a Teologia da Libertação é Russell Shedd, que em um ensaio introdutório crítico apresenta o seguinte comentário sobre ela:

Difícilmente os leitores serão convencidos de que os teólogos da libertação tenham realmente apresentado uma posição bíblica. Parece que, que lendo seus livros, estamos sendo convidados a empregar métodos humanos para enfrentar a angústia do mundo. Dão a impressão de que a antropologia substitui a soteriologia. Haveria alguma coisa a aprender destes pensadores da vanguarda católica e protestante? Até que ponto poderia a situação desesperadora do Terceiro Mundo criar um programa para a Igreja de Jesus Cristo seguir? Admite-se que qualquer teologia que não tenha uma mensagem para o homem sem esperança não tem validade. Mas uma teologia que radica sua solução primária na experiência humana está fatalmente condenada a cair na fenda da pecaminosidade do homem caído. Não parece irônico que o Novo Testamento apresenta um programa eclesiástico para solucionar o problema da miséria? Logo de início, a nova família de Deus demonstrou um amor real, material e prático ao confrontar-se com a necessidade dos irmãos pobres (At 2:44-47; 4:32-37; 1 Co 16:1-3; 2 Co 8 e 9; 1 Jo 3:17). Não transparece nenhum desejo da parte da Igreja de Jesus Cristo de buscar uma solução mais violenta e partidária. Enquanto a teologia da libertação condena seguramente a "violência institucional", não se contenta com o caminho melhor do *agape*, que o apóstolo Paulo recomendou (1 Co 12:31 ss.).²³

²¹ STURZ, Richard. "Uma avaliação da Teologia da Libertação: o pano de fundo que deu origem à Teologia da Libertação". In: Harvie Conn e Richard Sturz (Orgs.). *Teologia da Libertação: suas raízes, seus proponentes e seu significado hoje em dia*. São Paulo: Mundo Cristão, 2009, p. 153.

²² HAMILTON, Kenneth. "Liberation Theology: An Overview". In: Armerding, Carl Edwin *et al.* *Evangelicals and Liberation*. Phillipsburg, NJ: Presbyterian and Reformed, 1977, p. 9. Em outro lugar do artigo ele diz: "A Teologia da Libertação toma tanto sua premissa básica (a polaridade opressão/libertação) como sua estratégia básica (a crença de que a salvação só pode ocorrer por meio da ação revolucionária dos oprimidos) dos Jovens Hegelianos. Como Gutiérrez declarou, a teologia da libertação concebe a história 'como um processo da libertação do homem'" (p. 5).

²³ SHEDD, Russell. "Introdução". In: Harvie Conn e Richard Sturz (Orgs.). *Teologia da Libertação: Suas raízes, seus proponentes e seu significado hoje em dia*. São Paulo: Mundo Cristão, 2009, p. 6.

Note que no primeiro parágrafo Shedd questiona as bases não bíblicas e humanísticas da teologia da libertação, bem como, o que pode ser criticado, se o terceiro mundo teria condições de prover uma solução teológica para si mesmo. No segundo parágrafo, no entanto, Shedd defende de maneira bastante introdutória que a solução de Deus para a miséria do mundo, em vez de um programa político, é, de fato, a igreja. É uma ideia correta que merece ser expandida. A solução de Deus para a pobreza no mundo não é um programa político, mas a criação de um novo tipo de comunidade, a igreja.

Os estudiosos acima, bem como outros, apresentam diversos problemas teológicos na Teologia da Libertação, tais como: (1) sua cosmovisão marxista em detrimento de uma cosmovisão bíblica; (2) o reducionismo do conceito de libertação como meramente temporal; (3) a “canonização” dos pobres por serem pobres e oprimidos, e (4) uma cristologia “dessobrenaturalizada” (“from below”). Há outros aspectos sérios e até mesmo heréticos a se criticar. Cada um desses problemas levantados até aqui é real e merece profunda atenção dos estudiosos evangélicos.

No entanto, o ponto principal que quero salientar nesta presente crítica introdutória à Teologia da Libertação é seu problema hermenêutico. Esse aspecto é subjacente a todos os demais. É a “hermenêutica da libertação” ou “hermenêutica latino-americana” que faz uma leitura crítica, suspeitosa e supercontextualizada da Bíblia. Embora exista diferença de níveis, em geral os teólogos da libertação, na prática, não atribuem autoridade ao texto bíblico em sua forma canônica, mas desejam ler aquilo que está por trás do texto e reconstruir a história que consideram correta a partir dos ditames da busca pelo Jesus histórico e da sociologia que adotam.²⁴ Juan Luís Segundo, por exemplo, gasta diversas páginas de *A História Perdida e Recuperada de Jesus de Nazaré* para estabelecer o argumento de que o Jesus que será o foco de seu estudo não é o pós-pascal que se encontra nos relatos “não-históricos e propagandísticos” dos evangelhos, mas o Jesus pré-pascal que vem de uma reconstrução crítica.²⁵

²⁴ “Veremos que as Escrituras não têm quase nenhum lugar na teologia da libertação; tampouco os documentos históricos dos concílios ecumênicos dos primeiros séculos do cristianismo. A Bíblia, como no caso de muitos evangélicos, não passa de saco de tesouros do qual vão tirando aqui e ali para comprovar aquilo que dizem, mas que, de fato, já vem de outra fonte. Na teologia da libertação a Bíblia tem um lugar mínimo. Em seu lugar fica a voz viva da comunidade atual, a práxis da Igreja”. CONN, STURZ, 2009. p. 154. Nesse ótimo ensaio, Sturz apresenta uma espécie de Teologia Sistemática da Teologia da Libertação, mostrando diversos desvios nas áreas de antropologia, soteriologia, cristologia etc. Na conclusão de seu artigo, Sturz resume o grave problema da Teologia da Libertação em três pontos: “(a) muda a solução eterna em bem-estar humano; (b) reduz Jesus Cristo a um revolucionário mal-sucedido; (c) traz para o seio da Igreja a luta de classes. Deus já não é mais o Deus de todos” (p. 170).

²⁵ SEGUNDO, Juan Luís. *A história perdida e recuperada de Jesus de Nazaré: dos sinóticos a Paulo*. São Paulo: Paulus, 1997, p. 101-141.

Essa hermenêutica crítica é consciente. Veja o que diz Hugo Assmann sobre ela:

O principal problema para nós é o dos critérios hermenêuticos. Os pontos usuais dos exegetas que "trabalham no texto sagrado" são praticamente inúteis para nós, pois desejamos "trabalhar na realidade de hoje". Inoculados contra as concordâncias flexíveis, não estamos mais interessados em considerações genéricas como as diferenças entre o pensamento bíblico e o grego (deveria acrescentar que suspeitamos, do mesmo modo dos critérios usados pelas ciências seculares, que podem com demasiada facilidade ocultar preconceitos ideológicos). O que nos resta então? A importância indiscutível da transição ética (salto ético), a escolha política, contida em qualquer tentativa de interpretar uma situação histórica. Não mais podemos crer na possibilidade de determinar a verdade num ambiente propriamente seu, independentemente da esfera da realidade histórica.²⁶

Libânio, comentando a relação entre a Teologia da Liberação e a exegese, diz:

Evidentemente a TdL distancia-se radicalmente de todo fundamentalismo bíblico pré-moderno, pré-científico, transformando a Escritura em arsenal de textos para provar teses já de antemão estabelecidas. Nesse caso, ela sucumbiria à pior ideologia e renunciaria a seu estatuto teológico. Por outro lado, também não aceita que a exegese científica seja a única a decidir sobre o sentido das Escrituras, da Palavra de Deus. Parte da compreensão de que o momento teológico é fruto do triângulo hermenêutico: texto, contexto e pré-texto. O sentido não resulta de um único lado do triângulo, mas da combinação dos três. Assim a exegese científica é totalmente assumida, não para decidir do sentido, mas para clarear o lado do texto. Ela ajuda a entender melhor a estrutura significativa do texto em questão, que, assumido num contexto eclesial concreto e numa situação sócio-política determinada, permite a produção do sentido. [...] Numa palavra, a TdL recorre à exegese e reconhece-lhe a competência nas suas tarefas próprias de estabelecer a história das formas, das tradições e da redação, mas reserva para si a instância última hermenêutica de produção do sentido para dentro de uma comunidade de Igreja, situada no contexto de opressão e libertação.²⁷

²⁶ ASSMANN, Hugo. *Theology for a Nomad Church*, apud Richard Sturz em CONN, STURZ, 2009. p. 164. Na mesma página, Sturz comenta a citação: "Esta longa citação nos dá uma ideia nítida da ala esquerdista dos teólogos da libertação. Assmann não esconde o jogo. Entre o texto bíblico e o sociológico, o segundo tem total prioridade. Verdade é verdade-em-ação, e não uma verdade em si mesma, revelada de uma vez para sempre. As ligações com o passado através das Escrituras, da tradição e do magistério, são cortadas mediante um salto ético, uma escolha política".

²⁷ LIBÂNIO, 1987, p. 228-229. O texto continua da seguinte forma: "A exegese contribui mais para delimitar o quadro significativo além do qual o texto não permite uma interpretação sem arbitrariedade para ela mesma definir positivamente o sentido para dado momento histórico e para dada comunidade eclesial. Exorbita, portanto, a exegese, quando se coloca como instância decisória dos sentidos para além da estrutura significativa do texto. Nesse caso, o exegeta assumiu, além de seu método linguístico, pressupostos filosóficos, sócio-políticos e teológicos, em nome de uma cientificidade positiva linguística. Incorre, por

Portanto, na hermenêutica da Teologia da Libertação o texto sagrado não tem autoridade final e, quando lido, é com o objetivo de encontrar o significado subversivo ou o Jesus histórico revolucionário que se encontra por trás das tradições dominantes e opressoras que foram impostas sobre os textos canônicos, segundo dizem.²⁸ Assim, em vez de uma leitura do texto ou até mesmo em vez de uma aplicação do texto para os dias de hoje, os teólogos da libertação buscam reinterpretar o texto à luz das lutas de hoje.²⁹ Por parte de vários dos teólogos da libertação existe um pressuposto de que Deus usará o texto antigo para falar algo novo que se adéque ao contexto dos leitores oprimidos.³⁰

consequente, em contradição, usurpando o campo da teologia (sistemática), que tem a função de trabalhar os textos da Escritura para dentro de uma compreensão mais ampla e sistematizada”.

²⁸ “A concepção das Escrituras por parte de teólogos da libertação que se utilizam do método histórico-crítico é geralmente a mesma: não reconhecem atributos das Escrituras tais como inspiração, inerência, necessidade, autoridade, perspicuidade e suficiência”. LOPES, 1998, p. 69-70. “Esta orientação comunitária e contextual para a construção teológica alcança a sua expressão máxima nas diversas formas de teologia da libertação (teologias do Terceiro Mundo, negra ou feminista). A Teologia da Libertação inverte completamente a visão evangelical de autoridade. A Bíblia não é mais o padrão normativo para fé e prática; em vez disso, a situação contextual torna-se a norma. Estes teólogos afirmam que a Igreja deve se identificar com as comunidades oprimidas e que a doutrina nunca é final, mas é sempre culturalmente condicionada. . . Os teólogos da libertação fazem as perguntas certas, mas chegam às respostas erradas”. OSBORNE, Grant R. *The Hermeneutical Spiral: A Comprehensive Introduction to Biblical Interpretation*. 2. ed. rev. e ampl. InterVarsity Press 2006, p. 294.

²⁹ Sobre isso, depois de afirmar deixar de lado a interpretação exegética técnica, Gustavo Gutiérrez diz: “Para alguns, o esforço para ler a Bíblia pode ser direcionado simplesmente a adaptar a mensagem e linguagem dela aos homens e mulheres de hoje. Para outros, porém, é uma questão de reinterpretação. Nós reinterpretamos a Bíblia, a partir do ponto de vista do nosso próprio mundo – a partir da nossa experiência pessoal como seres humanos, como crentes e como igreja. Essa abordagem é mais radical. Vai mais às raízes do que a Bíblia realmente é, mais à essência da revelação de Deus na história e do julgamento de Deus sobre ela”. Gutiérrez segue dizendo que a interpretação proposta por ele é cristológica, em fé, histórica e militante. GUTIÉRREZ, Gustavo; BARR, Robert R. *The Power of the Poor in History*. Wipf & Stock, 2004, p. 4. Mais à frente, Gutiérrez expressa sua concepção de círculo hermenêutico: “Em Jesus, encontramos Deus. Na palavra humana lemos a palavra de Deus. Nos acontecimentos históricos reconhecemos o cumprimento da promessa. Este é o círculo básico de toda hermenêutica: do ser humano a Deus e de Deus ao ser humano, da história à fé e da fé à história, do amor aos irmãos ao amor do Pai e do amor do Pai ao amor dos irmãos, da justiça humana à santidade de Deus e da santidade de Deus à justiça humana, do pobre para Deus e de Deus para o pobre” (p. 15). Note a prioridade consistente daquilo que é humano e histórico sobre o divino e sobrenatural. Quanto à atitude de suspeita, ver mais uma citação do mesmo autor: “Não se deve esquecer que a Bíblia foi lida e comunicada do ponto de vista dos setores e classes dominantes, apoiada por boa parte da exegese considerada ‘científica’. Dessa forma, o que é ‘cristão’ foi forçado a desempenhar um papel, dentro da ideologia dominante, que afirma e consolida uma sociedade dividida em classes” (p. 18). Perceba que não somente a exegese é colocada como alvo da suspeita, mas a própria Palavra de Deus.

³⁰ “Os cinco elementos seguintes são importantes no método e na interpretação da Teologia da Libertação: 1) um encontro vivo com a realidade político-social na América Latina; 2) envolvimento e compromisso com o projeto de trabalhar pela libertação; 3) análise sócio-crítica das esferas política, econômica e ideológica, bem como do contexto social da narrativa bíblica; 4) reflexão teológico-hermenêutica sobre a palavra de Deus nesta perspectiva e reformulação; e 5) hermenêutica libertadora

É o próprio povo oprimido que lê as Escrituras e extrai delas significado para a sua realidade.³¹ Nesse processo, os acadêmicos formais funcionam como aqueles que facilitam a leitura do texto, que vivem ao lado do povo e reportam os resultados de tal leitura popular.³²

Andiñach e Botta explicam esse aspecto da contextualidade de forma bastante clara:

Este objeto novo da teologia [transformação da realidade] emerge como resultado das ações de cristãos comprometidos com lutas sociais e políticas, bem como das consequências de tais compromissos para o ministério pastoral. Devido a estes compromissos, um dos axiomas da teologia da libertação é que se trata de um "segundo ato". Este é um conceito que nem sempre é compreendido. Na forma clássica de fazer teologia, os pensadores desenvolvem os seus pensamentos e depois aplicam-nos à realidade, à igreja, à pregação. Primeiro eles pensam teologicamente e depois aplicam essa teologia à realidade. Muito diferentemente, naquilo que se chamou de Teologia da Libertação, o primeiro ato é o compromisso de modificar a realidade, buscando assim uma sociedade mais justa e humana. Uma vez imerso neste mundo de lutas e relações sociais, então se pensa teologicamente e se estabelece prioridades e temas que devem ser pensados teologicamente. As perguntas emergem de situações de opressão e subjugação e aqueles que sofrem buscam respostas na fé cristã. Neste sentido, a teologia é um "segundo ato" que segue o compromisso pela libertação.³³

na ativação da energia transformadora dos textos bíblicos rumo à conversão e revolução em seu caráter messiânico e escatológico". CHUNG, Paul S. *Reclaiming Mission as Constructive Theology: Missional Church and World Christianity*. Cascade Books 2012, p. 46.

³¹ "O povo é o novo sujeito desta hermenêutica. Não muito vago ou difuso, como tantas vezes acontece na leitura *reader-response*, mas concreto, para ser encontrado em comunidades de fé vivas e sofredoras, onde a Bíblia e a vida estão unidas. A leitura popular da Bíblia torna-se uma fonte de reflexão hermenêutica. É algo novo e sem precedentes quando os estudiosos da Bíblia analisam sistematicamente o que este grande e negligenciado grupo de leitores comuns, na sua maioria pessoas pobres, faz com os textos bíblicos". DE WIT, 2009, p. 41.

³² Um dos melhores exemplos desse tipo de leitura praticada pelo povo e registrada por um sacerdote é CARDENAL, Ernesto. *El Evangelio en Solentiname*. Managua, Nicaragua: Departamento Ecueménico de Investigaciones, 1979. De Wit apresenta o problema de como o uso da Bíblia pode ser danoso: "O uso de um texto – ação como resultado de um processo de leitura – não é o mesmo que uma leitura retórica: a forma como os textos persuadem ou convencem os leitores por meio de sua estrutura argumentativa. O 'uso' muitas vezes ocorre sem qualquer mediação hermenêutica ou interpretativa, apenas pela condição da Bíblia como patrimônio cultural, fetiche, objeto diferenciado, livro sagrado e assim por diante. Podemos pensar nos muitos casos em que a Bíblia como um objeto ou como um produto – seu papel, sua tinta, o livro enquanto livro, suas capas, suas imagens, seus ditos conhecidos, sua magia – é usada para obter saúde, sucesso, encantamento, fazer guerra, impor dominação, para juramentos, conversão e prosperidade. O uso nem sempre é uma sequência natural da interpretação; frequentemente os usos e as interpretações se contradizem, não coincidem, são mutuamente excludentes". DE WIT, 2009, p. 47.

³³ BOTTA, ANDIÑACH, 2009, p. 3.

O nome que Segundo dá para esse processo de interpretação, prática, transformação e reinterpretação da Bíblia é “círculo hermenêutico”.³⁴ Nesse processo, uma atualização da interpretação é não somente desejada, mas é uma pré-condição para a leitura proveitosa:

Se a teologia de alguma forma pressupõe que pode responder às novas perguntas sem alterar a sua interpretação habitual das Escrituras, isso imediatamente encerra o círculo hermenêutico. Além disso, se a nossa interpretação das Escrituras não mudar junto com os problemas, então estes ficarão sem resposta; ou pior, receberão respostas antigas, conservadoras e inúteis.³⁵

Veja nessa citação como algo pode ser descartado simplesmente por ser conservador.

O resultado impressionante é que em muitos dos livros dos teólogos da libertação existe uma exiguidade de textos bíblicos utilizados. Em vários livros, o leitor pode passar por páginas e mais páginas de texto sem qualquer referência bíblica e aqui e acolá encontrará o uso dos mesmos textos-prova, usados sem o devido cuidado e busca pela precisão exegética. Além disso, em conformidade com os ditames da teologia católica, em alguns teólogos mais conectados à igreja o leitor poderá encontrar mais referências à documentos produzidos por comissões eclesiais e bulas papais do que a textos bíblicos bem interpretados. Os resultados dessa hermenêutica são claramente vistos nos livros de Teologia da Libertação em geral e nos textos sobre o uso da terra, em particular.

³⁴ “Neste livro tentarei mostrar que uma abordagem que tente relacionar o passado e o presente ao lidar com a Palavra de Deus deve ter sua própria metodologia especial. Darei a esta metodologia especial um nome pretensioso e a chamarei de círculo hermenêutico. Aqui está uma definição preliminar do círculo hermenêutico: é a mudança contínua na nossa interpretação da Bíblia que é ditada pela mudança contínua na nossa realidade atual, tanto individual como social. ‘Hermenêutica’ significa ‘que tem a ver com interpretação’. E a natureza circular dessa interpretação decorre do fato de que cada nova realidade nos obriga a interpretar novamente a palavra de Deus, a mudar a realidade em conformidade, e depois a voltar atrás e a reinterpretar novamente a palavra de Deus, e assim por diante”. SEGUNDO, Juan Luis. *Liberation of Theology*. Maryknoll, NY: Orbis Books, 1991, p. 8.

³⁵ SEGUNDO, 1991, p. 9. Mais à frente, Segundo acrescenta: “Mas primeiro acho que seria prudente para mim reiterar as duas precondições desse círculo. Elas são: (1) perguntas e suspeitas profundas e enriquecedoras sobre nossa real situação; (2) uma nova interpretação da Bíblia que seja igualmente profunda e enriquecedora. Essas duas precondições significam que, por sua vez, devem existir quatro fatores decisivos em nosso círculo. Primeiro, existe a nossa maneira de experimentar a realidade, que nos leva à suspeita ideológica. Segundo, existe a aplicação de nossa suspeita ideológica a toda a superestrutura ideológica em geral e à teologia em particular. Terceiro, surge uma nova maneira de experimentar a realidade teológica que nos leva à suspeita exegética, isto é, à suspeita de que a interpretação prevalente da Bíblia não tem levado em consideração porções importantes de dados. Quarto, nós temos a nossa hermenêutica, isto é, a nossa nova maneira de interpretar a fonte da nossa fé (i.e., a Escritura) com os novos elementos à nossa disposição” (p. 9).

Em outras obras da Teologia da Libertação, no entanto, a Bíblia é o foco, mas o texto canônico é abandonado em prol de reconstruções que questionam a integridade do texto (em todos os sentidos) e impõem sobre ele um significado que justifique a leitura sociológica previamente feita e as soluções baseadas em luta de classes, a partir de uma cosmovisão marxista.

O livro oriundo da Teologia da Libertação que mais interage com as Escrituras é *Teologia da Terra*, de Souza e Caravias. Neste livro, os autores apresentam uma leitura crítica menos radical do texto bíblico que outros teólogos do mesmo matiz. Ainda assim, propõem que em razão da demora na *parousia*, houve uma mudança de foco na "história" narrada por Lucas em direção à um ministério social.³⁶ Sobre o texto de Lucas 4, Souza e Caravias comentam:

Lucas mostra Jesus dizendo diretamente: "Felizes vocês, que são pobres", sem os adjetivos ou especificações de Mateus. A boa-nova é perdão das dívidas (7,41-43) e libertação dos oprimidos. Dirige-se aos marginalizados concretos, aos pobres, às crianças, às mulheres e aos pagãos. Jesus é apresentado, não tanto como o novo Moisés (de Mateus), mas como o novo Elias, que, como ele, ressuscita o filho de uma viúva, multiplica o alimento e envia discípulos em missão (7,11s). Elias é o profeta da luta contra Acab e Jezabel, em favor da justiça no campo e da verdadeira adoração ao Senhor, contra os cultos idolátricos.³⁷

Sobre a comunidade de bens em Atos, a interpretação é comunista e a aplicação é direta, ou seja, viver de maneira comunista "constitui um imperativo para todos os cristãos de hoje".³⁸ Embora esse não seja um ponto de total

³⁶ "Já havia anos que Jerusalém fora destruída, e os cristãos se davam conta de que a segunda vinda do Senhor podia tardar mais tempo que haviam suposto no início. Por isso, ia se impondo a idéia de que o cumprimento do Evangelho não apenas incluía uma missão espiritual, mas exigia, também, um ministério social para atender às necessidades físicas dos homens. Por isso, Lucas insiste no empenho de Jesus em chegar aos pobres e marginalizados, tão abundantes na época em que escreve". SOUZA, Marcelo de Barros; CARAVIAS, José L. *Teologia da terra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988, p. 257.

³⁷ SOUZA; CARAVIAS, 1988, p. 259.

³⁸ "O livro dos Atos registra um acontecimento fugaz: o da comunidade primitiva de Jerusalém como experiência econômica de tipo comunal (2,44-47; 4,32-35). Lucas considerou esse fato como a tentativa de desenvolver uma ética responsável da riqueza e o interesse em proteger os membros pobres e socialmente desvalidos da sociedade... A empresa era lógica, dado o contexto social dos primeiros cristãos. Queriam se ajustar às normas ditadas pelo estilo de vida de Jesus, que levava consigo muito poucas coisas, quando percorria o país. Os primeiros cristãos esperavam a volta imediata de Jesus. Assim, parece lógica essa organização econômica a curto prazo... Esta experiência comunística não está registrada simplesmente para conservar a lembrança de uma experiência que fracassou, mas constitui um imperativo para todos os cristãos de hoje". SOUZA, CARAVIAS, 1988, p. 261. Mais à frente, acrescentam: "O sistema romano gerava uma grande massa de marginalizados, a partir da formação, sobretudo na Itália, de grandes latifúndios. Estes expulsaram aos poucos os pequenos proprietários anteriormente radicados nas terras, os quais tiveram de migrar para Roma, enchendo as famosas ilhas (insulae, hoje diríamos favelas), bairros pobres... Houve diversas tentativas de reforma agrária que não tiveram êxito, e, finalmente, as autoridades optaram pela solução paternalista do 'pão e circo': distribuição gratuita de

convergência entre os teólogos da libertação, alguns defendem uma posição bastante radical contrária à propriedade privada em plena harmonia com a visão marxista, como este comentário de Souza e Caravias deixa bem claro:

Este processo é, de fato, bem mais complexo. A luta contra o sistema se dá pela superação da propriedade privada, mas também pela assistência a ela, em formas comunitárias que são próximas às culturas indígenas e rurais do nosso continente.³⁹

O passo lógico seguinte é que os próprios pobres com total apoio da igreja são aqueles que devem lutar por melhores condições de vida e acesso à terra (agência do indivíduo). Portanto, a reforma agrária se torna o alvo escatológico e tudo o que atrapalha esse alvo é considerado parte das estruturas pecaminosas e opressoras contra as quais Jesus Cristo lutou e por causa das quais foi assassinado. A igreja, portanto, na compreensão desses autores, tem a obrigação de envolver-se na luta pela reforma agrária:

Este elemento [da unidade entre cristãos] não exclui o teor de conflitividade que é inerente ao trabalho pastoral da terra, o discernimento justo entre quem oprime e quem sofre a opressão. Ele nos leva a realizar a unidade dos que trabalham pelo projeto de Deus neste mundo. Faz parte da espiritualidade popular e, portanto, também da terra, valorizar o consenso, mesmo no meio das tensões. As divisões ocorrem até dentro da Igreja, opondo grupos e pessoas com opções sociais diversas. A espiritualidade da terra pode nos ajudar a ser capazes de viver em meio às diferenças e, tendo claro o que pensamos e queremos, evitar sectarismo.⁴⁰

Para alguns teólogos da libertação, a ação correta da igreja é engajar-se totalmente na luta de classes, oferecendo aos camponeses educação, cuidado e meios para que façam a “necessária revolução” para mudar o sistema econômico vigente:

Tentar resolver este problema com o reformismo e com o desenvolvimento também é errado. Ambos contêm um erro teológico, além de político. Querem

trigo, óleo, sal, vinho e roupas. Até Diocleciano, só os cidadãos recebem isto. Os outros são os que o direito romano chamava de humiliores (humildes), em oposição aos honestiores (honestos). Estes não cidadãos eram os escravos, os libertos, os infames como os gladiadores, os bestiários no circo, os dançarinos, cantores, prostitutas, mulheres e crianças. Entre estes é que temos de procurar os cristãos. O que os camponeses atuais buscam na luta pela terra, as comunidades cristãs buscavam no afã de salvação. Foi a eles que o evangelho pôde dizer: ‘Nasceu-vos hoje um salvador, que é Cristo Senhor’ (Lc 2,11)” (p. 262).

³⁹ SOUZA, CARAVIAS, 1988, p. 427.

⁴⁰ SOUZA, CARAVIAS, 1988, p. 418. Mais à frente, em um tópico sobre “Luta de classes e violência” os autores comentam: “Em um país como o Brasil só no primeiro semestre do ano de 1987 a Pastoral da Terra contou 350 mil pessoas envolvidas em conflitos de terra. O que não se poderia dizer de países como Paraguai, El Salvador, Guatemala, Honduras e outros?” (p. 427).

manter o atual sistema reproduzido eternamente, ou melhorado com seus próprios recursos atuais. Aí está o problema. Em termos políticos quem está nessa prática e descobre essa realidade só pode tirar uma conclusão: o cristão deve usar os instrumentos corretos e eficazes para transformar totalmente esse sistema. Em outras palavras: deve ser revolucionário.⁴¹

Para ficar claro o que os autores querem dizer com "ser revolucionário", eles mesmos apresentam o seguinte exemplo:

Os bispos da Nicarágua, no dia 2 de junho de 1979, deram uma declaração reconhecendo a legitimidade da luta armada contra a ditadura: "A todos nós doem as manifestações violentas das insurreições revolucionárias, mas não se pode negar sua legitimação moral e jurídica em caso de tirania evidente e prolongada. (Manágua, 2/6/1979)".⁴²

Ou seja, a revolução da Nicarágua foi amplamente apoiada por católicos da libertação daquele país e apresentada como modelar por vários teólogos da libertação de outros países.

Exemplifiquemos, agora, esse tipo de leitura crítico-sociológica com Leonardo Boff.⁴³ Embora até exista em seu livro *Do Lugar do Pobre* uma citação do evangelho, esta se torna apenas um trampolim para aquilo que se interpreta como sendo a prática do evangelho segundo o exemplo revolucionário do próprio Jesus.⁴⁴ Segundo Boff, o papel da igreja nesse processo não é produzir

⁴¹ SOUZA, CARAVIAS, 1988, p. 428. No começo do livro, os teólogos explicitam como a pastoral da terra deve agir: "Nesta dimensão do processo revolucionário, a pastoral da terra, com sua prática, pode revelar o que crê: que a fé cristã é revolucionária, destinada por Deus para transformar permanentemente a humanidade; em particular, que a mensagem de Deus, e a vivência cristã consequente, em relação à terra se põe na perspectiva da socialização, pondo-a entre os homens como um dom divino, digno de todo respeito e carinho, fonte e por ele, da vida, lugar do trabalho que realizará a liberdade humana. A mensagem teológica em relação à terra potencializará a realização da humanidade, através de suas relações sociais mediadas pela natureza. A Pastoral da Terra será, no contexto histórico carregado de contradições, por suas opções e por sua prática concreta, a vivência de um serviço eclesial conflitivo. Participantes do conflito social pelo lado dos oprimidos, será, como Cristo, sacramento do aprofundamento das contradições, testemunhando sua fé de que este é o caminho para sua superação: "Eu vim pôr fogo à terra, e como gostaria que já estivesse aceso!" (Lc 12,49). A Pastoral da Terra é um testemunho de esperança: como a sociedade dividida em classes sociais nega a realização da humanidade, importa apoiar as classes que têm a necessidade, a capacidade e a força política para realizar a transformação desta sociedade, iniciando o processo de criação de uma sociedade realmente socialista e democrática" (p. 74-75).

⁴² SOUZA, CARAVIAS, 1988, p. 430. Nas páginas 61-62, os autores apresentam as reformas agrárias da Nicarágua e de Cuba como modelares.

⁴³ BOFF, Leonardo. *Do lugar do pobre*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

⁴⁴ "O serviço maior que a Igreja presta ao homem latino-americano é anunciar-lhe o Evangelho de Jesus Cristo. Este se resume na proclamação do Reino de Deus, que significa a plena libertação de toda a criação, cósmica e humana, de suas iniquidades e a realização integral do desígnio de Deus que é a inserção de tudo em sua própria vida divina. Concretamente o Reino de Deus se traduz em comunhão

a libertação, mas ajudar o oprimido a ser um agente de sua própria libertação ao (1) defender e promover a vida mínima; (2) defender e promover o direito dos pobres e (3) reinventar a igreja como Povo de Deus no meio dos povos da América Latina.⁴⁵ Um dos principais motes da Teologia da Libertação também aparece na argumentação de Boff ao afirmar que a preferência da igreja pelos pobres deve-se à preferência do próprio Deus pelos pobres, preferência divina esta que se baseia na própria natureza de Deus.⁴⁶ Ele também reivindica que a preferência pelos pobres “é uma opção apostólica, pois desde os primórdios da evangelização os pobres receberam especial solicitude dos apóstolos e também de Paulo (cf. At 3,44-45; 4,24; Gl 2,10; At 11,29-30)”.⁴⁷ Vejamos em Boff mais um exemplo bastante prático da maneira como tais teólogos da libertação lidam com a Bíblia:

A mais forte fundamentação do direito dos pobres como direito de Deus nós a encontramos no NT. Primeiramente, eles são feitos os primeiros destinatários do Reino de Deus (cf. Lc 4,18 e 6,20). Somente entenderemos o Evangelho como Boa Notícia se o entendermos a partir da perspectiva dos pobres, dos diminuídos e ameaçados em sua vida.⁴⁸

Alguns dos problemas que encontramos nesta citação e que ilustram aquilo que é lugar-comum entre os teólogos da libertação é o cânon dentro do cânon, ou seja, a preferência por alguns textos bíblicos específicos que se adequam à agenda pretendida e o descuido em relação a uma exegese séria desses mesmos textos, como, por exemplo, ao desprezar as nuances que o termo “pobre” tem nas Escrituras.⁴⁹

de vida com o Pai, o Filho e o Espírito Santo, numa fraternidade para com todas as pessoas e no uso solidário dos bens da terra e dos produzidos pelo trabalho humano. Esta boa nova é a graça de Deus que recebemos agradecidos. Acedemos a ela quando mudamos de vida e nos pomos no seguimento de Jesus. Ele não apenas anunciou o Reino, senão que o concretizou em sua vida, em suas palavras e gestos. [...] Jesus une sempre em sua vida o anúncio do Reino com sua antecipação concreta na história, começando pelos mais desamparados (Lc 7,22). De modo análogo, a Igreja, ao mesmo tempo que prolonga a esperança proclamada por Jesus, a realiza em gestos de libertação da opressão, de solidariedade para com os fracos e de reativação de todas as energias de bondade e superação do egoísmo. O Evangelho diz explicitamente: ‘Em vosso caminho, pregai as palavras: aproxima-se o Reino dos céus; curai os enfermos, ressuscitai os mortos, limpai os leprosos, expulsai os demônios’ (Mt 10,7-8). Aqui se depreende a união entre proclamação e ação libertadora. Jesus não apenas prega, mas tem misericórdia do povo faminto e desgarrado e os alimenta fartamente com pão e peixes (Lc 9,11-17; Mc 6,32-44)”. BOFF, 1997, p. 49-50.

⁴⁵ BOFF, 1997, p. 50-51.

⁴⁶ BOFF, 1997, p. 53.

⁴⁷ BOFF, 1997, p. 54.

⁴⁸ BOFF, 1997, p. 75.

⁴⁹ Croatto, por exemplo, toma o Êxodo como sendo uma lente para a leitura do restante das Escrituras, da teologia e da experiência humana: “Mas o êxodo como fato histórico e salvífico é tão ‘original’ que atrai para si a experiência da criação, tal como diz a linguagem da estrutura mítica da história bíblica.

Outro aspecto que Boff enfatiza é mística da Teologia da Libertação:

No fundamento da teologia da libertação se encontra uma mística: o encontro com o Senhor no pobre que hoje é toda uma classe de marginalizados e explorados de nossa sociedade caracterizada por um capitalismo dependente, associado e excludente. Uma teologia qualquer que seja que não possua em sua base uma experiência espiritual é sem fôlego e tagarelice religiosa.⁵⁰

Aqui, despreza-se a interação séria com o texto bíblico em prol de um encontro existencialista com Deus por meio do encontro e cuidado prático com os pobres.

Duas ótimas ilustrações dos frutos da hermenêutica da libertação se encontram em um dos últimos números da *Revista de Interpretación Bíblica Latinoamericana* (RIBLA).⁵¹ No primeiro exemplo, José Ademar Kaefer desconstrói o texto de Gênesis 37—50, subvertendo totalmente o texto em sua forma canônica e apresentando os irmãos de José como os verdadeiros representantes do povo oprimido, enquanto o próprio José é representante da corte opressora.⁵²

Esteban Arias Ardilla, por sua vez, propõe uma leitura do “mito” de Gênesis 3 na qual a serpente representa os movimentos camponeses de libertação:

Superar a preponderância do mito sem ignorar a sua existência em Gênesis 3 não só nos permite localizar o texto em um lugar histórico específico, mas também nos mostra claramente que a intenção dos redatores finais de Gênesis 3 era justificar o exílio e o abuso de poder da monarquia. Diante deste abuso, surge a figura da cobra rebelada, que neste contexto representa uma certa astúcia camponesa que, apesar de suas limitações devido às circunstâncias de sua marginalidade, consegue perceber com o tempo que estava sendo objeto de exclusão e exploração.⁵³

No nosso caso, significa que o êxodo constitui um fato radical e profundo, no qual tanto Israel como nós devemos interpretar a Deus e a nós próprios. O êxodo torna-se uma inesgotável ‘reserva de sentido’. Portanto, a sua ‘doação de sentido’ é ilimitada; daí as suas possibilidades hermenêuticas, únicas para a teologia latino-americana”. CROATTO, Severino. *Liberación y Libertad: Pautas Hermenéuticas*. Lince, Peru: Centro de Estudios y Publicaciones, 1978, p. 26-27.

⁵⁰ Leonardo Boff. *Da libertação: o teológico das libertações sócio-históricas*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 11-12.

⁵¹ A RIBLA surgiu em 1998 e é uma revista sobre interpretação bíblica a partir da hermenêutica da teologia da libertação. Todos os seus números estão disponíveis em: <https://www.centrobiblicoquito.org/ribla>. Acesso em: 14 set. 2023.

⁵² KAEFER, José Ademar. “Uma análise literária e sociológica camponesa da novela de José e seus irmãos”. *RIBLA* 89 (2023), p. 67-79. Esse número da RIBLA é inteiramente dedicado à leitura camponesa da Bíblia.

⁵³ ARDILLA, Esteban Arias. “Adán y Eva primeiros camponeses desplazados de su tierra. Una lectura alternativa de Génesis 3”, *RIBLA* 89 (2023): 55-66, p. 62.

Note que o autor pressupõe que o redator final de Gênesis, em acordo com o poder real, tinha o objetivo de justificar a opressão dos camponeses. Assim, ele conta essa história na qual Deus está ao lado dos opressores e contra os oprimidos. Sendo assim, a serpente se torna no relato o personagem que abre os olhos dos oprimidos. Creio que essa ilustração é perfeita em relação aos resultados obtidos a partir da hermenêutica suspeitosa e crítica da Teologia da Libertação: a serpente se torna o herói.

O argumento principal da presente seção deste artigo foi levantar aspectos da hermenêutica da Teologia da Libertação que merecem crítica a partir dos ditames do cristianismo evangélico. Em resumo, os pontos mais relevantes de críticas que levantamos contra essa hermenêutica sul-americana foram: (1) desprezo pelas Escrituras em sua versão final como Palavra de Deus; (2) interpretação histórico-crítica, desconstrucionista e influenciada por uma abordagem contextualizada ou “*reader response*” a partir da perspectiva dos oprimidos; (3) priorização de certos textos bíblicos em detrimento de outros (cânon dentro do cânon); (4) abordagem “texto-prova”, que vai ao texto para comprovar teses marxistas e não para ouvir o que Deus realmente tem a dizer por meio do texto ao se utilizar de uma exegese séria e profunda e (5) uma disposição existencialista neo-ortodoxa de justificar a interpretação particularizada a partir de um encontro sobrenatural com Jesus ou com o Espírito Santo por meio do encontro com o pobre ou a pobreza.

Existe alguma utilidade na Teologia da Libertação? Assim como tem acontecido ao longo da história da igreja, movimentos heréticos – que muitas vezes absolutizam algo importante em detrimento de outras verdades – podem e devem ser utilizados como oportunidade de aprofundar e tornar mais precisa a compreensão doutrinária e a prática eclesial. O mesmo padrão pode ser aplicado em relação à Teologia da Libertação. A sua preocupação prática com opressão e pobreza e o lembrete de que o evangelho tem implicações sociais devem ser utilizados como fator de motivação para a produção de obras evangélicas que sejam socialmente mais sensíveis e convocações evangélicas ao cuidado dos mais desfavorecidos.

O mesmo Hamilton, que não tem nenhuma dificuldade em chamar a Teologia da Libertação de herética, também chama a atenção para o fato de que essa teologia levanta perguntas que precisam ser respondidas por aqueles que querem produzir uma teologia em harmonia com a verdade da Escritura:

No entanto, a Teologia da Libertação, embora dê muitas respostas altamente suspeitas, levanta algumas questões altamente pertinentes. Há, por exemplo, a questão de “espiritualizar” o evangelho de forma que questões políticas nunca são levantadas. Os libertacionistas lembram-nos constantemente que não podemos permanecer politicamente neutros e ainda habitar num mundo politicamente organizado. Se tentarmos fazê-lo, dizem-nos, estaremos tomando partido da mesma forma – estamos optando pelo status quo. Neste

caso, estaríamos votando contra a revolução e a favor das forças da reação. Aqui os libertacionistas têm razão – pelo menos quanto à impossibilidade de neutralidade política. A questão não é se os cristãos devem estar envolvidos, ativa ou passivamente, nas decisões políticas. A questão é: como, onde e com que espírito o seu envolvimento se tornará eficaz. No entanto, as opções de forma alguma são tão claras como imaginam os libertadores. A escolha cristã não é, por exemplo, aquela apresentada de forma simplista por Robert McAfee Brown antes de Nairobi. Brown sugere que devemos escolher entre ser contra o Cristo, cujo povo são os pobres e oprimidos (“aqueles a quem as nossas estruturas sociais sufocam e estrangulam e sufocar”) e “converter-se” para lutar contra toda a opressão econômica e política.

Assim, na parte 2 deste artigo, a ser publicada em um próximo número de *Fides Reformata*, pretende-se, a partir de bons princípios exegeticos, interagir de forma introdutória com a questão agrária, analisando como o evangelho de Lucas constrói um estereótipo do “proprietário de terra” e quais são as implicações teológicas e práticas desse estereótipo.

ABSTRACT

This article is divided into two parts. The first part presents the historical links between the Landless Rural Workers' Movement (MST) and the Catholic Church, and provides a critical introduction to Liberation Theology, with a particular emphasis on its hermeneutical problems. The second part, to be published in another issue of this journal, will use narrative analysis and historical-critical analysis to demonstrate that, by repeatedly presenting characters who are wealthy landowners and/or homeowners, Luke proposes a theological and an ethical point. The theological point is that God is the true owner of land as an economic good. The ethical point is that, since God is the supreme owner of land, any human being who owns real estate should use it in an altruistic rather than selfish way.

KEYWORDS

Gospel of Luke; Landowner; MST; Liberation Theology; Land reform.

ISRAELOGIA PROVISÓRIA

*Frans Leonard Schalkwijk**

RESUMO

Neste artigo, o autor expressa a sua convicção de que o retorno dos judeus à terra de Israel no século 20 é um cumprimento de antigas promessas de Deus ao seu povo. Ao mesmo tempo, considera honestamente sete objeções a esse entendimento, a saber: o cumprimento da promessa já foi realizado no passado, uma condição fundamental para o retorno não foi cumprida, o Novo Testamento silencia sobre a questão, a posição de Tiago sobre a inclusão dos gentios na igreja judaica, o fato de que muitos judeus não retornaram à terra prometida, o fato de que ainda hoje a nação de Israel continua sob ameaça e o entendimento de que é duvidoso tirar conclusões a partir de eventos atuais.

PALAVRAS-CHAVE

Retorno dos judeus a Israel; Estado de Israel; Promessas de Deus; Objeções.

Pessoalmente creio que a volta atual dos judeus à terra de Israel é um cumprimento da promessa de Deus. Mas será que é bíblico pensar assim? Pois não será que todas essas promessas sobre o retorno já se cumpriram na volta do exílio babilônico? E não é a conversão de Israel a condição da sua volta? Assim já ouvi pelo menos sete questões críticas que pesam na balança contra

* Doutor em História, Universidade Mackenzie (1983); mestre em Teologia (Th.M.), Calvin Theological Seminary (Grand Rapids, MI, 1977); bacharel em Teologia, Universidade Livre de Amsterdã e Faculdade Teológica de Kampen (1954), Moravian Theological Seminary, Bethlehem/PA (1951). Missionário no Brasil (1959-1995), professor e reitor do Seminário Presbiteriano do Norte/Recife (1972, 1976-1986), ex-professor visitante do CPAJ. Pastor emérito das Igrejas Reformadas da Holanda, da Igreja Evangélica Reformada no Brasil e da Igreja Presbiteriana do Brasil. Autor de *Igreja e Estado no Brasil Holandês* e *Meditações de um Peregrino*. Reside em Itajubá, MG.

uma segunda volta como cumprimento da promessa de Deus. Vamos ouvir com muita atenção essas objeções fraternais (quatro bíblicas e três práticas) para não errar na interpretação e no ensino fiel da Palavra de Deus (2Tm 2.15).

1. CUMPRIMENTO REALIZADO

A primeira objeção tem peso histórico muito grande: a volta atual não pode ser o cumprimento da promessa divina, pois essas promessas já se cumpriram na volta do exílio babilônico (539 a.C.). Vamos então reler algumas promessas de retorno e perceberemos que todas são muito semelhantes, mas umas se encaixam mais nos dias de hoje do que no primeiro retorno. De fato, há semelhanças e diferenças entre a volta da diáspora *babilônica* depois dos 70 anos preditos por Jeremias (29.10) e a volta atual da diáspora *romana* que depois do ano 70 já durou mais de dezenove séculos. A diferença principal está no seu volume. Pensando nas promessas como estrelas (Gn 15.5), há algumas que são como uma estrela maior ou, quem sabe, podíamos dizer que há promessas que são como uma “estrela dupla”, uma menor na frente com outra maior atrás. Sem telescópio mal dá para ver que é uma estrela dupla. Não é isso que aconteceu com as promessas sobre a primeira vinda do Messias? Como quando o Senhor Jesus leu a profecia de Isaías (61.1,2) sobre o ano da graça do Senhor, mas deixou o juízo final de fora por enquanto (Lc 4.19).

Comparando o *volume* dos dois retornos, o que chama a atenção de imediato é que a *volta da diáspora babilônica* é relativamente pequena, contada em milhares (Ed 2.64), mas a *volta da diáspora romana* é enorme, em três anos pelo menos dez vezes maior.¹ Vamos comparar mais alguns aspectos das duas voltas e percebemos logo outras diferenças.

De onde voltam? No ano 539 a.C., os judeus vieram basicamente da Mesopotâmia e da Pérsia, então do nordeste de Canaã. Mas já uns vinte anos depois daquela volta, o Senhor falou de novo, desta vez por meio do profeta Zacarias (pós-exílico): “Salvarei meu povo, tirando-o da terra do oriente e da terra do ocidente” (8.7). E na profecia de Isaías 43 (v. 5,6) o âmbito geográfico é ainda muito maior: “Trazei meus filhos de longe, e as minhas filhas das extremidades da terra”. Em 539 a.C. eles vieram do Nordeste, mas atualmente do Norte e do Sul, do Leste e do Oeste, da Rússia e da África do Sul, da Índia, da Etiópia² e de Marrocos, das Américas (inclusive do Brasil)³ e da Austrália. Agora já

¹ Imigração na Terra Santa: em milhares: 539 a.C. – 42.000 (Ed 2.64); 1948 A.D. – 101.000; 1949 – 239.000; 1950 – 170.000. Ver: <https://www.jewishvirtuallibrary.org/latest-population-statistics-for-israel>.

² Desde 1948, 95.000 judeus da Etiópia.

³ A média anual de chegada de brasileiros a Israel era de cerca de 150, mas aumentou: 2014 – 308; 2015 – 497; 2016 – 760. Ver: <https://www.rfi.fr/br/mundo/20170723-aumento-da-imigracao-de-brasileiros-para-israel>. Sobre judeus no Brasil holandês, ver F. L. Schalkwijk, *Igreja e estado no Brasil*

de mais de cem países, quase do mundo inteiro. Mas alguém pergunta: “Seria realmente uma volta prometida?” E a resposta podia ser formulada em outras perguntas: Não são os que voltam judeus? E não estão voltando para Israel? De qualquer forma é uma volta. Mas, ainda por cima, não há atualmente um fenômeno complementar interessante? Pois cristãos estão ajudando nesta *aliya*,⁴ como a organização *Operação Êxodo*, com muitos cooperadores voluntários de várias nacionalidades, como Isaías já havia profetizado (49.22).⁵ E mais: Jeremias enfatizou que viriam da “terra do Norte” (16.15). Há um capitólio exatamente ao norte de Jerusalém, Moscou. É que a gigante Rússia abrigava mais de dois milhões de judeus, mas a emigração somente começou depois da implosão da União Soviética (1991). Stalin tinha criado uma nova pátria judaica, Birobidshan, no extremo oriente da Sibéria, na fronteira com a China (1928). Era uma região autônoma (*oblast*) de confissão religiosa ateísta, mas na bandeira tinha um candelabro estilizado; e depois do russo, a língua oficial era o yiddish, um dialeto judeu-alemão da Europa oriental escrito com letras hebraicas. Agora, depois de 1991, a maior parte emigrou para a América ou para Israel, onde 15% da população fala russo.

De fato, a volta do exílio romano é como a volta do exílio babilônico, porém agora, como profetizado, em escala mundial e especialmente do Norte e, ainda por cima, com a ajuda de estrangeiros. Três coincidências?

Quem está voltando? é nossa segunda pergunta. Como na volta da Babilônia, é o “restante” que está voltando agora, inclusive aleijados e mulheres grávidas (Jr 31.7,8). Há ainda mais um paralelo, sinistro, entre as duas voltas do “restante”, pois uns sessenta anos depois do primeiro regresso houve uma tentativa frustrada de Esaú de genocídio do “restante” de Jacó no imenso império persa (480 a.C.; Et 3.1). Outro paralelo amargo são as lágrimas do “restante”, pois desta vez havia muito mais choro ainda de Raquel e das mães de Israel pelos seus filhos, pois “já não existem” (Jr 31.15-17). É que na Europa havia nove milhões de judeus, porém dois terços deles foram mortos (dos quais 1,5 milhão de crianças) naquele holocausto satânico. E não somente na Alemanha, pois quando os nazistas invadiram a União Soviética, em dois dias mataram em Kiev, capital da Ucrânia, mais de 30.000 judeus (1941, Babi Yar). Mortos, e não somente pelos nazistas. Naquele mesmo ano, quase 800 judeus conseguiram fugir da Romênia num velho cargueiro de gado, o Struma, com destino à Palestina. Mas a Inglaterra, que governava aquele território, recusou

holandês, 3ª ed., Cultura Cristã, 2014, p. 301ss. No Nordeste brasileiro, o chapéu de couro, o quipá, é um reminiscente judaico da época colonial. Ver: <https://www.instagram.com/reel/CkjZCZ1OO5h/?igshid=NjFhOGMzYTE3ZQ%3D%3D>.

⁴ Aliya = *subir* para Jerusalém.

⁵ SCHELLER, Gustav. *Operation Exodus* (Inglaterra: Sovereign World, 1998); www.ebenezer-operation-exodus.com; www.christiansforisraelinternational.com.

a entrada. O navio refugiou-se com um defeito no motor no porto de Istambul. Quando, depois de alguns dias, ficou claro que a Inglaterra não permitiria mesmo a entrada num porto da terra prometida, o Struma foi rebocado para o alto mar e no dia seguinte torpedeado por um submarino russo. Houve apenas um sobrevivente...⁶ A Inglaterra recusou a muitos outros sobreviventes do holocausto a entrada na Palestina.⁷ Depois devolveu o mandato às Nações Unidas (1947) e definiu como potência mundial (cf. Is 60.12). De fato, há muitos paralelos entre os “remanescentes” dos dois retornos, mas também diferenças: mais gente, mais lágrimas.

Sobreviver como? Uma terceira comparação entre as duas voltas pode ser sobre como os migrantes sobreviveram depois da chegada a Canaã. Sem dúvida nos dois casos foi basicamente pela agricultura. Mas houve diferenças. Depois da *Babilônia*, a terra ainda não tinha se tornado em deserto, pois outros pequenos grupos étnicos tinham sido importados e a agricultura voltou a produzir bem. Mas depois do longo exílio *romano* a terra tinha se tornado um deserto ou em pantanais infestados de mosquitos com malária e febre amarela. Assim todos os viajantes do século 19, como Mark Twain, observaram: a Palestina é um deserto (1867).⁸ Porém os judeus, desta vez voltando depois de mais de 40 gerações, compraram essas terras e os antigos donos (morando em Beirute, Damasco etc.) riram, pois conseguiram um bom dinheiro para terrenos que não valiam nada. Mas como trabalharam esses “novos” donos! E foi interessante que muitos jovens de outras nações vieram ajudá-los! Interessante, sim, mas assim se cumpriu outra profecia de Isaías de que estrangeiros trabalhariam nas lavouras e vinhedos (61.5).

De fato, a “segunda volta” é como a volta de Babilônia, pois são judeus que precisam trabalhar para sobreviver, mas é diferente porque ocorre em escala mundial e com ajuda mundial, como profetizado.

Morar onde? Outra questão básica que os imigrantes enfrentam é onde morar. E de novo há muita semelhança entre as duas voltas, simplesmente porque são pessoas com as mesmas necessidades básicas. Só que na segunda volta em escala maior, e encontramos até profecias complementares a respeito desse assunto. Isaías diz: “Edificarão os lugares antigamente assolados ... e as cidades arruinadas...” (61.4). Assim hoje, em contraste com o Egito, há em Israel muitas cidades novas nos antigos lugares e com os nomes antigos: Berseba, Laquis, Betshan etc. As cidades antigas foram reconstruídas, sempre depois de pesquisas arqueológicas. E Sofonias profetizou especificamente sobre uma parte da região dos filisteus: “O litoral pertencerá aos restantes da casa

⁶ Ver: https://en.wikipedia.org/wiki/MV_Struma.

⁷ URIS, Leon, *Exodus*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

⁸ TWAIN, Mark. *The Innocent Abroad* (1869).

de Judá; nele apascentarão os seus rebanhos, e à tarde se deitarão nas casas de Ascalom...” (2.7). Hoje Ascalom, reconstruída por judeus sul-africanos (1951), é uma cidade moderna uns dez quilômetros ao norte da Faixa de Gaza, com esse mesmo versículo bíblico na praça da cidade.

De fato, essa segunda volta é como a volta da Babilônia, somente que em escala mundial e, às vezes, com alguma profecia complementar, como esta sobre Ascalom.

Nação forte? Refugiados que, depois de anos, voltam para casa, encontram pessoas que ocuparam o espaço vazio e que, de repente, se tornam seus piores inimigos. Por isso precisam se organizar bem para poder sobreviver. Mas, estando dentro do plano de Eterno, eles podem ter a certeza de que o Fiel os ajudará. Uma profecia de Miquéias (4.6,7) trata especialmente deste problema de inimigos. Na primeira volta, o Senhor cumpriu sua promessa quando o árabe Gesém e seus companheiros resistiram ao governador Neemias (Ne 2.9). Mas a mesma promessa vale também para o que parece ser uma segunda volta prometida, pois, apesar dos muitos inválidos pelos campos de concentração, Deus prometeu que os faria “uma poderosa nação”! E ele cumpriu a sua palavra! Foi como um milagre que o novel Estado de Israel conseguiu vencer as guerras de extermínio que seus novos vizinhos travaram contra ele. Logo depois de nascer eclodiu a guerra da independência⁹ de 1948; depois a Guerra dos Seis Dias (1967),¹⁰ outra em 1973 e as seguintes...¹¹ Mas Israel sobreviveu e é uma nação forte! *A promessa entregue pelo profeta Miqueias valeu para todas essas circunstâncias adversas, tanto na primeira como na segunda volta, somente que nesta última em escala cem vezes maior e mais perigosa!*

Todos nós já sabíamos da história geral que de fato há duas *diásporas*, a babilônica e a romana. Pessoalmente creio que podemos também distinguir duas *voltas* e reconhecer essa última também como cumprimento das profecias naquela “estrela dupla”. Como acabamos de ver, em cinco áreas há paralelos claros, mas também “coincidências¹² complementares” nas profecias mencionadas que apontam nessa direção.

A grande pergunta honesta e fraterna permanece: será que a volta atual dos judeus à terra de Israel é de fato um cumprimento da promessa de Deus e então um sinal dos tempos? No primeiro ponto procuramos responder à objeção de que todas essas promessas sobre o retorno já se cumpriram na volta do exílio babilônico. Mas há pelo menos mais seis réplicas que pesam na balança contra uma segunda volta como cumprimento da promessa de Deus.

⁹ LORCH, Netanel. *The Edge of the Sword*. PL Press, 2016.

¹⁰ STEVENSON, W. *Strike Zion!* Também o artigo de Leon Uris, “The Third Temple”, Bantam Books, 1967.

¹¹ De 1948 a 2022, quinze guerras.

¹² Co-incidente? Deus-incidente!

2. CONDIÇÃO

A resposta à segunda objeção talvez seja mais difícil: não é que Deus estipulou uma condição? Não é que o Senhor prometeu esse retorno à terra somente depois do retorno a Deus (Dt 30.1-6)? Estão voltando, mas será que já se converteram? Hoje em dia talvez somente 1,5% da população judaica seja composta de judeus messiânicos.¹³ Pensando neste ponto crucial temos de concluir: sim, estão voltando, mas praticamente sem conversão.

Que os judeus estão voltando para a terra prometida, não há dúvida, pois desde 1900 é um fato histórico elementar. Caso contrário, nem existiria um Estado de Israel. Então há duas opções: ou é uma “volta carnal”, sem a bênção do Eterno, ou é pela graça imerecida dele. Pessoalmente creio que essa volta é um milagre da graça pelo sopro do Espírito Santo numa certa altura da história geral. Pois quando foi que o jornalista judeu Theodor Herzl¹⁴ tocou a trombeta? Não foi um pouco antes de 1900?¹⁵ Será que foi como por um sopro do Espírito Santo? Se for, decerto a igreja de Cristo também percebeu esse sopro, pois quando o vento sopra todo mundo nota. Será que a igreja percebeu algo desse sopro? Será que a ordem cronológica desse sopro seria também primeiramente o judeu, depois o grego?¹⁶ Parece que sim, pois um pouco depois de 1900 nasceu entre os crentes gentílicos o movimento pentecostal e começou uma campanha de evangelização que, apesar de problemas, se verificou ter sido a maior depois de Pentecoste, como o historiador Mark Noll observou. Gente simples, mas que tinha estado com Jesus (At 4.13)! Alguém poderia dizer: “Pura coincidência”, mas acredito que a volta da diáspora romana é um milagre da graça e um milagre profetizado, pois em Ezequiel 37 a sequência do cumprimento é: reunião dos ossos secos antes da conversão (cf. Jr 32.37-41).

Agora, sem dúvida, um reviver espiritual entre os judeus poderia acontecer em qualquer lugar da vasta diáspora existente, como ocorre também entre os gentios. Mas nessa profecia específica há um ponto centrípeto, a terra de Israel (Ez 37.12).¹⁷ Neste caso, o juntar dos ossos em Israel é algo preparatório. E o que seria esse juntar dos ossos senão juntar judeus para ser uma comunidade organizada, provavelmente um estado, para poder sobreviver como um povo

¹³ Mas o número está crescendo, especialmente desde a “Jesus Revolution” dos anos 70. Ver: <https://watch.tbn.org/s/vW7EBxmS/the-rosenberg-report?e=5mu3PJf3>. Joel Rosenberg: no mundo atual há um milhão de judeus messiânicos!

¹⁴ O judeu austríaco Theodor Herzl (1865-1904) foi advogado, ativista político, jornalista, autor de peças teatrais. Residia em Viena, capital do então Império Austríaco.

¹⁵ HERZL, Theodor. *Der Judenstaat, Versuch einer modernen Lösung der Judenfrage* (O estado judeu, tentativa de uma solução moderna da questão judaica). Viena: Breitenstein, 1896.

¹⁶ Rm 1.16. BOCK, D. L., GLASER, M. (Orgs.), *To the Jew First: The Case for Jewish Evangelism in Scripture and History*. Kregel, 2008.

¹⁷ Jerusalém e Israel são centros (Ez 5.5: “nações e terras ao redor”; 38.12: “umbigo da terra”).

tão perseguido? Na entrada do Yad VaShem, o memorial do holocausto em Jerusalém, está o versículo 14, revelando o que seus dirigentes judeus acreditam sobre a volta atual: “Porei em vós o meu Espírito, e vivereis, e vos estabecerei na vossa própria terra”.¹⁸

3. SILÊNCIO DO NOVO TESTAMENTO

Além da objeção de que falta conversão e por isso não pode ser o cumprimento da profecia, ainda há o problema aparente do quase total silêncio do Novo Testamento sobre a restauração de Israel. E, pensando bem, a ausência significativa de algo tão importante pode ser uma prova indireta de que estamos na pista errada. E talvez seja por causa desse silêncio que muitos crentes pensam que a maioria das promessas do Tanach deve ser espiritualizada.

Antes de chegar a essa conclusão devíamos nos lembrar do contexto. Sabemos que, nascidos e criados como judeus, para o Senhor Jesus e seus discípulos as promessas do Antigo Testamento, inclusive sobre a volta da diáspora, eram tão certas, transparentes e concretas que ninguém estranhou a pergunta: “Será este o tempo em que restaures o reino a Israel?” (At 1.6). Depois da resposta clara e negativa do próprio Rei (parafraçando: “Agora não! Nem *chronos* nem *kairos*!”), a ordem positiva para esta nova época da graça foi muito clara: agora é evangelizar o mundo inteiro, porque o muro da separação foi derrubado (Ef 2.14)!

Além desse contexto geral, há o contexto imediato. Quando se fala sobre as “últimas coisas”, lembra-se logo do sermão de Mateus 24, onde nada se diz sobre essa promessa. Mas neste caso se esquece que a divisão em capítulos veio muito mais tarde e que imediatamente antes de Mateus 24 o Senhor Jesus diz claramente que ele não voltará até Jerusalém (como capital de Israel) dizer: “Bendito o que vem...” (Mt 23.39). Além desse “até” abençoador, há um até amaldiçoador escatológico do Messias sobre Jerusalém: “Cairão a fio de espada e serão levados cativos para todas as nações; e, até que os tempos dos gentios se completem, Jerusalém será pisada por eles” (Lc 21.24). Talvez seja somente nessa angústia que Jerusalém vai clamar aquele “Bendito”! Até é uma pequena palavra limítrofe com dois lados, um lado para cá e outro para lá. Assim também em Lucas. “Para lá” uma esperança desconhecida ainda, mas “para cá” uma advertência severa que nos faz pensar na “medida dos pecados” dos povos gentílicos que está se enchendo (cf. Gn 15.16). E de alguma forma a história de Jerusalém está conectada com esse medidor, indicando o prazo da paciência de Deus com os gentios, incluindo as ameaças e ataques deles contra

¹⁸ Mensagem de e-mail do Yad VaShem (Jerusalém, 18.09.2022): “Further to your query, yes, the quotation is from the book of Ezekiel, Chapter 37, verse 14: ‘And I shall put my spirit in you, and you shall live, and I shall place you in your own land’” (“Quanto à sua mensagem, sim, a citação é do livro de Ezequiel, capítulo 37, verso 14...”).

seu povo e seu país. Mas o que acontecerá com Jerusalém *depois* dos tempos dos gentios? Além dessas provas diretas positivas em si, o fato de se ter poucas referências sobre a volta e conversão de Israel não invalida essas poucas.

Vamos ler outro “até” conhecido sobre esse assunto – Romanos 11.25,26: “Endurecimento veio em parte a Israel, *até* que haja entrado a plenitude dos gentios. E assim todo o Israel será salvo”. Como o Senhor Jesus, também Paulo fala sobre dois grupos étnicos: é um “até” promissor e alertador tanto para judeus como para não-judeus. Aponta para um futuro certo, mas de data aberta, o final da época da graça para os gentios quando a porta da arca da salvação será fechada por Deus mesmo (cf. Gn 7.16). E para os judeus é um preparativo para seu reavivamento, e ao mesmo tempo uma última chamada clara para os outros povos.

Os judeus diziam anualmente no final da ceia pascal: “No próximo ano em Jerusalém”. Era como uma oração pelo cumprimento das promessas sobre o retorno: “Até quando, Senhor?” Na sua palavra de despedida na última ceia pascal com seus discípulos, o Senhor Jesus não disse: “No próximo ano em Jerusalém”, mas deu outra indicação temporal no seu último “até”: “Desta hora em diante não beberei deste fruto da videira *até* aquele dia em que o hei de beber, novo, convosco no reino de meu Pai” (Mt 26.29,30). E tendo cantado um hino saíram para o Monte das Oliveiras, de onde ele partiria em breve, depois da morte e ressurreição, e onde os seus pés estarão de novo numa outra plenitude do tempo (Zc 14.4).

Há ainda outro trecho no qual o Senhor Jesus fala sobre o futuro de Israel. Na “Revelação de Jesus Cristo” capítulo 7, ele mostrou os selados de “todas as tribos dos filhos de Israel”, diferenciando-os da “grande multidão... de todas as nações, tribos, povos e línguas” (Ap 1.1; 7.4-10). Mas ambos os grupos foram salvos pela graça, pela fé no Cordeiro de Deus! É como o cumprimento da promessa apontada pelo apóstolo Paulo em Isaías sobre o remanescente de Israel que será salvo depois da plenitude dos gentios (Rm 9.27; 11.25).

Diante dessas referências, o pequeno Novo Testamento não parece tão silencioso sobre esse assunto quanto pensamos, e mais, onde ele fala, as palavras sempre estão em harmonia com as promessas do vasto primeiro Testamento, aguardando uma restauração espiritual de Israel, inclusive daquilo que vem antes disso. Entre nós, não há dúvida sobre o despertar espiritual de Israel no fim dos tempos. A única diferença entre irmãos reformados talvez seja que alguns estão pensando logo na fase final e outros mais sobre as várias etapas anteriores.

4. TIAGO

Um quarto argumento bíblico forte contra a ideia de uma volta prometida seria um ponto hermenêutico específico: a maneira como, no primeiro “sínodo”, o apóstolo Tiago interpretou Amós 9.11-12 sobre a reconstrução do tabernáculo de Davi como se referindo à entrada dos gentios na igreja, os povos se curvando

sob o cetro do grande Filho de Davi (At 15.15-18). O assunto naquele concílio apostólico foi a posição desses crentes gentílicos que ingressavam numa igreja cristã composta de crentes judeus. A decisão da assembleia deixou claro que os crentes-das-nações não precisam se transformar em judeus (pela circuncisão e a lei cerimonial). Por outro lado, também ficou subentendido que os judeus não se tornam “gentios” quando vêm a Jesus, permanecendo “judeus” etnicamente e conservando o sinal da aliança com Abraão. Ao mesmo tempo, embora cada grupo possa preservar suas características étnicas, Deus requer de todos uma etnicidade santificada (cf. Ap 21.24; Is 24.16). E todos esses crentes são irmãos no Messias (Ef 2.14)!

Numa família os irmãos são diferentes, cada um com seus próprios traços típicos. Por isso, os judeus, sendo judeus, deviam se circuncidar como Paulo fez com Timóteo, pertencente a esse povo por nascimento. Tito não, pois era grego (At 16.3; Gl 2.3). Sem dúvida, a circuncisão não garante a salvação (Rm 2.29), mas é um privilégio pertencer àquele povo com suas promessas, alianças e sofrimentos especiais (Rm 9.4). E esse povo judeu ainda é um povo, também depois da rejeição do Messias e, melhor ainda, ainda é *seu* povo (Rm 11.2). Assim, eles sofrem também como povo, pois, apesar de serem holandeses, nossos vizinhos foram obrigados a usar uma estrela de David (*Jood*) e desapareceram num campo de concentração nazista. Mas, por incrível que pareça, ainda existem como povo, descendentes de Abraão, Isaque e Jacó, e por isso ainda sob a promessa segura do Fiel, o Deus da Aliança. Pois Deus é fiel e não rejeitou o seu povo. Outros povos antigos já desapareceram há séculos do palco da história, mas Israel não. Depois de 2.700 anos, os “filhos de Manassés” que voltaram de Assam no final de 2021 ainda sabem que são “Bnei Menashe”.¹⁹

Assim, pelo que entendo, a interpretação de Tiago tratou, positiva e explicitamente, da posição dos crentes-não-judeus na igreja messiânica judaica, abrindo 100% de espaço para eles, mas, ao mesmo tempo, negativa e implicitamente, não aboliu a etnicidade dos membros judaicos, nem declarou inválidas as promessas e obrigações específicas. Mas todos sob o cetro do Filho prometido de Davi.

¹⁹ No final de 2021, um voo da El-Al aterrizou no aeroporto de Tel-Aviv com 235 judeus a bordo. Vieram de Assam, a parte mais oriental da Índia. Os antepassados deles tinham sido deportados pelo rei da Assíria, e agora, mais de 2.700 anos depois, seus descendentes ainda sabiam o que eram: Bnei Menashe, Filhos de Manassés, voltando à terra prometida! Ao mesmo tempo a chegada deles é uma admoestação séria. Porque foi no ano 727 a.C. que o rei crente Ezequias fez uma campanha de evangelização e escreveu cartas convidando o povo para vir a Jerusalém para celebrarem juntos a Páscoa. Mandou cartas com seu selo real não somente a Judá, mas também às outras dez tribos de Israel sob reis idólatras. Mas lá eles riram dos mensageiros. Ninguém sabia que era a última campanha de evangelização, porque cinco anos depois Israel foi levado cativo para Assíria (722 a.C.) ... Mais de sete séculos depois, no momento da apresentação do bebê Jesus no templo, lá estava uma profetisa idosa, Ana, da tribo de Aser, vizinha de Manassés. Como ela chegou a residir em Jerusalém? Será que seus antepassados estavam entre aqueles que tinham obedecido ao apelo de Ezequias (2 Cr 30.11)? No ano 2015, a arqueóloga Eilat Mazar achou, num montão de lixo fora do muro de Jerusalém, um pequeno selo (1 cm). Era um selo do rei Ezequias...

5. NÚMEROS

Ainda há pelo menos três argumentos práticos que colocam em dúvida se o que está ocorrendo seria uma volta prometida (e por isso um sinal dos tempos). Assim, um argumento aponta para os números, pois existem poucos judeus na terra. E de fato há ainda pelo menos duas vezes mais judeus na Diáspora do que em Israel.²⁰ Sim, mas isto não desqualifica nem nulifica a realidade da volta atual. Parece que também nesse ponto a história se repete. Quantos voltaram do exílio babilônico? Sem dúvida muitos (Ed 2.64), mas, por outro lado, muitos mais nem queriam voltar, pois estavam acomodados nos seus cantinhos de descendentes de refugiados. Porém, sessenta anos depois da volta dos seus pais, na época da rainha Ester, um edito ameaçou de extermínio todos esses judeus no vasto império persa, dando a impressão de que realmente havia ainda muitos deles em muitos lugares (Et 3.13; 8.13). A arqueologia conhece até uma “Cidade-al-Yehuda”, na Mesopotâmia,²¹ e outro grupo da tribo de Manassés chegou até o leste da Índia. A diáspora existente antes de 70 A.D. era mesmo vasta (At 2.11) e muitos nem queriam voltar, a não ser para morrer e ser enterrados ali, resultando num grande número de viúvas na terra santa (At 6.1).

De fato, também nesse ponto a história se repete: agora nem todos voltaram, mas um bom grupo representativo se faz presente na terra prometida. Hoje em dia a volta se acelera de novo, especialmente do “país do Norte”, mencionado tantas vezes nas profecias (p. ex., Jr 16.15). Sem falar dos milhares de refugiados da Ucrânia, somente até agosto de 2022 mais do que 20.000 judeus migraram da Rússia para Israel,²² causando inclusive tensões diplomáticas entre os dois países porque muitos desses *olim* são cientistas. E dentro da própria Rússia as perguntas sobre a guerra contra a Ucrânia estão aumentando, motivo de *aliyah* também do crítico rabino-mor de Moscou, que seria preso se abrisse a boca.

Em 1948, na ocasião do nascimento do Estado de Israel, havia umas 800 mil pessoas, agora a população chega a 9,5 milhões, e a estimativa é que no centenário aumentará para 15,2 milhões. Entre eles atualmente há uns 120.000 judeus messiânicos, mormente entre os jovens. O conhecido repórter Joel Rosenberg diz que deve haver um milhão de judeus messiânicos no mundo. Os números também falam.

²⁰ Dos 15,2 de milhões de judeus no mundo, somente 46% residem em Israel. Ver: <https://www.jewishvirtual library.org/latest-population-statistics-for-israel>.

²¹ https://en.wikipedia.org/wiki/Al-Yahudu_Tablets.

²² Restando talvez uns 600.000. E nem que fosse “um por um” seria uma volta real (Is 27.12,13). Em 2022 o total de imigrantes (*olim*) foi de quase 75.000, de 95 países diferentes (o dobro de 2021): Rússia: 37.364, Ucrânia: 14.680, França: 2.049, Belarus: 1.993, Etiópia: 1.498 (informação da Agência Judaica).

6. AMEAÇA

Como se fosse algo que contradiria o cumprimento da promessa do retorno, há também o argumento prático de que ainda hoje a própria existência de Israel – e de Jerusalém como uma cidade judaica independente – está sob ameaça (Sl 83.4). É verdade, mas isto não desclassifica o retorno atual como uma “volta prometida”. Ao contrário, parece muito mais com uma confirmação, pois na história da salvação, muitas vezes, o diabo logo se comporta com uma boa margem de segurança para ele, como na matança dos meninos abaixo de dois anos em Belém. E o Senhor mandou um dos profetas pós-exílicos avisar que, por fim, não somente árabes, mas nações unidas subirão contra Jerusalém (Zc 14.2). Mormente depois de 1967,²³ o antissemitismo e seu sinônimo político antissionismo estão aumentando mundial e rapidamente. Há até cristãos que apoiam e propagam a política BDS contra Israel, como o deão (emérito?) do Instituto Bíblico de Belém e Nazaré.²⁴ As ameaças contra a menina dos olhos de Deus (Zc 2.8) não negam a realidade de uma “volta prometida” atual, ao contrário, parecem confirmá-la.

7. FATOS HISTÓRICOS

Finalmente, outro tipo de objeção prática fraternal muito séria é a seguinte: como se pode interpretar e concluir algo a partir dos eventos atuais? Não parece pretensioso e arriscado no mínimo? Sim, de fato parece. Mas o Senhor Jesus deixou muito claro que, para se ver os “sinais dos tempos”, não é necessária uma revelação especial. Os investigadores da polícia religiosa que às vezes se faziam presentes acabaram por ver muitas curas e, ainda por cima, uma multiplicação dos pães (Mt 15.31,38). Porém, mesmo assim, tanto saduceus como fariseus, tanto liberais como ortodoxos não se convenceram. É que também naquela época era verdade que “a man convinced against his will is of the same opinion still” (um homem convencido contra a sua vontade ainda tem a mesma opinião). Por isso tinham coragem de pedir mais um sinal do céu. Mas era como se Jesus dissesse: “Abram os olhos!” (Mt 16.1-4).

Sei que nenhum dos irmãos que fraternalmente levantam essa dúvida querem pertencer a esse grupo policial, e concordo com eles que parece pretensioso e no mínimo arriscado. Mas quando dá para ver essa volta tão claramente e quando tantos outros irmãos têm a mesma impressão, faria alguma diferença? Há ainda outras pessoas que, rindo, levantam essa objeção porque acham que os milagres são estórias e esta conclusão é ridícula. Mas será que no tempo

²³ Em 1967, o rabi Schlomo Goren (shalom eira), rabino-mor do exército IDF, declarou: “Nós tomamos a cidade de Deus. Estamos entrando na era messiânica” (cf. Jo 18.14).

²⁴ BDS = Boycot, Desinvest, Sanction. KATANASHO, Rev. Dr. Johanan. *The Land of Christ: A Palestinian Cry*. Eugene: Pickwick, 2013.

do Senhor Jesus, não era exatamente um dos problemas dos líderes de Israel o não poder/querer reconhecer, nos seus próprios dias, o cumprimento das promessas, e por isso não querer/poder reconhecer a Jesus como o Messias? A começar dos sábios interrogados por Herodes sobre Belém? Será que, trinta anos depois, todos já haviam morrido ou ninguém se lembrava daquela visita alvoroçadora dos magos e daquele holocausto regional subsequente? E entre os mais jovens? Havia pelo menos alguns, como Nicodemos, que prestaram atenção nos fatos evidentes e daí chegaram a uma conclusão de crentes (Jo 3.2). É isso que aconteceu com os discípulos depois da ressurreição: eles já eram crentes, mas por causa dos fatos históricos fortaleceu-se a sua fé e creram na promessa de Jesus (Jo 2.22).

Concordo cem por cento com a advertência de que temos de ter muito cuidado para não errar e seguir falsos profetas. Por outro lado, os atalaias não podem fechar os olhos para os sinais na história mundial. Atalaias podem se enganar, mas é melhor do que se omitir. A meu ver o assunto é tão evidente e premente que quase precisamos de um capítulo sobre “Israeologia” no *locus* da escatologia e/ou da eclesiologia.

Numa noite imaginária dois atalaias estavam conversando:

O que foi que ouvimos? Será que me enganei, colega? Que horas são? Será que eu estava cochilando um pouco? Você também ouviu alguma coisa? Parece que meu relógio parou! É cedo ainda? Vamos prestar atenção. Pois que som estranho era esse? Será que era o toque de um shofar...?

Se for assim, depois de raiar um novo dia quando podemos ver claramente, aplica-se o que o Senhor Jesus disse: lembrem-se da figueira, pois quando “seus ramos se renovam... sabeis que está próximo o verão” (Mc 13.28). Podemos chorar por não entender o livro da história (Ap 5), mas vamos aguardar atentamente como o Senhor da História vai guiar tudo. E uma coisa está certa: *O nosso Cordeiro venceu! Vamos segui-lo!*²⁵ Maranata!

Israel ocupava, ocupa e ocupará um lugar estratégico na história da salvação. *Ocupava*, porque Deus disse ao patriarca Abraão: “Em ti serão benditas todas as famílias da terra” (Gn 12.3). *Ocupa*, porque o nosso Senhor e Salvador é “Jesus Cristo, filho de Davi, filho de Abraão” (Mt 1.1). E *ocupará*, porque o Messias disse que ele não voltará *até* que Jerusalém diga: “Bendito o que vem em nome do Senhor” (Mt 23.39). E Deus é fiel.

Paz seja com todos nós e sobre o “Israel de Deus” (Gl 6.16). Maranata! Itajubá (MG), Pentecostes 2023 A.D.

²⁵ “*Vincit Agnus noster! Eum sequamur!*” – lema da Igreja Morávia.

ABSTRACT

In this article, the author expresses his conviction that the 20th-century return of the Jews to the land of Israel is the fulfillment of old promises of God to his people. At the same time, he considers honestly seven objections to this understanding, namely: the promise was already fulfilled in the past, a fundamental condition for the return has not been met, the New Testament is silent about the issue, James' stand on the inclusion of Gentiles in the Jewish church, the fact that many Jews have not returned to the promised land, the fact that even today the nation of Israel is under threat, and the consideration that it is risky to draw firm conclusions from current events.

KEYWORDS

Return of Jews to Israel; State of Israel; God's promises; Objections.

RESENHA

*Jonatas Silva Miranda**

TRIPP, Paul. **Instrumentos nas mãos do Redentor**: pessoas que precisam ser transformadas ajudando pessoas que precisam de transformação. São Paulo: Nutra Publicações, 2009. 474 p.

Todo cristão precisará, em algum ponto de sua caminhada, de ajuda e todos os que precisam de ajuda em algum momento também serão chamados para ajudar. Essa situação traz a necessidade de procurar uma ajuda efetiva, realmente fundamentada na cosmovisão cristã. O livro *Instrumentos nas Mãos do Redentor* é uma das leituras que contribuem para nutrir uma visão bíblica desse processo de ajuda. O livro pode ser dividido em três grandes partes: Em primeiro lugar, numa perspectiva bíblica sobre o coração; em segundo, a compreensão bíblica sobre o pecado e seus efeitos na vida do homem, e, em terceiro, como todo o processo de aconselhamento deve ser desenvolvido alinhado com a metanarrativa do evangelho.

No capítulo 1 Tripp define os termos do seu livro, apresentando a tese que servirá de fundamento para o todo o restante da obra. Ele apresenta a melhor notícia que a humanidade poderia receber diante do seu estado caído, que está “enraizada em fatos históricos e realidades presentes. Penetra a mais dura condição humana com esperança de mudança de vida” (p. 18). O evangelho, a obra redentora de Cristo, é a notícia maravilhosa aos que sofrem os efeitos da queda.

No capítulo 2 o autor aborda que Deus, soberanamente, usa instrumentos para atingir o seu objetivo de mudança na vida das pessoas, e o destaque dado por Tripp é que “Deus usa pessoas comuns para fazer coisas extraordinárias

* Doutorando em Ministério (DMin) pelo CPAJ/RTS; mestre em Divindade com ênfase em Aconselhamento Bíblico pelo CPAJ (2020); especialista em Aconselhamento Bíblico pelo NUTRA/ Núcleo de Treinamento e Aconselhamento (2017); bacharel em Teologia pelo Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição (2012). Pastor auxiliar na Igreja Presbiteriana Barra Funda em São Paulo.

na vida de outras pessoas” (p. 40). Essas pessoas são usadas à medida que aplicam e usam a Escritura, sendo essa ferramenta apontada por Tripp como aquela usada por Deus para operar o processo real de mudança no coração do homem: “Deus transforma a vida das pessoas à medida que pessoas levam a sua Palavra a outros” (p. 420). O objetivo dessa mudança é glorificar a Deus, pois enquanto compartilhamos e aplicamos os ensinamentos da Escritura, Deus é glorificado, já que devemos “viver comprometidos com a Sua glória” (p. 62).

O capítulo 3 nos apresenta a perspectiva da metanarrativa bíblica, apontando que, sem uma compreensão adequada dos três tópicos a seguir, não teremos um processo de mudança centrado no evangelho, pois “as Escrituras veem os seres humanos de três ângulos: Criação, Queda e Redenção. Esta perspectiva mais ampla provê a base que precisamos para o ministério pessoal” (p. 67). Aplicando o conceito ao desenvolvimento do ministério pessoal ele resume a estrutura da seguinte maneira:

O mundo do ministério pessoal está enraizado em três princípios: Primeiro, fomos criados com a necessidade pela verdade que está fora de nós mesmos para vivermos da maneira adequada. Segundo, muitas vezes interpretativas competem com a Palavra de Deus pela atenção de nossos corações. Terceiro, o poder do pecado foi quebrado, mas a presença enganosa do pecado permanece. Portanto, precisamos viver em comunhão humilde e honesta uns com os outros, onde o ministério pessoal é parte das interações diárias (p. 88).

Temos assim que, por causa da perspectiva da criação, queda e redenção, as pessoas precisam ser socorridas.

Nos capítulos 4 e 5, Tripp chama a atenção para a necessidade de compreensão bíblica do coração, conduzindo o leitor por um exame detalhado de alguns textos bíblicos, quais sejam, no capítulo 4, Lucas 6.43-45, Romanos 1, Mateus 6.19-24 e, no capítulo 5, Tiago 4.1-10 e Gálatas 5.13-26. Tripp mostra que, sem uma compreensão adequada do coração (seus desejos, concupiscências e ídolos), nossos conselhos se tornam orientados pela necessidade e fundamentados somente no próprio homem, pois esse será motivado a agir de acordo com os desejos do coração e, a menos que ocorra uma mudança real no coração (p. 99), o processo de santidade não criará raízes.

O capítulo 6 apresenta Jesus como o modelo de conselheiro a ser seguido. Para Tripp, “ser um instrumento de mudança de coração significa seguir o exemplo de Cristo e focalizar no coração – começando pelo seu próprio” (p. 139). Para cumprir essa tarefa é preciso lembrar que somos chamados para ser embaixadores, representando a “mensagem do Rei”, “os métodos do Rei” e “o caráter do Rei” (p. 152). Assim, no final do capítulo, ele expõe a estrutura que deve ser aplicada no processo de cuidado fundamentado no modelo do “maravilhoso conselheiro”: *amar, conhecer, falar e fazer*. O restante do livro está voltado para trabalhar e descrever essa estrutura e mostra que “apesar de

haver alguma lógica na ordem, você fará todas essas coisas simultaneamente enquanto busca ser embaixador do Senhor” (p. 155).

O primeiro item dessa estrutura, *amar*, é apresentado nos capítulos 7 e 8. Em poucas palavras, esse conceito fundamental do amar consiste na arte de desenvolver relacionamentos intencionais com o objetivo de conduzir o outro para Cristo. Devemos ter um relacionamento real com Deus e, conseqüentemente, desenvolveremos um relacionamento profundo com o próximo. Tripp argumenta que “as Escrituras destacam quatro coisas quando nos chamam a amar alguém de maneira que promova a obra transformadora de Deus nos corações” (p. 174): 1. entrar no mundo da pessoa; 2. encarnar o amor de Cristo; 3. identificar-se com o sofrimento; 4. alinhar-se ao plano.

Os capítulos 9 e 10 tratam sobre o *conhecer*. Neste tópico, Tripp defende que “nossa eficiência como embaixadores é enfraquecida porque não conhecemos as outras pessoas suficientemente bem para sabermos onde é necessária a mudança ou onde Deus está trabalhando ativamente” (p. 224). Conhecer o próximo no primeiro momento implicar em coletar dados, e para isso é necessário que se façam boas perguntas, pois “fazer boas perguntas é fazer a obra de transformação. (...) Fazer boas perguntas não somente constrói uma plataforma para a obra que o Messias faz por meio de nós – ela é a obra” (p. 237).

Além de uma boa coleta de dados para conhecer o aconselhado, o autor estabelece que, nesse processo, é preciso fazer uma boa interpretação dos dados coletados. É necessário que a pessoa que está ajudando entenda “a situação”, “as respostas”, “os pensamentos” e “as motivações” (p. 256-257). Seguindo essas categorias obteremos “ganchos simples para organizar a informação que você juntou” e “também ajudam a identificar os tipos de informação que ainda precisa obter” (p. 257).

Nos capítulos 11 e 12 o autor descreve o penúltimo tópico da estrutura, o *falar*. Esse princípio estabelece que a confrontação deve ser enraizada no conforto e no chamado do evangelho, e deve ser feita em amor (p. 270.). Tripp mostra que confrontar biblicamente significa “começar com o seu próprio coração” (p. 282) e “começar com os alvos certos” (p. 285). Ao confrontar biblicamente é “dada a oportunidade de ver Deus transformar as pessoas de maneira miraculosa, de perto e pessoalmente” (p. 287), chegando ao alvo: “não forçar a mudança de comportamento, mas encorajar a nova natureza com o evangelho” (p. 293).

Na segunda parte, no cap. 12, Tripp descreve o processo da confrontação em quatro passos. O primeiro é a consideração e, para isso, ele propõe uma pergunta para reflexão do conselheiro nesse passo inicial: “O que essa pessoa precisa enxergar (a respeito de si mesma, de Deus, das outras pessoas, da verdade e da mudança) que ela não enxerga e como posso ajudá-la a enxergar?” (p. 297). O próximo passo é a confissão, para avaliar se o aconselhado olhou a si mesmo no espelho da Escritura e identificou os pecados do coração e do

comportamento, tendo como consequência a confissão. O terceiro passo é o compromisso: Tripp aponta que consideração e confissão compõem o aspecto “despojar-se” no processo de confrontação (Ef 2.22-24); o compromisso é o primeiro passo da fase “revestir-se do arrependimento” (p. 307). Por fim, a mudança, o último passo, é entendido como o “alvo da confrontação” (p. 308).

Nos capítulos 13 e 14 chegamos ao item final do modelo apresentado por Tripp, o *fazer*, que “nos ensina a aplicar à vida diária as verdades que aprendemos, o discernimento que adquirimos e os compromissos que fizemos” (p. 223). Tripp desenvolve quatro objetivos para esse fazer: 1. estabelecer um plano de ministério pessoal; 2. esclarecer as responsabilidades; 3. lembrar continuamente sua identidade em Cristo; 4. prestar contas. A aplicação das verdades do evangelho deverá ser consistente e constante. O indivíduo precisará estar pronto para lidar com as dinâmicas do seu coração e ter pessoas que o ajudem ao longo do processo de mudança.

Tripp encerra essa obra chamando a atenção para o estilo de vida que devemos viver, um estilo de vida de embaixadores, afirmando que “todos os relacionamentos devem refletir seu chamado de embaixador. Você deve sempre procurar representar fielmente Sua mensagem, Seus métodos e Seu caráter (p. 357). Aqui vale ressaltar que os apêndices desse livro são ferramentas úteis para o desenvolvimento do Amar, Conhecer, Falar e Fazer.

Instrumentos nas Mãos do Redentor é um livro que expõe com clareza como devemos viver nossos dias como representantes do Senhor. É uma obra com uma teologia saudável, desenvolvendo uma cosmovisão bíblica do homem, do seu problema e de como ele deve se relacionar com Deus e com o próximo. Esse livro deve ser lido por todos os crentes e as verdades bíblicas apresentadas devem ser implementadas em suas vidas para que o Senhor seja glorificado em tudo. Encorajo e recomendo essa leitura e estudo individualmente, mas, principalmente, com sua igreja, na certeza e esperança de contribuir para a formação de uma cultura de cuidado mútuo no corpo de Cristo.

RESENHA

*João Paulo Thomaz de Aquino**

ORTEGA, Matheus. **Economia do Reino**: quatro caminhos cristãos para lidar com a riqueza e a pobreza no mundo. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2021. 208 p.

Mateus Ortega fez seu mestrado em Desenvolvimento Internacional e Emergências Humanitárias pela London School of Economics e é bacharel em relações internacionais pela PUC-SP. Além de trabalhar na área de desenvolvimento sustentável de cidades, também é músico e cineasta.

O livro *Economia do Reino* é muito bem escrito, criativo, muito bem pesquisado, tem citações e exemplos de diversas épocas e tradições cristãs, tem ótima apresentação gráfica e uma proposta diferente de muitos outros livros que falam sobre finanças e cristianismo. O livro começa com uma parábola, na qual Clemente de Alexandria, Cipriano de Cartago, Basílio de Cesareia e Ambrósio de Milão conversam animadamente em um banquete no Reino de Deus, cada um contando a sua história com ênfase em como lidaram de maneiras diferentes com o dinheiro e os bens materiais. Dessa forma, Ortega ilustra quatro posições distintas que os cristãos têm defendido ao longo dos séculos em relação às finanças. Essas quatro posições são identificadas no livro como *doador*, *moderado*, *transformador* e *abnegado*. A novidade da tese de Ortega é propor que entre essas quatro posições não existe uma única correta à luz das Escrituras, mas que Deus capacita e chama diferentes cristãos para viver segundo uma delas e evitar os riscos da mesma (caps. 1 e 2). Nas palavras do autor: “O grande segredo que me foi desvendado é que esses caminhos são

* Doutor em Novo Testamento pela Trinity Evangelical Divinity School (2020), doutor em Ministério pelo Reformed Theological Seminary/CPAJ (2015), mestre em Novo Testamento pelo Calvin Theological Seminary (2009) e mestre em Antigo Testamento pelo CPAJ (2007). Professor de Novo Testamento no CPAJ e no Seminário JMC; pastor da Igreja Presbiteriana JMC, em Jandira (SP), e editor dos websites issoegregocom.br e yvagacom.br.

parte de uma figura maior, na qual não são contraditórios, mas complementares. O que soa contraditório (e tem sido em grande parte, durante dois mil anos de cristianismo) é, na verdade, uma demonstração da diversidade de dons e funções de uma mesma economia do Reino. Esses diferentes perfis podem se unir para formar um modelo que guie a Igreja no futuro, a fim de que sejamos um, e assim, o mundo conheça a Deus” (p. 63).

A maior parte do livro (capítulos 3 a 10) apresenta em detalhes cada um dos quatro perfis, seguindo um padrão bem didático: (1) explicação do perfil com diversas ilustrações da vida real e textos bíblicos de suporte; (2) apresentação de situações e personagens bíblicos que ilustram tal perfil, e (3) uma palavra de conselho sobre quais são os erros mais comuns a serem evitados pelos cristãos que tem aquele perfil.

Nos capítulos 3 e 4, Ortega define o *doador* como

[...] qualquer pessoa que contribua de maneira espontânea e liberal. Ele não precisa ser rico; é naturalmente atraído a ajudar financeiramente e contribuir com famílias, projetos sociais ou missões. Ele se alegra em ser participante da obra por meio da disposição em contribuir generosamente, pois crê que há maior felicidade em dar do que em receber (p. 76).

O autor afirma que esse perfil tem facilidade em desfrutar dos bens com gratidão, de dar espontaneamente e de alegrar-se na invisibilidade, apresentando como exemplos bíblicos desse perfil Joana, Cornélio e as igrejas da Macedônia. Esses capítulos terminam com os seguintes conselhos para o cristão com perfil de doador: que sua abundância não seja egoísta e o torne cego ao sofrimento alheio; que sua generosidade não seja para aliviar a consciência; que sua bondade não seja pelo interesse da recompensa e que sua doação não seja sem sacrifício.

Os dois capítulos seguintes (5 e 6) apresentam o perfil *moderado*.

O moderado é quem vive com mordomia pelo que tem e contentamento pelo que não tem. É sensato, não se apega ao dinheiro e sabe cuidar de sua casa com responsabilidade. Ele reconhece que tanto a riqueza quanto a pobreza possuem um propósito para o Reino, desde que se evitem os excessos de ambos os lados. Sua preferência é por uma via média, vivendo de forma simples e com prudência diante de um mundo corrompido (p. 105).

As lições extraídas do perfil do moderado são o cuidado com a mordomia (sustentar a si mesmo e a família, poupar para necessidades futuras, repartir com prudência), a decisão de viver de maneira simples e o contentamento. Os exemplos bíblicos do perfil moderado são Agur, Timóteo e Habacuque. Antes de finalizar o capítulo 6, o leitor ainda encontra alguns conselhos ao moderado: que seu contentamento não seja cômodo; que seu comodismo não perpetue

a injustiça; que sua racionalidade não seja mesquinha; que seu pragmatismo não substitua a compaixão.

O perfil do *transformador* é apresentado nos dois capítulos seguintes da obra (7 e 8):

Assim é o transformador: ele busca trazer os valores do Reino de Deus à terra. Para ele, a desigualdade evidencia o pecado humano, pois a riqueza pertence a poucos, e a pobreza atinge muitos. Deus nos criou para sermos irmãos; no entanto, a maldade do homem faz com que uns acumulem bens enquanto outros morrem de fome (p. 136).

O autor do livro se identifica como tendo este perfil. Ele afirma que as lições que os transformadores trazem são prestar assistência, desenvolver inteiramente visando os aspectos humano, sustentável e espiritual, e reformar a sociedade. No capítulo oito são apresentados como exemplos bíblicos de pessoas com perfil transformador Paulo no levantamento da oferta para os cristãos de Jerusalém; Davi em seu cuidado para com Mefibosete, e Filemom em seu exemplo no tratamento de Onésimo. Assim como com os demais perfis, Ortega também adverte os transformadores em relação a alguns riscos que seu perfil pode trazer: que sua luta por justiça não seja apenas por meio de sistemas humanos; que sua busca por relevância não seja corrompida pelo desejo de poder; que seu inconformismo não seja irracional e demasiadamente crítico e que sua transformação não seja sem amor ao próximo.

O último perfil apresentado (caps. 9 e 10) é o *abnegado*. A citação de definição será um pouco maior desta vez:

O abnegado voluntariamente escolhe perder para este mundo para ganhar com Cristo. Ele renuncia o conforto das riquezas para depender de Deus. Muitos cristãos na história seguiram esse perfil: franciscanos, dominicanos e beneditinos; monges, padres e freiras; pastores, missionários e trabalhadores sociais. Ser abnegado, no entanto, não requer largar tudo para viver num monastério ou país distante. É ser alguém que não acumula bens terrenos para si mesmo; é “reformatar o mundo pregando a humildade de Cristo”. Abnegado não é igual a necessitado. O primeiro vive uma forma de pobreza voluntária, enquanto o segundo, de pobreza involuntária. Um escolhe a simplicidade, o outro é vítima da desigualdade. Abnegação pressupõe renúncia, enquanto necessidade pressupõe carência. Um tem algo a perder, o outro, nada. O abnegado voluntariamente abre mão de si mesmo para servir ao próximo. Sua função não é acumular para dar generosamente, administrar recursos com zelo nem combater a injustiça no mundo. Ele entende que é chamado para perder materialmente, ter compaixão do próximo e depender de Deus, deixando de lado a incerteza das riquezas. O seu dom é servir, se doar e viver para Deus, como fizeram os pescadores da Galileia.

O abnegado ensina aos demais perfis que perder é ganhar; deve-se renunciar para servir, e é necessário aprender a depender de Deus pela fé. Os principais exemplos bíblicos apresentados no livro são o de Maria de Betânia, dos discípulos pescadores e de José, o pai de Jesus. Finalmente, os conselhos que Ortega dá aos abnegados são: que sua abnegação não demonize a riqueza e despreze os ricos; que seu serviço não vire um ativismo forçado; que sua abnegação não leve a uma religiosidade orgulhosa e que sua renúncia não seja sem a direção do Espírito.

No último capítulo (11), Ortega apresenta uma conclusão em forma de figura. Ele propõe que na economia do reino os quatro perfis são fundamentais assim como raiz, tronco, folhas e frutos são fundamentais em uma árvore. Os doadores são considerados uma espécie de raiz que sustenta a árvore ao buscar nutrientes fora dela. Os moderados são como um tronco que conduz esses nutrientes para onde eles devem ir e trazem estabilidade. Os transformadores são como as folhas que transformam os nutrientes em benefício externo. Finalmente, os abnegados são como os frutos que abençoam outras pessoas e abrigam sementes preciosas. Antes de concluir, Ortega volta à parábola do início com sua viagem ao Reino de Deus. Algumas histórias de cristãos de diferentes épocas são contadas ilustrando diferentes verdades a respeito da economia do Reino e, finalmente, Jesus Cristo aparece como aquele que de maneira perfeita ilustra os quatro diferentes perfis.

O livro de Ortega é imperdível e recomendo fortemente a leitura para líderes, estudantes de teologia e cristãos em geral. Fui convencido de que a tese de Ortega está correta: de fato a Bíblia não impõe um mesmo relacionamento com a riqueza e a pobreza a todos os cristãos, mas todos devem ser caracterizados pela misericórdia. O amigo Filipe Fontes comentou que o livro se encaixa em uma tendência contemporânea de livros que usam o perspectivismo como solução, em vez de postularem apenas um caminho a ser seguido. Alguns se sentirão um pouco incomodados com bem poucas referências a profecias, diversas citações de teólogos de tradições distintas entre si e uma referência positiva à tricotomia. Esses senões de forma alguma diminuem a importância e urgência da mensagem do livro. Recomendo com entusiasmo.

RESENHA

*Aluísio Yañez de Souza**

SCHREINER, Thomas R. **Teologia de Paulo**: o apóstolo da glória de Deus em Cristo. São Paulo: Vida Nova, 2015. 480 p.

Schreiner é pastor e professor de interpretação do Novo Testamento no Southern Baptist Theological Seminary, em Louisville, Kentucky. A obra foi publicada originalmente em inglês em 2001 e em português em 2015, por Edições Vida Nova, sendo endossada por três renomados acadêmicos americanos.

Do prefácio, observamos que ele se propôs a escrever para estudantes universitários e seminaristas, trazendo informações exegéticas riquíssimas sobre os escritos de Paulo. Porém, mesmo o leitor menos especializado das Escrituras pode acompanhar o raciocínio exposto no livro, desde que o faça com algum esforço.

O autor organizou a obra como uma teologia bíblica dos escritos paulinos, dividindo os capítulos por tema e tratando dos assuntos das treze cartas atribuídas ao apóstolo ao longo do texto, conforme necessário. Além disso, abordou o chamado missionário de Paulo e o sofrimento intrínseco em sua missão, temas geralmente negligenciados em outras obras similares.

Na introdução, vemos uma proveitosa discussão sobre a existência de um centro do pensamento paulino e a busca da identificação desse centro pelos estudiosos. A metáfora do edifício também foi utilizada, sendo bastante útil na compreensão dos escritos, tendo Deus e Cristo por fundamento e substrato da estrutura teológica erguida pelas cartas.

São quinze capítulos, cada um com aproximadamente 25 páginas, abordando sequencialmente temas como o chamado do apóstolo, a base teológica, o sofrimento em sua missão, o reconhecimento do pecado, a solução centrada

* Bacharel em Direito pela Faculdade Mato Grosso do Sul (2013); mestrando em Estudos Bíblico-Hermenêuticos (MDiv) no Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper.

em Cristo, a obra de Deus em Cristo, implicações judiciais e cósmicas, a vida prática e perseverante, o terceiro uso da lei, questões eclesiológicas como unidade, dons espirituais, sacramentos, liderança e o cristão e a cultura, culminando com um capítulo escatológico. O epílogo recapitula sucintamente o conteúdo e o livro inclui um índice remissivo e um índice de passagens bíblicas.

O autor busca compreender e contextualizar as ideias de Paulo de maneira equilibrada, identificando suas principais nuances e conexões internas, não apenas reproduzindo seu pensamento. Sua contribuição se destaca na identificação de aspectos menos explorados na teologia paulina, como a dimensão missionária e o sofrimento na vida do apóstolo Paulo. Consciente das dificuldades em estabelecer um centro para essa teologia, o autor reconhece ser uma “pretensão iluminista achar que é possível resumir tudo em uma ideia principal”, salientando que todo centro proposto acaba por omitir parte do evangelho pregado por Paulo. No entanto, sugere a glória de Deus em Cristo como um possível centro, embasado em um estudo indutivo de suas cartas.

Concordamos que uma teologia paulina autêntica surge do texto bíblico, não sendo imposta por ideias preconcebidas. Os conceitos que constituem essa teologia emanam de uma leitura atenta do texto em seu contexto. Entretanto, ao longo da história da interpretação de Paulo, muitas afirmações foram mais influenciadas pelo mundo e contexto dos intérpretes do que pela intenção original do autor. Isso se assemelha à licença poética em filmes, distorcendo fatos para gerar comoção na audiência.

Porém, o intérprete deve ser um leitor responsável e ponderar o uso que o escritor fez da linguagem, de sua forma e vocabulário, bem como o contexto em que o fez. Somente por essa leitura atenta do texto em seu contexto, observando as evidências internas das cartas, é que será possível compor o pensamento do apóstolo Paulo de forma fidedigna. Nesse ponto, concordamos com o autor, que trouxe à consideração da teologia paulina o aspecto missionário da atividade desenvolvida pelo apóstolo e os sofrimentos intrínsecos à sua missão. São dois aspectos que aproximam o leitor do horizonte do escritor bíblico.

Sobre o aspecto missionário dos escritos paulinos, e o fato de ser tão pouco abordado pelos estudiosos, o autor aduz que talvez o tema “não seja assim tão cativante pelo fato de a maior parte dos estudiosos não serem missionários”. Paulo não era um teólogo sistemático nem sua função precípua era a de pastor titular de igreja local. Embora tivesse um pensamento coerente e exercesse atos de liderança, a missão primordial do apóstolo era proclamar o evangelho aos gentios. “Ele era um missionário *apostólico* que recebera uma comissão e um chamado únicos para estabelecer igrejas”. O chamado de Paulo surpreende pela ênfase na soberania divina, e neste ponto ecoa o chamado dos profetas Isaías e Jeremias: chamados desde o nascimento para um ministério específico, embebido em sofrimento. Afirma o autor que “há evidências significativas de

que o apóstolo compreendia o seu ministério em termos do ‘servo do Senhor’ de Isaías”; “Paulo, provavelmente, via seu ministério como um modelo e uma réplica do ministério do servo do Senhor, de Jesus, o Messias”.

Uma das características do ministério paulino foi a plantação de igrejas onde ela ainda não existia, para não edificar sobre fundamento alheio. “O apóstolo plantou igrejas sistematicamente em centros estratégicos, de modo que os gentios que ainda não tinham ouvido o evangelho pudessem ouvir sua proclamação”. “Ao estabelecer igrejas em centros estratégicos de Jerusalém ao Ilírico, ele lançou as bases, e agora deixa para outros a tarefa de se deslocar desses centros em direção ao interior”. Na carta aos Romanos ele revela sua “ambição missionária que o impulsionou em seu ministério”.

A marca de uma missão bem-sucedida era a perseverança na fé dos membros das igrejas plantadas, razão pela qual a maior parte das “cartas de Paulo foi escrita para preservar a fé daqueles que haviam se unido à nova comunidade”. Concordamos com o autor que a ótica missionária dos escritos paulinos é essencial para a compreensão do seu pensamento. O ímpeto de expandir o conhecimento da glória de Deus em Cristo por toda a terra é o cumprimento das profecias e deve estar inserto no âmago de cada cristão, para o conagraçamento universal dos crentes em Cristo Jesus.

Já sobre o aspecto do sofrimento, o autor aduz que “foi o meio escolhido para que o evangelho fosse proclamado por Paulo aos gentios”, humilhando o fraco mensageiro, realçando o poder de Deus, autor da mensagem, e completando as aflições de Cristo, sem caráter expiatório, mas confirmatório e conformador à estatura espiritual de Cristo.

Outro aspecto da vida de Paulo que está relacionado ao sofrimento, mas em direção diametralmente oposta, é o seu contentamento. Apesar de todos os sofrimentos experimentados em vida, Paulo afirma aos filipenses que aprendeu a viver em paz em todas as circunstâncias. “Digo isto, não porque esteja necessitado, porque aprendi a viver contente em toda e qualquer situação” (Fp 4.11). Por sua vez, esse aprendizado é oriundo do exemplo do próprio Cristo (Fp 2.5-11), que, humilhando-se, se entregou ao desígnio divino, no qual o sofrimento lhe estivera intrínseco. Aceitar o desígnio divino, mesmo com certo sofrimento envolvido ou até mesmo o martírio, é a base do contentamento do cristão.² No mundo porvir, quando o corpo se tornar incorruptível, livre da presença do pecado, já não haverá sofrimento e o contentamento será ainda maior. “Quando, porém, todas as coisas lhe estiverem sujeitas, então, o próprio Filho também se sujeitará àquele que todas as coisas lhe sujeitou, para

² Tal contentamento é a aceitação do que poderíamos chamar de teossuficiência.

que Deus seja tudo em todos”. (1 Co 15.28)³; “a qual é o seu corpo, a plenitude daquele que a tudo enche em todas as coisas” (Ef 1:23).⁴

À guisa de conclusão, podemos dizer que o autor se desincumbiu brilhantemente do seu propósito de apresentar a teologia paulina, desbravando aspectos da vida do apóstolo e justapondo o centro do seu pensamento na glória de Deus em Cristo.

³ Não obstante, o único significado que as palavras do apóstolo produzem é que todas as coisas devem ser restauradas à relação com Deus como seu único princípio e fim, para que estejam estreitamente ligadas a ele. CALVINO, João. *1 Coríntios*. Série Comentários Bíblicos. São José dos Campos, SP: Fiel, 2013, p. 547.

⁴ As palavras “aquele que enche tudo em tudo” significam que Cristo enche todo o universo em todos os sentidos; isto é, o universo inteiro não só depende dele para a provisão do necessário, mas também é governado por ele no interesse da igreja, a qual, por sua vez, deve servir ao universo, sendo reabastecida de seus generosos dons. Assim, pois, ele está constantemente saturando todas as coisas com seu amor e poder (cf. Jr 23.24; 1Rs 8.27; Sl 139.7). HENDRIKSEN, William. *Efésios e Filipenses*. Comentário do Novo Testamento. São Paulo: Cultura Cristã, 1992, p. 127.

DIRETRIZES SOBRE A PREPARAÇÃO DE TEXTOS PARA A REVISTA *FIDES REFORMATATA*

A revista *Fides Reformata*, publicada ininterrupta e bienalmente desde 1996, recebe, em fluxo contínuo, artigos originais ou de revisão, bem como resenhas críticas, que estejam diretamente relacionados aos diversos campos da teologia. Os trabalhos devem ser inéditos e podem ser submetidos em português, inglês ou espanhol. Sendo a revista teológica do Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper, ligado à Igreja Presbiteriana do Brasil, *Fides Reformata* tem uma linha editorial confessional reformada e presbiteriana. Os trabalhos submetidos são analisados pelos pareceristas do Conselho Editorial da revista no prazo de até 1 ano e as decisões podem ser: “publicar”, “publicar com as seguintes alterações” ou “não publicar”. Para submeter um trabalho à revista, o autor deve enviá-lo pelo *e-mail*: fidesreformata@mackenzie.br e de acordo com as regras abaixo. *Fides Reformata* tem acesso aberto pela Internet e é indexada em diversas bases de dados, inclusive a *ATLA Religion Database*.

1. NORMAS GERAIS

A matéria publicada é de propriedade da revista, podendo ser reproduzida total ou parcialmente, segundo a legislação vigente, com indicação da fonte.

Os artigos, as resenhas crítico-informativas, as indicações bibliográficas e as traduções devem ser redigidos em língua portuguesa, espanhola ou inglesa. Devem ser entregues em formato eletrônico no e-mail do editor da revista, no formato DOCX, “Microsoft Word”, com fonte Times New Roman ou Calibri, corpo 12 e com alinhamento justificado à direita e à esquerda.

Ao formatar o seu trabalho, configure a página e o texto com as seguintes especificações:

- Papel A4 padrão (210 x 297 mm) e margens superior e inferior com 2,5 cm e margens direita e esquerda com 3 cm (padrão “normal” do “Microsoft Word”).
- Texto distribuído em uma única coluna.

- Indentação dos parágrafos de 1,25 cm (padrão).
- Todas as páginas sequencialmente numeradas no alto, à direita.
- Apresentar as ilustrações, desenhos e fotos com boa qualidade, quando for o caso.

1.1 De artigos

A forma de apresentação de artigos deve respeitar a seguinte sequência:

- a. Título do trabalho (maiúsculas, centralizado, corpo 16, Times New Roman ou Calibri);
- b. Nome do autor, seguido de asterisco, remetendo a uma nota de rodapé em que constem titulação, função, instituição a que se vincula (centralizado e italicizado) e e-mail para contato. O artigo pode ter até três autores;
- c. Resumo do trabalho em português (entre 100 e 250 palavras);
- d. Palavras-chave (no máximo 6 palavras);
- e. Texto deve ter de 4 a 8 mil palavras (em torno de 10 a 20 páginas em espaço 1,5 e fonte 12);
- f. Títulos e subtítulos das divisões do texto claramente identificados e hierarquizados, conforme NBR 6024. Por exemplo:

Título: versalete (caixa alta), negrito, tamanho 16

Nome do autor: centralizado, italicizado, tamanho 10.

RESUMO, PALAVRAS-CHAVE e INTRODUÇÃO: maiúsculas, negrito, tamanho 12, não numerado.

1. SEÇÃO PRIMÁRIA: maiúsculas, negrito, tamanho 12, numerado.

1.1 Sessão secundária: texto normal, negrito e itálico, numerados na sequência.

1.1.1 Sessão terciária: texto normal, itálico, numerados na sequência.

ABSTRACT e KEYWORDS: maiúsculas, negrito, tamanho 12, não numerado

REFERÊNCIAS: maiúsculas, negrito, tamanho 12, não numerado (deve ser submetido, porém não aparecerá na publicação)

- g. Referências bibliográficas elaboradas de acordo com a ABNT, norma NBR 6023, apresentadas em notas de rodapé na respectiva página com os seguintes dados:

1ª Citação: SOBRENOME, Nome. **Título:** subtítulo. Cidade: Editora, ano, p. página.

Demais citações: SOBRENOME, ano, p. página.

(pedimos que não se use as expressões latinas e respectivas abreviações tais como idem, ibidem, opus citatum, loco citato);

- h. Resumo do trabalho em inglês, abstract (entre 100 e 250 palavras);
- i. Keywords (no máximo 6 palavras).

1.2 De resenhas crítico-informativas

As resenhas devem ser de livros publicados há no máximo 3 anos no Brasil ou 4 anos no exterior. A forma de apresentação de resenhas crítico-informativas deve respeitar a seguinte sequência:

- a. Título: **RESENHA**: versalete (caixa alta), negrito, fonte 16;
- b. Nome do resenhista: seguido de asterisco, remetendo a uma nota de rodapé em que constem titulação, função e instituição a que se vincula (centralizado, italicizado, fonte 10);
- c. Dados bibliográficos da obra resenhada, de acordo com as normas da ABNT, contendo alguns elementos complementares.

Exemplo 1: SOBRENOME, Nome do autor, Título: subtítulo. Tradução: Nome do tradutor. Cidade: Editora, Ano. Número total de páginas. Original: Título: subtítulo. Cidade: Editora, ano.

Exemplo 2: CLARK, Gordon H. De Tales a Dewey. Trad. Wadislau Martins Gomes. São Paulo: Cultura Cristã, 2012. 480 p. Original: Thales to Dewey: A History of Philosophy. Unicoi, TN: The Trinity Foundation, 2007.

- d. Texto com no máximo 1000 palavras;
- e. O conteúdo de uma resenha crítico-informativa deve ser como segue:
 1. **Referência bibliográfica**: ver letra “b” acima.
 2. **Apresentação do autor da obra**: Em alguns casos é importante situar o local e ano do nascimento. Em todos os casos será importante um pequeno comentário sobre o autor: formação acadêmica, pessoas ou escolas de pensamento que exerceram influência teórica sobre sua obra e fatos que teriam marcado sua vida e forma de pensar.
 3. **Perspectiva teórica da obra**: Toda obra escrita se insere em uma determinada perspectiva teórica. É importante procurar informar, da melhor forma possível, a que tradição/escola teórica pertence o autor da obra que se está analisando. Isso permite compreender melhor as teses, a organização, bem como a lógica da argumentação utilizada.
 4. **Breve síntese da obra**: Antes de começar a análise de uma obra é muito importante que se tenha uma visão panorâmica da mesma; isso pode ajudar a visualizar a sequência do texto, permitindo saber de onde parte e para onde vai o autor na sua argumentação; esta parte da resenha (e somente esta) pode ser feita na forma de um esquema.

5. **Principais teses desenvolvidas na obra:** Depois desse trabalho preliminar, é hora de analisar o conteúdo da obra. O objetivo é traçar as principais teses do autor, e não resumir a sua obra (resenha não é resumo). É preciso ler com muita atenção para se apreender e comunicar na resenha o que é fundamental no pensamento do autor.
6. **Apreciação crítica da obra:** Após apresentar e compreender o autor e sua obra, pode-se fazer alguns comentários pessoais sobre o assunto. Embora os comentários sejam pessoais, não devem ser excessivamente subjetivos (achei a obra isso ou aquilo), mas devem expressar uma opinião pessoal ancorada em argumentos fundamentados academicamente, podendo até mesmo remeter a outras obras em nota de rodapé.

1.3 De traduções

A forma de apresentação de traduções deve respeitar a seguinte sequência:

- a) Dados bibliográficos da obra traduzida, de acordo com as normas ABNT. Por exemplo: HILL, Rob. Pray the Lord's Prayer for Missionaries. Gospel Coalition, 2023. Disponível em: <https://www.thegospelcoalition.org/article/lords-prayer-missionaries>. Acesso em: 24 out. 2023. Tudo isso em negrito.
- b) Texto em conformidade com o item 1 (Normas gerais), com 3.500 palavras no máximo.
- c) Nome do tradutor.

1.4 De indicações bibliográficas

A forma de apresentação de indicações bibliográficas deve respeitar a seguinte sequência:

- a) Dados bibliográficos da indicação, de acordo com as normas ABNT (por exemplo, MACGREGOR, Jerry.; WALTKE, Bruce. Conhecendo a vontade de Deus. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2001, 160 pp.), em negrito.
- b) Texto em conformidade com o item 1 (Normas gerais), com 200 palavras no máximo.
- c) Nome de quem faz a indicação bibliográfica.

2. NORMAS ADICIONAIS

1. Usar itálicos para as ênfases, jamais negrito ou sublinhado. Palavras, expressões ou frases em língua estrangeira devem ser igualmente italicizadas e, de preferência, traduzidas entre parênteses.
2. Não hifenizar o texto.

3. Utilizar numeração automática para notas de rodapé.
4. Citações do grego, hebraico ou aramaico devem ser feitas nos alfabetos originais, em fonte Unicode (aquela que pode ser formatada com diferentes fontes), sem transliteração e devem ser traduzidas pelo autor.
5. Evitar colocar material relevante nas notas; as observações relevantes ao tema do artigo devem ser incluídas no texto.
6. Citações bíblicas devem vir na versão Almeida Revista e Atualizada, 2ª ed. Em caso de outra versão, indicar entre parênteses no texto.
7. Os livros da Bíblia devem ser mencionados por extenso, se referidos no corpo do texto; quando citados indiretamente, entre parênteses, ou após cf. ou vide, usar abreviações conforme a versão Almeida Revista e Atualizada, 2ª ed. A separação entre capítulos e versículos deve ser apenas um ponto.
8. Citações de outras fontes, como escritos rabínicos etc., devem ser feitas, na primeira vez, por extenso, com a abreviação entre parênteses e, a partir da segunda vez, somente com a abreviação, que seja clara o suficiente para que o leitor a identifique.
9. Pronomes que se referem a Deus devem ser escritos com letras minúsculas (como por exemplo sua, seu, dele, ele etc.).
10. Citações em língua estrangeira devem ser traduzidas pelo autor no corpo do texto, com citação do título original e observação “traduzido pelo autor” entre parênteses.

EXCELÊNCIA E PIEDADE A SERVIÇO DO REINO DE DEUS
CENTRO PRESBITERIANO DE PÓS-GRADUAÇÃO
ANDREW JUMPER

Venha estudar conosco!

Cursos modulares, corpo docente pós-graduado, convênio com instituições internacionais, biblioteca teológica com mais de 40.000 volumes, acervo bibliográfico atualizado e informatizado.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EAD)

Cursos anuais totalmente online que visam à instrução e ao aperfeiçoamento bíblico-teológico de pastores e crentes que possuam graduação em qualquer área. São eles: Teologia Sistemática, Teologia Bíblica, Teologia Aplicada, Missiologia, Exposição Bíblica e Aconselhamento Bíblico.

LIDERANÇA EM REVITALIZAÇÃO DE IGREJAS (LIDERE)

Esse programa lato sensu visa a capacitação de diáconos, presbíteros (regentes e docentes), missionários e evangelistas, bem como de outros agentes dedicados à liderança eclesial.

ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO CRISTÃ (EEC)

O programa de especialização em Educação Cristã é destinado a pais, pastores, professores e demais interessados em educação eclesial ou escolar. Seu principal objetivo é promover uma reflexão a respeito da dimensão pedagógica a partir dos pressupostos cristãos e oferecer ferramentas para o exercício intencional e planejado da atividade educacional, a partir desses pressupostos.

M.A. LEADERSHIP IN CHRISTIAN EDUCATION (MAE)

Este programa é um mestrado semipresencial bilíngue (português/inglês), ministrado em parceria com o Gordon College (Boston, EUA). É dirigido à educação escolar cristã, com ênfase em liderança, compreendendo a gestão escolar e suas bases conceituais. Útil para a liderança e gestão de Departamentos de Educação Cristã em igrejas, bem como para seminários, institutos bíblicos e outras instituições teológicas.

MESTRADO EM DIVINDADE (*MAGISTER DIVINITATIS* – MDiv)

Trata-se do mestrado eclesial do CPAJ. É análogo aos já tradicionais mestrados profissionalizantes, diferindo, entretanto, do *Master of Divinity* norte-americano apenas no fato de que não constitui e nem pretende oferecer a formação básica para o ministério pastoral. Oferece uma visão geral das grandes áreas do conhecimento teológico. Não é submetido à avaliação e não possui credenciamento da CAPES.

MESTRADO EM TEOLOGIA (*SACRAE THEOLOGIAE MAGISTER* – STM)

Esse mestrado acadêmico difere do *Magister Divinitatis* por sua ênfase na pesquisa e sua harmonização com os mestrados acadêmicos em teologia oferecidos em universidades e escolas de teologia internacionais. É oferecido para aqueles que possuem o MDiv ou graduação em Teologia e mestrado em qualquer área. Não é submetido à avaliação e não possui credenciamento da CAPES.

DOUTORADO EM MINISTÉRIO (DMin)

Curso oferecido em parceria com o *Reformed Theological Seminary* (RTS), de Jackson, Mississippi. O programa possui o reconhecimento da JET/IPB e da *Association of Theological Schools* (ATS), nos Estados Unidos. O corpo docente inclui acadêmicos brasileiros, americanos e de outras nacionalidades, com sólida formação em suas respectivas áreas.

Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper
Rua Maria Borba, 40/44 – Vila Buarque – São Paulo – SP – Brasil – CEP: 01221-040
Telefone: +55 (11) 2114-8644/8759 – atendimentocpaj@mackenzie.br
cpaj.mackenzie.br – <https://www.facebook.com/cppaj>